



ÍNDICE

Lista de acrónimos

Referências legislativas

Registo de atualizações e exercícios

Índice de Tabelas.....5

Índice de Figuras7

PARTE I - ENQUADRAMENTO

1. Introdução.....22

2. Finalidade e objetivos25

3. Tipificação dos riscos27

4. Critérios para a ativação28

PARTE II - EXECUÇÃO

1. Estruturas.....32

1.1 Estrutura de Direção Política33

1.2 Estrutura de Coordenação Política.....34

1.3 Estrutura de Coordenação Institucional.....35

1.4 Estruturas de Comando Operacional.....37

1.4.1 Posto de Comando Operacional Municipal.....40

1.4.2 Posto de Comando Operacional Distrital40

2. Responsabilidades.....44

2.1 Responsabilidades dos Serviços de Proteção Civil.....44

2.2 Responsabilidades dos Agentes de Proteção Civil47

2.3 Responsabilidades dos Organismos e Entidades de Apoio58

3. Organização	75
3.1 Infraestruturas de relevância operacional.....	75
3.1.1 Rede Rodoviária	75
3.1.2 Rede Ferroviária	80
3.1.3 Pontes e Viadutos.....	82
3.1.4 Aeródromos e Heliportos	84
3.1.5 Rede Telecomunicações.....	87
3.1.6 Sistemas de abastecimento de água em alta	89
3.1.7 Barragens	92
3.1.8 Sistemas de produção, armazenamento e distribuição de energia e combustíveis	99
3.1.8.1 Energia Elétrica	99
3.1.8.2 Gás natural.....	105
3.1.8.3 Combustíveis	105
3.1.9 Indústria.....	106
3.1.9.1 Estabelecimentos abrangidos pela Diretiva Seveso	106
3.1.9.2 Áreas industriais	108
3.1.10 Elementos estratégicos, vitais ou sensíveis para as operações de socorro e proteção civil	109
3.2 Zonas de intervenção	128
3.2.1 Zonas de Concentração e Reserva.....	128
3.2.2 Zonas de Receção de Reforços.....	129
3.3 Mobilização e coordenação de meios	130
3.3.1 Mobilização de meios	130
3.3.2 Sustentação Operacional	132
3.4 Notificação operacional	133
 4 Áreas de Intervenção.....	 135
4.1 Gestão administrativa e financeira	135
4.2 Reconhecimento e avaliação	140
4.2.1 Equipas de Reconhecimento e Avaliação da Situação	140
4.2.2 Equipas de Avaliação Técnica	142

4.3	Logística	144
4.3.1	Apoio logístico às forças de intervenção	144
4.3.2	Apoio logístico às populações	148
4.4	Comunicações	153
4.5	Informação pública	156
4.6	Confinamento e/ou evacuação	160
4.7	Manutenção da ordem pública	166
4.8	Serviços médicos e transporte de vítimas	171
4.8.1.	Emergência Médica.....	171
4.8.2.	Apoio Psicológico	175
4.9	Socorro e salvamento.....	180
4.10	Serviços mortuários	184

PARTE III - INVENTÁRIOS, MODELOS E LISTAGENS

1.	Inventário de meios e recursos	193
2.	Lista de contactos.....	233
2.1	Autoridade Nacional de Proteção Civil	233
2.1.1	Sede	233
2.1.2	Agrupamento Distrital do Sul e Comando Distrital de Operações de Socorro de Beja	234
2.2	Comissão Distrital de Proteção Civil de Beja	235
2.3	Centro de Coordenação Operacional Distrital de Beja.....	239
2.3.1	Composição Fixa	239
2.3.2	Composição Variável.....	239
2.4	Autoridades Municipais de Proteção Civil / SMPC	242
2.5	Juntas de Freguesia do distrito de Beja.....	247
2.6	Corpos de Bombeiros do distrito de Beja.....	254
2.7	Unidades Hospitalares/Centros de Saúde	257
2.8	Entidades Detentoras dos Corpos de Bombeiros do distrito de Beja	259
2.9	Entidades Cooperantes	261
2.10	Agrupamentos Escolares.....	267
2.11	Organizações Não Governamentais.....	270

2.12 Órgãos de Comunicação Social	270
3. Modelos	272
3.1 Modelos de Relatórios	272
3.2 Modelos de Requisições	304
3.3 Modelos de Comunicados	305
4. Lista de distribuição	309
4.1 Serviços de Proteção Civil	309
4.2 Comissão Distrital de Proteção Civil (CDPC) de Beja	309
4.3 Agentes de Proteção Civil	310
4.4 Organismos e Entidades de Apoio	311

ANEXOS

ANEXO I - Cartografia de Suporte às Operações de Emergência de Proteção Civil....	313
ANEXO II - Programa de Medidas a Implementar para a Prevenção e Mitigação dos Riscos Identificados e para a Garantia da Manutenção da Operacionalidade do Plano.	348
1. Medidas de prevenção, mitigação, proteção e autoproteção	349
1.1. Estratégias gerais	350
1.2. Estratégias específicas	351
2. Programa de Exercícios	366
ANEXO III - Diagrama da Rede Rádio Distrital	367

Índice de Tabelas

PARTE I - ENQUADRAMENTO

Tabela I. 1 – Hierarquização do grau de risco para as ocorrências-tipo definidas	27
--	----

PARTE II - EXECUÇÃO

Tabela II. 1.– Responsabilidades dos Serviços de Proteção Civil	44
Tabela II. 2 – Responsabilidades dos Agentes de Proteção Civil	47
Tabela II. 3 – Responsabilidades dos Organismos e Entidades de Apoio	58
Tabela II. 4 – Extensão da rede nacional rodoviária distribuída por tipo de rede rodoviária	75
Tabela II. 5 – Desagregação da rede nacional rodoviária no distrito de Beja	77
Tabela II. 6 – Número de passagens de nível segundo a sua tipologia para os municípios de Beja.....	81
Tabela II. 7 – Obras de arte da rede rodoviária	82
Tabela II. 8 – Principais características técnicas das pistas do distrito de Beja	85
Tabela II. 9 – Localização dos Centros de Meios Aéreos e indicação das aeronaves aí estacionadas em 2014	85
Tabela II. 10– Infraestruturas associadas aos sistemas de abastecimento de água em alta existentes nos municípios inseridos no distrito de Beja	90
Tabela II. 11 – Características gerais das principais barragens do distrito de Beja	93
Tabela II. 12 – Características específicas das principais barragens do distrito de Beja	96
Tabela II. 13 – Parques eólicos existentes no distrito	102
Tabela II. 14 – Parques fotovoltaicos/solares existentes no distrito	103
Tabela II. 15 – Centrais hidroelétricas existentes no distrito	104
Tabela II. 16– Postos de abastecimento de combustível por concelho	105
Tabela II. 17 – Estabelecimento abrangido pelo nível superior de perigosidade – Diretiva Seveso.....	107
Tabela II. 18 – Estabelecimentos abrangidos pelo nível inferior de perigosidade – Diretiva Seveso	107
Tabela II. 19 – Áreas industriais existentes no distrito	108
Tabela II. 20 – Instalações de agentes de proteção civil e cruz vermelha portuguesa no distrito de Beja.....	110
Tabela II. 21 – Edifícios e locais de utilização coletiva e outras infraestruturas no distrito de Beja.....	111
Tabela II. 22 – Outras infraestruturas no distrito de Beja	112
Tabela II. 23 – Localização das Zonas de Receção de Reforços	130
Tabela II. 24 - Grau de prontidão e de mobilização	132
Tabela II. 25 – Mecanismos de notificação operacional às entidades intervenientes	134
Tabela II. 26 – Gestão administrativa e financeira	135
Tabela II. 27 – Equipas de Reconhecimento e Avaliação da Situação	140
Tabela II. 28 – Equipas de Avaliação Técnica	142
Tabela II. 29 – Apoio logístico às forças de intervenção.....	144

Tabela II. 30 – Apoio logístico às populações	148
Tabela II. 31 – Comunicações	153
Tabela II. 32 – Informação pública	156
Tabela II. 33 – Confinamento e/ou evacuação	160
Tabela II. 34 – Manutenção da ordem pública	166
Tabela II. 35 – Serviços médicos e transporte de vítimas	171
Tabela II. 36 – Apoio psicológico	175
Tabela II. 37 – Socorro e salvamento	180
Tabela II. 38 – Serviços mortuários	184

PARTE III - INVENTÁRIO, MODELOS E LISTAGENS

Tabela III. 1 – Meios e Recursos	193
--	-----

ANEXOS

Tabela All.1 – Estratégias de mitigação para ondas de calor	352
Tabela All.2 – Estratégias de mitigação para vagas de frio	352
Tabela All.3 – Estratégias de mitigação para seca	352
Tabela All.4 – Estratégias de mitigação para cheias e inundações	353
Tabela All.5 – Estratégias de mitigação para inundações e galgamentos costeiros	354
Tabela All.6 – Estratégias de mitigação para sismo	354
Tabela All.7 – Estratégias de mitigação para tsunamis	355
Tabela All.8 – Estratégias de mitigação para movimentos de massa em vertentes	356
Tabela All.9 – Estratégias de mitigação para erosão costeira - recuo e instabilidade de arribas	357
Tabela All.10 – Estratégias de mitigação para a erosão costeira - destruição de praias e sistemas dunares	358
Tabela All.11 – Estratégias de mitigação para acidentes rodoviários	359
Tabela All.12 – Estratégias de mitigação para acidentes ferroviários	360
Tabela All.13 – Estratégias de mitigação para acidentes fluviais	360
Tabela All.14 – Estratégias de mitigação para acidentes aéreos	360
Tabela All.15 – Estratégias de mitigação para transporte de mercadorias perigosas	360
Tabela All.16 – Estratégias de mitigação para incêndios urbanos	361
Tabela All.17 – Estratégias de mitigação para incêndios em centros históricos	362
Tabela All.18 – Estratégias de mitigação para colapso de pontes e viadutos	363
Tabela All.19 – Estratégias de mitigação para substâncias perigosas (acidentes industriais)	363
Tabela All.20 – Estratégias de mitigação para colapso de edifícios de utilização coletiva	364
Tabela All.21 – Estratégias de mitigação para emergências radiológicas	364
Tabela All.22 – Estratégias de mitigação para incêndios florestais	364
Tabela All.23 – Estratégias de mitigação para rutura de barragens	365

Índice de Figuras

PARTE I - ENQUADRAMENTO

Figura I. 1 - Divisão administrativa do distrito de Beja por concelhos	23
--	----

PARTE II - EXECUÇÃO

Figura II. 1 - Estruturas de direção e coordenação política, estruturas de coordenação institucional e estruturas de comando operacional.....	33
Figura II. 2 – Organização do Posto de Comando Operacional (PCO).....	39
Figura II. 3 – Articulação de Postos de Comando Operacionais (PCO)	43
Figura II. 4 – Estrutura rodoviária do distrito de Beja	76
Figura II. 5 - Infraestruturas ferroviárias presentes no distrito de Beja	82
Figura II. 6 – Infraestruturas aeroportuárias do distrito de Beja	86
Figura II. 7 – Redes de Radiocomunicações da ANPC	88
Figura II. 8 – Rede de Telecomunicações no distrito de Beja	89
Figura II. 9 – Representação gráfica das infraestruturas hidráulicas dos sistemas de abastecimento em “Alta” existentes no distrito de Beja	91
Figura II. 10 – Barragens no distrito de Beja	99
Figura II. 11 – Rede de transporte de eletricidade e Centros produtores de energia elétrica	100
Figura II. 12– Postos de abastecimento de combustível.....	106
Figura II. 13 – Estabelecimentos abrangidos pelo nível superior e inferior de perigosidade – Diretiva Seveso.....	107
Figura II. 14 – Áreas industriais	109
Figura II. 15 – Agentes de Proteção Civil - instalações dos corpos de bombeiros e sapadores florestais.....	113
Figura II. 16 – Agentes de Proteção Civil - instalações das forças de segurança, autoridade marítima e forças armadas.....	114
Figura II. 17 – Agentes de Proteção Civil - hospitais, centros de saúde e Cruz Vermelha Portuguesa.....	115
Figura II. 18 – Edifícios de utilização coletiva – estabelecimentos de ensino	116
Figura II. 19 – Edifícios de utilização coletiva – infraestruturas desportivas	117
Figura II. 20 – Edifícios e locais de utilização coletiva – infraestruturas turísticas.....	118
Figura II. 21 – Edifícios de utilização coletiva – infraestruturas de diversão noturna	119
Figura II. 22 – Edifícios de utilização coletiva – infraestruturas de lazer, culturais e comerciais	120
Figura II. 23 - Edifícios de utilização coletiva - infraestruturas empresariais e estabelecimentos prisionais	121
Figura II. 24 – Edifícios de utilização coletiva – locais de culto	122
Figura II. 25 – Outras infraestruturas – ANPC e entidades e instituições governamentais	123
Figura II. 26 – Outras infraestruturas – armazéns de alimentos e grandes lojas	124
Figura II. 27 – Outras infraestruturas – restauração	125
Figura II. 28 – Outras infraestruturas – farmácias e centros de enfermagem.....	126
Figura II. 29 – Outras infraestruturas – rede de postos de vigia e rede de pontos de água	127
Figura II. 30 – Diagrama das Zonas de Intervenção	128

ANEXOS

Figura Al. 1 – Divisão administrativa do distrito de Beja por concelhos	314
Figura Al.2 – Divisão administrativa do distrito de Beja por NUTS II e NUTS III.....	315
Figura Al.3 – Hipsometria do distrito de Beja.....	316
Figura Al.4 – Declives do distrito de Beja	317
Figura Al.5 – Bacias hidrográficas e respetiva rede hidrográfica compreendida no distrito de Beja.....	318
Figura Al.6 – População residente no distrito de Beja, por concelho, em 2011	319
Figura Al.7 – Número de edifícios por concelho	320
Figura Al.8 – Estrutura rodoviária do distrito de Beja	321
Figura Al.9 – Infraestruturas ferroviárias presentes no distrito de Beja	322
Figura Al. 10 – Portos, marinas e docas no distrito de Beja.....	323
Figura Al.11 – Infraestruturas aeroportuárias do distrito de Beja.....	324
Figura Al.12 – Redes de Radiocomunicações da ANPC	325
Figura Al.13 – Rede de Telecomunicações no distrito de Beja	326
Figura Al.14 – Representação gráfica das infraestruturas hidráulicas dos sistemas de abastecimento em “Alta” existentes no distrito de Beja	327
Figura Al.15 – Barragens no distrito de Beja	328
Figura Al.16 – Rede de transporte de eletricidade e Centros produtores de energia elétrica	329
Figura Al.17 – Postos de abastecimento de combustível	330
Figura Al.18 – Estabelecimentos abrangidos pelo nível superior e inferior de perigosidade – Diretiva Seveso.....	331
Figura Al.19 – Áreas industriais	332
Figura Al.20 – Agentes de Proteção Civil – instalações dos corpos de bombeiros e sapadores florestais.....	333
Figura Al.21 – Agentes de Proteção Civil - instalações das forças de segurança, autoridade marítima e forças armadas	334
Figura Al.22 – Agentes de Proteção Civil – hospitais, centros de saúde e Cruz Vermelha Portuguesa.....	335
Figura Al.23 – Edifícios de utilização coletiva – estabelecimentos de ensino	336
Figura Al.24 – Edifícios de utilização coletiva – infraestruturas desportivas.....	337
Figura Al.25 – Edifícios e locais de utilização coletiva – infraestruturas turísticas	338
Figura Al.26 – Edifícios de utilização coletiva – infraestruturas de lazer, culturais e comerciais.....	339
Figura Al.27 – Edifícios de utilização coletiva – infraestruturas empresariais e estabelecimentos prisionais	340
Figura Al.28 – Edifícios de utilização coletiva – locais de culto	341
Figura Al.29 – Outras infraestruturas – ANPC e entidades e instituições governamentais	342
Figura Al.30 – Outras infraestruturas – entidades de justiça	343
Figura Al.31 – Outras infraestruturas – armazéns de alimentos e grandes lojas	344
Figura Al.32 – Outras infraestruturas – restauração	345
Figura Al.33 – Outras infraestruturas – farmácias e centros de enfermagem.....	346
Figura Al.34 – Outras infraestruturas – rede de postos de vigia e rede de pontos de água	347

PARTE II - Execução

1. Estruturas

As ações a desenvolver no âmbito do PDEPC de Beja visam criar as condições favoráveis ao rápido, eficiente e coordenado empenhamento de todos os meios e recursos distritais ou resultantes de ajuda solicitada, apoiando a direção, o comando e a conduta das operações de proteção civil e socorro de nível distrital e municipal.

Neste contexto, é intenção do Diretor do Plano:

- Criar as condições favoráveis ao empenhamento rápido, eficiente e coordenado de todos os meios e recursos;
- Mobilizar um dispositivo de resposta, assente nas entidades integrantes do Dispositivo Integrado de Operações de Proteção e Socorro (DIOPS) e por outros meios humanos e equipamentos de intervenção, reforço, apoio e assistência, considerado necessário para fazer face à situação que origine a ativação do presente plano;
- Apoiar a direção e conduta das operações de proteção civil de nível municipal ou supramunicipal, em articulação com as respetivas estruturas de direção e coordenação;
- Prever a utilização de medidas preventivas e/ou medidas especiais de reação não mobilizáveis no âmbito municipal.

As ações serão desenvolvidas, aos diferentes níveis, através das estruturas de direção e coordenação política, estruturas de coordenação institucional e estruturas de comando operacional (Figura II. 1).

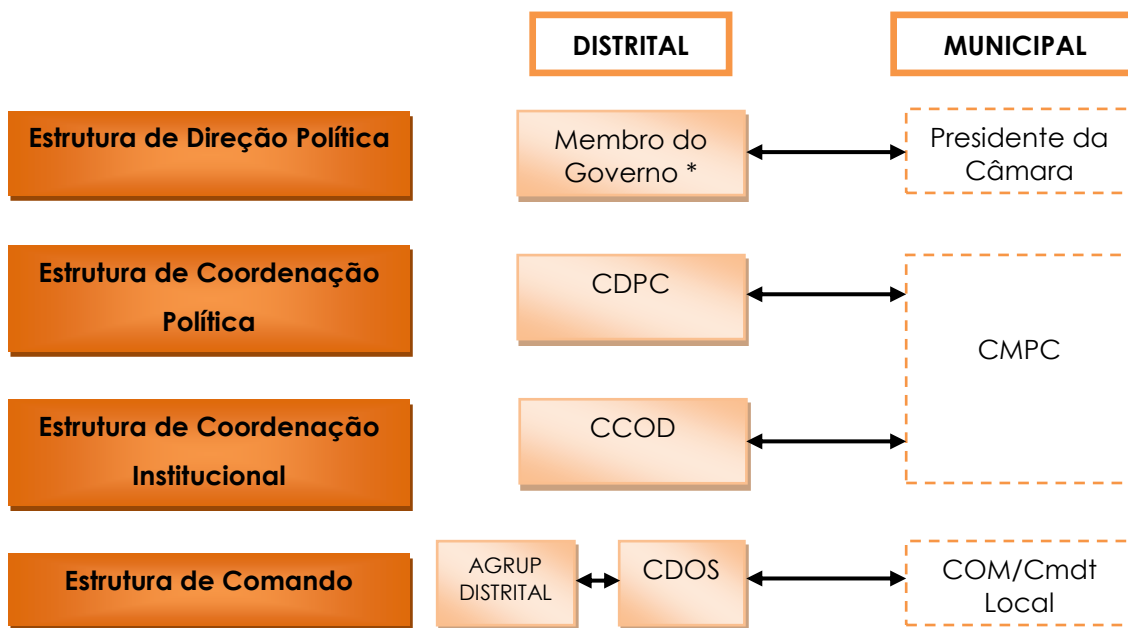


Figura II. 1 - Estruturas de direção e coordenação política, estruturas de coordenação institucional e estruturas de comando operacional.

1.1 Estrutura de Direção Política

A direção política é assegurada pelo Membro do Governo responsável pela área da proteção civil, a quem compete, nos termos do artigo 34.º da Lei de Bases da Proteção Civil, com as alterações introduzidas pela Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro, e Lei n.º 80/2015, de 3 de agosto, que a republicou, exercer ou delegar as competências de desencadear, na iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe, as ações de proteção civil de prevenção, socorro, assistência e reabilitação adequadas a cada caso, com a coadjuvação do Comandante Operacional Distrital e a colaboração dos agentes de proteção civil competentes, nos termos legais.

* Membro do Governo responsável pela área da proteção civil

1.2 Estrutura de Coordenação Política

A coordenação política é assegurada através da Comissão Distrital de Proteção Civil (CDPC) de Beja. As competências e composição da CDPC são as constantes dos artigos 38.º e 39.º da Lei de Bases de Proteção Civil (Lei n.º 27/2006, de 3 de julho), com as alterações introduzidas pela Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de novembro, e Lei n.º 80/2015, de 3 de agosto, que a republicou.

Em particular, compete à CDPC:

- Avaliar a situação (em particular, após a declaração da situação de alerta de âmbito supramunicipal, da situação de contingência ou da situação de calamidade válida para a totalidade ou parte do território distrital) tendo em vista o acionamento do PDEPC;
- Determinar o acionamento do PDEPC quando tal se justifique;
- Desencadear as ações previstas no PDEPC e assegurar a conduta das operações de proteção civil dele decorrentes;
- Possibilitar a mobilização rápida e eficiente das organizações e pessoal indispensáveis e dos meios disponíveis que permitam a conduta coordenada das ações a executar;
- Difundir os comunicados oficiais que se mostrem adequados.

Para efeitos deste Plano, a CDPC de Beja reunirá no Salão Nobre do Edifício do Ex-Governo Civil de Beja, sito na Rua D. Nuno Álvares Pereira, em Beja, ou, em alternativa, nas instalações da Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo (CIMBAL), sitas na Praceta Rainha D. Leonor, n.º 1, em Beja.

Integram a CDPC de Beja:

- Três presidentes de câmaras municipais, designados pela ANMP, sendo designado, entre eles, um que preside;
- O Comandante Operacional Distrital;
- Um representante de cada ministério, designado pelo respetivo ministro;

- Os responsáveis máximos pelas forças e serviços de segurança existentes no distrito;
- Os Capitão dos portos que dirigem as capitánias existentes no distrito;
- Um representante do Instituto Nacional de Emergência Médica, I.P. (INEM, I.P.);
- Um representante da Liga dos Bombeiros Portugueses;
- Um representante da Associação Nacional dos Bombeiros Profissionais.

Os elementos da CDPC serão convocados, o mais rapidamente possível após o acidente grave ou catástrofe. Esta convocação será realizada pelo meio mais expedito (telefone móvel ou fixo, comunicação rádio ou correio eletrónico) e, posteriormente, formalizada por escrito, através de correio eletrónico.

A lista nominal dos membros da CDPC com os seus contactos, será permanentemente atualizada pelos respetivos representantes, que enviam ao Diretor do Plano qualquer alteração à mesma, e encontra-se na Parte III deste Plano (Capítulo 2 – Lista de Contactos).

O presidente, quando o considerar conveniente, pode convidar a participar nas reuniões da Comissão outras entidades e serviços territorialmente competentes, cujas atividades e áreas funcionais possam, de acordo com os riscos existentes e as características do distrito, contribuir para as ações de proteção civil.

1.3 Estrutura de Coordenação Institucional

A coordenação institucional é realizada pelo Centro de Coordenação Operacional Distrital (CCOD) de Beja, o qual assegura que todas as entidades e instituições de âmbito distrital imprescindíveis às operações de proteção e socorro, emergência e assistências previsíveis ou decorrentes de acidente grave ou catástrofe se articulam entre si, garantindo os meios considerados adequados à gestão da ocorrência em cada caso concreto. O CCOD garante

uma avaliação distrital e infradistrital, em articulação com as entidades políticas e administrativas de âmbito municipal.

As atribuições do CCOD encontram-se definidas no Decreto-Lei n.º 134/2006, de 25 de julho (Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro - SIOPS), com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 114/2011, de 30 de novembro, e pelo Decreto-Lei n.º 72/2013, de 31 de maio.

Em particular, compete ao CCOD:

- Integrar, monitorizar e avaliar toda a atividade operacional quando em situação de acidente grave ou catástrofe;
- Assegurar a ligação operacional e a articulação distrital com os agentes de proteção civil e outras estruturas operacionais no âmbito do planeamento, assistência, intervenção e apoio técnico ou científico nas áreas do socorro e emergência;
- Garantir que as entidades e instituições integrantes do CCOD acionam, no âmbito da sua estrutura hierárquica e ao nível do escalão distrital, os meios necessários ao desenvolvimento das ações;
- Elaborar e disseminar, a cada 6 horas, pontos de situação global;
- Difundir comunicados e avisos às populações e às entidades e instituições, incluindo os órgãos de comunicação social;
- Avaliar a situação e propor ao presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil medidas no âmbito da solicitação de ajuda nacional.

Para efeitos do presente Plano, e sem prejuízo da possibilidade de convocação de outras entidades consagrada na legislação em vigor, integram obrigatoriamente o CCOD de Beja:

- Comandante Operacional Distrital de Beja, que coordena;
- Representante das Forças Armadas (FA);
- Representante da Guarda Nacional Republicana (GNR);
- Representante da Polícia de Segurança Pública (PSP);

- Representante do Instituto Nacional de Emergência Médica, I.P. (INEM);
- Representante do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. (ICNF);
- Demais entidades que cada ocorrência em concreto venha a justificar.

O CCOD funcionará na Sala de Reuniões do CDOS de Beja, sito na Rua D. Nuno Álvares Pereira, Edifício do Ex-Governo Civil, em Beja ou, em alternativa no Quartel dos Bombeiros Voluntários de Beja, sito na Av. Fialho de Almeida, em Beja. O secretariado, recursos materiais e informacionais necessários ao funcionamento do CCOD é assegurado, pela ANPC/CDOS Beja.

Os elementos do CCOD serão informados, no prazo máximo de 30 minutos após o acidente grave ou catástrofe, de uma eventual convocação do mesmo. Caso seja necessária a reunião do CCOD, esta será confirmada pelo meio mais expedito (telefone móvel ou fixo, comunicação rádio ou correio eletrónico) e, posteriormente, formalizada por escrito, através do correio eletrónico.

1.4 Estruturas de Comando Operacional

Sempre que uma força de qualquer Agente de Proteção Civil ou Instituição com especial dever de cooperação seja acionada para uma ocorrência, o chefe da primeira equipa de Bombeiros a chegar ao local assume de imediato o comando da operação, sendo o elemento mais graduado a desempenhar a função de Comandante das Operações de Socorro (COS) – e garante a construção de um sistema evolutivo de comando e controlo adequado à situação em curso. Na faixa litoral e nos espaços do domínio público hídrico sob jurisdição da Autoridade Marítima Nacional, os capitães dos portos assumem a função de COS em estreita articulação com o CDOS, sem prejuízo das competências nacionais da Proteção Civil e do Sistema Nacional para a Busca e Salvamento Marítimo.

Em cada TO existirá um Posto de Comando Operacional (PCO), que é o órgão diretor das operações no local da ocorrência destinado a apoiar o COS, na tomada das decisões e na articulação dos meios.

O PCO tem como missões genéricas:

- A recolha e tratamento operacional das informações;
- A preparação das ações a desenvolver;
- A formulação e a transmissão de ordens, diretrizes e pedidos;
- O controlo da execução das ordens;
- A manutenção da capacidade operacional dos meios empregues;
- A gestão dos meios de reserva;
- A preparação, elaboração e difusão de informação pública.

O COS é o responsável pela gestão da informação no TO, devendo transmitir ao PCO do respetivo nível territorial, os pontos de situação necessários e solicitar meios de reforço, caso tal se justifique.

O PCO organiza-se em 3 células (Célula de Planeamento, Operações e Logística), permitindo um funcionamento mais ajustado e direcionado a cada situação em concreto. Cada Célula tem um responsável nomeado pelo COS que assume a designação de oficial de planeamento, oficial de operações e oficial de logística, respetivamente.

O COS é assessorado diretamente por três oficiais (oficial para a Segurança, oficial para as Relações Públicas e oficial para a Ligação com outras entidades (Figura II. 2).

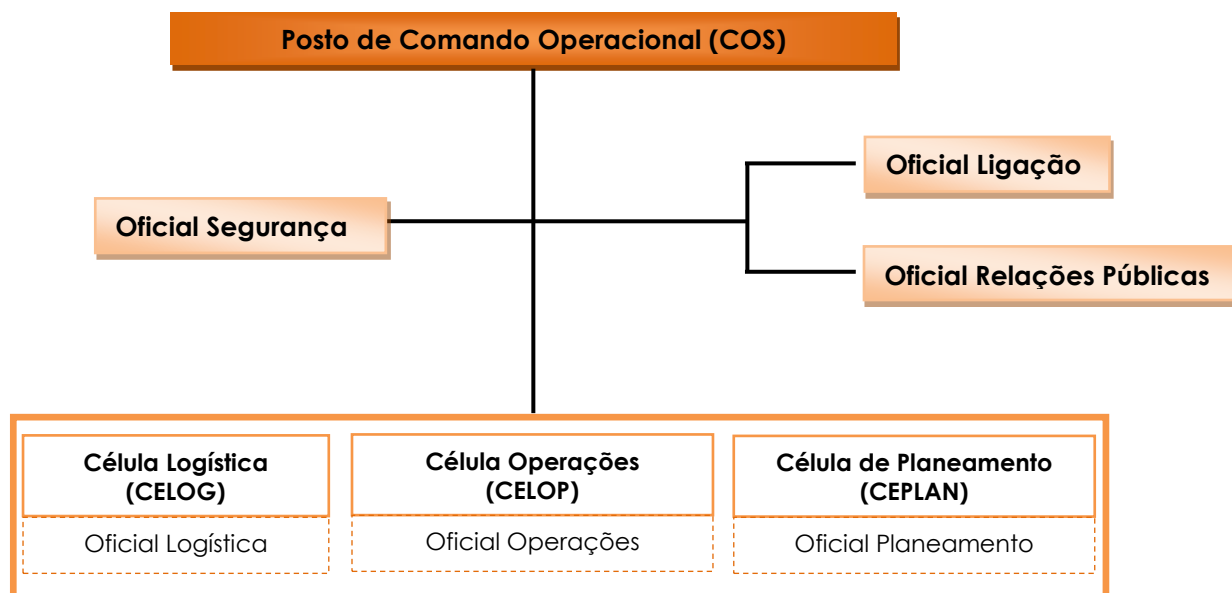


Figura II. 2 – Organização do Posto de Comando Operacional (PCO)

Como estrutura-base, dimensionável ao longo da ocorrência, as células do PCO apresentam as seguintes funções:

- Célula de Logística (CELOG) – Gere a sustentação logística do TO, de forma a responder a todas as necessidades de suporte à operacionalização dos meios e recursos envolvidos na operação.
- Célula de Operações (CELOP) – Garante a condução das operações em ordem ao Plano Estratégico de Ação (PEA)² estabelecido pelo COS, sendo o responsável pela implementação do mesmo.
- Célula de Planeamento (CEPLAN) – Garante a recolha, avaliação, processamento das informações e difusão da informação necessária ao processo de tomada de decisão, sendo também responsável pela antecipação, elaborando os cenários previsíveis.

Por forma a assegurar a articulação e apoio especializado na recolha, avaliação, processamento e difusão das informações necessárias ao processo

² O PEA é um conjunto de ações que evoluem num determinado enquadramento, com o objetivo de antecipar e maximizar oportunidades, conduzir as forças na execução e condução da operação e identificar as medidas de comando e controlo necessárias para a concretização dos objetivos.

de decisão do COS, as entidades intervenientes asseguram a presença de um Oficial de Ligação, quando solicitado pelo COS.

1.4.1 Posto de Comando Operacional Municipal

Em cada um dos municípios afetados pelo acidente grave ou catástrofe que determina a ativação do Plano, é constituído um Posto de Comando Operacional, denominado de PCMun, que garante a gestão exclusiva da resposta municipal ao evento e é responsável pela gestão de todos os meios disponíveis na área do município e pelos meios de reforço que lhe forem enviados pelo escalão distrital. Os PCMun são montados com apoio dos Serviços Municipais de Proteção Civil (SMPC) e reportam operacional e permanentemente ao Posto de Comando Operacional Distrital (PCDis), representando um sector deste.

1.4.2 Posto de Comando Operacional Distrital

Num cenário de ativação do PDEPC poderão existir múltiplos teatros de operações, cada um com o seu Posto de Comando Operacional, existindo necessidade de constituir uma estrutura de comando distrital para toda a operação de proteção e socorro.

Assim, após a ativação do Plano é garantido o reforço da Sala de Operações de Comando, do CDOS, constituindo-se como um PCO, denominado de PCDis, o qual garante a gestão exclusiva da resposta distrital ao evento, sendo responsável pela gestão de todos os meios disponíveis na área do distrito e pela gestão dos meios de reforço que lhe forem enviados pelo escalão nacional.

As principais missões do PCDis são:

- Atuar como órgão diretor das operações, garantindo o funcionamento e a articulação no terreno dos diversos agentes e entidades intervenientes;

- Assegurar o comando, o controlo, as comunicações e as informações em toda a Zona de Intervenção (ZI), em coordenação com as demais entidades envolvidas;
- Assegurar a minimização de perdas de vidas, através da coordenação das ações decorrentes do acidente grave ou catástrofe;
- Garantir em permanência a segurança nas operações de todas as forças envolvidas, bem como dos cidadãos;
- Assegurar a recolha e o tratamento operacional das informações, bem como as ligações aos PCMun ativados, ao CCOD e ao patamar nacional, de forma a garantir a homogeneidade na passagem de informação;
- Assegurar a manutenção das capacidades operacionais dos meios empregues e a gestão dos meios de reserva;
- Garantir, através do empenhamento das forças e serviços competentes, a manutenção da lei e ordem nas zonas afetadas, o controlo de acessos à Zona de Sinistro (ZS), a criação de perímetros de segurança e a manutenção de corredores de circulação de emergência;
- Garantir a execução eficaz de operações de movimentação de populações, designadamente as decorrentes de evacuações, bem como a segurança nas zonas de concentração e apoio da população (ZCAP);
- Assegurar a prestação de cuidados médicos adequados, a montagem de Postos de Triagem e Postos Médicos Avançados e a evacuação primária e secundária;
- Assegurar a coordenação das ações de saúde pública, apoio psicossocial e mortuária;
- Assegurar a coordenação das atividades relacionadas com a assistência à emergência e gestão de recursos, nomeadamente através da definição das prioridades em termos de abastecimento de água,

energia e comunicações, da gestão de armazéns de emergência, da coordenação dos meios de transporte necessários às operações de emergência e da organização e montagem de abrigos e campos de deslocados;

- Assegurar a coordenação da inspeção e verificação da praticabilidade das principais infraestruturas de transportes, redes básicas de suporte e edifícios;
- Assegurar a desobstrução expedita das vias de comunicação e itinerários principais de socorro e assegurar a realização de operações de demolição ou escoramento;
- Assegurar a receção, condução e integração, se necessário, de voluntários nas operações de emergência e reabilitação, para colaborar nas atividades relacionadas com a assistência social, alimentação e transporte;
- Coordenar a ação de Equipas de Reconhecimento e Avaliação da Situação (ERAS) e das Equipas de Avaliação Técnica (EAT) e tratar a informação recebida dessas equipas encaminhando-a para as restantes estruturas nos diferentes escalões;
- Dirigir e coordenar o emprego dos meios (humanos e materiais) sob a sua responsabilidade.

O PCDis recebe, processa e avalia toda a informação emanada dos diversos teatros de operações de forma a assegurar que todas as entidades intervenientes mantêm níveis de prontidão e envolvimento.

O PCDis articula-se permanentemente com o CCOD e a:

- nível nacional, com o Comando Nacional de Operações de Socorro (CNOS);
- nível supradistrital com o Comandante Operacional do Agrupamento Distrital do Sul (CADIS Sul);

- nível municipal com o Comandante Operacional Municipal (COM), ou na ausência da nomeação deste com o Comandante do Corpo de Bombeiros da área de atuação em causa ou com o Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC);
- nível do teatro de operações com os Comandantes das Operações de Socorro (COS) presentes em cada Posto de Comando Operacional.

O PCDis é coordenado por um elemento da estrutura de comando da ANPC e poderá também ser constituído e instalado em estrutura própria, com comunicações dedicadas, em local a definir pelo CODIS, de acordo com o acidente grave ou catástrofe.

O CDOS de Beja mantém-se em funcionamento para o acompanhamento das restantes ocorrências não diretamente decorrentes do acidente grave ou catástrofe que determinou a ativação do Plano.

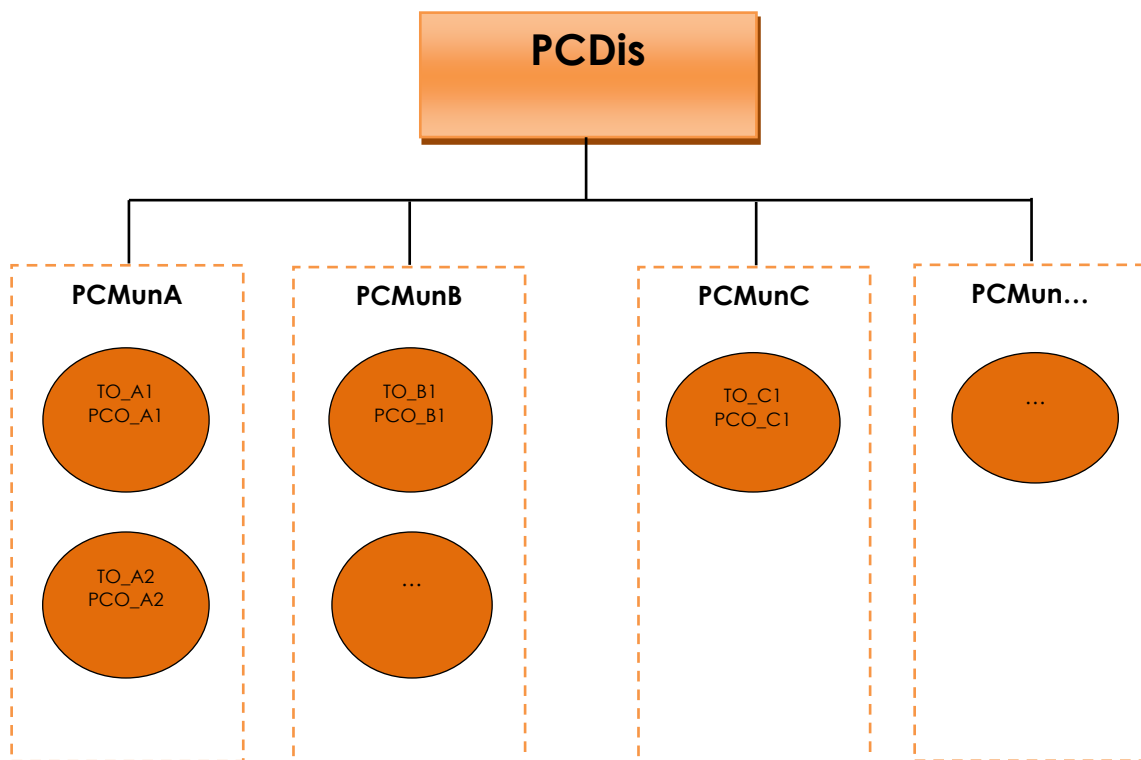


Figura II. 3 – Articulação de Postos de Comando Operacionais (PCO)

2. Responsabilidades

No âmbito do PDEPC de Beja os diversos serviços, agentes de proteção civil, organismos e entidades de apoio estão sujeitos a um conjunto de responsabilidades que visam criar as condições favoráveis ao rápido, eficiente e coordenado reforço, apoio e assistência, tanto na resposta imediata a um acidente grave ou catástrofe, como na recuperação a curto prazo. As estruturas de intervenção destas entidades funcionam e são empregues sob direção das correspondentes hierarquias, previstas nas respetivas leis orgânicas ou estatutos, sem prejuízo da necessária articulação operacional com os postos de comando, aos seus diferentes níveis.

2.1 Responsabilidades dos Serviços de Proteção Civil

Tabela II. 1.– Responsabilidades dos Serviços de Proteção Civil

Entidades de Direção Órgãos de Execução	Responsabilidades
Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC/CDOS de Beja)	<ul style="list-style-type: none">• Garantir o funcionamento, a operatividade e a articulação com todos os agentes de proteção civil integrantes do DIOPS no âmbito do distrito;• Assegurar o comando e controlo das situações que pela sua natureza, gravidade, extensão e meios envolvidos ou a envolver requeiram a sua intervenção;• Garantir o funcionamento e a operatividade da Força Especial de Bombeiros (FEB), de modo a responder às solicitações de emergência de proteção e socorro, designadamente a ações de combate em cenários de incêndios ou em outras missões de proteção civil;• Mobilizar, atribuir e empregar o pessoal e os meios indispensáveis e disponíveis à execução das operações;

Entidades de Direção Órgãos de Execução	Responsabilidades
	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar a gestão dos meios a nível distrital; • Assegurar a articulação dos serviços públicos ou privados de modo a garantir a proteção das populações e a salvaguarda do património e do ambiente; • Assegurar o socorro e assistência a pessoas e outros seres vivos em perigo, proteger bens e valores culturais, ambientais e de elevado interesse público; • Coordenar a ação de Equipas de Reconhecimento e Avaliação da Situação (ERAS) e de Equipas Avaliação Técnica (EAT), e tratar a informação recebida dessas equipas encaminhando-a para as restantes estruturas nos diferentes escalões; • Colaborar e articular-se com os Capitães dos Portos respetivos na faixa litoral no âmbito do Salvamento Marítimo, Socorro a Náufragos e Assistência a Banhistas, nos termos da lei; • Difundir comunicados e avisos às populações e às entidades e instituições, incluindo aos órgãos de comunicação social; • Apoiar técnica e operacionalmente as estruturas de coordenação e comando de nível distrital.
Câmaras Municipais / Serviços Municipais de Proteção Civil (SMPC)	<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilizar meios, recursos e pessoal para a resposta de proteção civil e socorro, de acordo com as missões operacionais legalmente definidas; • Evacuar e transportar pessoas, bens e animais; • Transportar bens essenciais de sobrevivência às populações; • Assegurar a divulgação de avisos às populações; • Montar e gerir locais de recolha e armazenamento de dádivas; • Instalar e gerir centros de acolhimento temporários;

Entidades de Direção Órgãos de Execução	Responsabilidades
	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar a sinalização relativa a cortes de estradas, decididos por precaução ou originados por acidentes graves ou catástrofes, bem como as vias alternativas; • Desobstruir as vias, remover os destroços e limpar aquedutos e linhas de água ao longo das estradas e caminhos municipais; • Promover ações de avaliação de danos e de necessidades da população afetada; • Assegurar, ao nível municipal, a gestão financeira e de custos, bem como dos tempos de utilização.
Juntas de Freguesia	<ul style="list-style-type: none"> • Efetivar o seu apoio às ocorrências através do envolvimento de elementos para reconhecimento e orientação, no terreno, de forças em reforço do seu município; • Recensear e registar a população afetada; • Criar pontos de concentração de feridos e de população ilesa; • Colaborar na divulgação de avisos às populações de acordo com orientações dos responsáveis municipais; • Colaborar com as Câmaras Municipais na sinalização das estradas e caminhos municipais danificados, bem como na sinalização das vias alternativas, no respetivo espaço geográfico; • Colaborar com as Câmaras Municipais na limpeza de valetas, aquedutos e linhas de água, na desobstrução de vias, nas demolições e na remoção de destroços, no respetivo espaço geográfico; • Gerir os sistemas de voluntariado para atuação imediata de emergência ao nível da avaliação de danos, com ênfase nos danos humanos.

2.2 Responsabilidades dos Agentes de Proteção Civil

Tabela II. 2 – Responsabilidades dos Agentes de Proteção Civil

Agentes de Proteção Civil	Responsabilidades
<p>Corpos de Bombeiros (CB) do distrito de Beja</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver ações de combate a incêndios, busca, salvamento e transporte de pessoas, animais e bens; • Apoiar o socorro e transporte de acidentados e doentes, incluindo a emergência pré-hospitalar, no âmbito do Sistema Integrado de Emergência Médica; • Participar na evacuação primária nas suas zonas de intervenção ou em reforço; • Colaborar nas ações de mortuária, nas suas zonas de intervenção ou em reforço; • Colaborar na construção e/ou montagem de postos de triagem e/ou Postos Médicos Avançados³; • Apoiar os Teatros de Operações, envolvendo elementos guia para reconhecimento e orientação no terreno das forças operacionais em reforço da sua zona de atuação própria; • Colaborar na montagem de Postos de Comando; • Colaborar na desobstrução expedita de vias de comunicação e itinerários de socorro; • Apoiar no transporte de bens essenciais de sobrevivência às populações isoladas; • Executar as ações de distribuição de água potável às populações; • Disponibilizar apoio logístico à população e a outras forças operacionais; • Colaborar nas ações de informação e sensibilização pública; • Participar na reabilitação das infraestruturas; • Colaborar na reposição da normalidade da vida das populações atingidas.

³ Entende-se por Posto Médico Avançado o local destinado à prestação de cuidados de saúde às vítimas resultantes do acidente grave ou catástrofe localizado no TO. Serão montados em estruturas móveis ou estruturas físicas adaptadas.

Agentes de Proteção Civil	Responsabilidades
<p>Guarda Nacional Republicana (GNR)/Comando Territorial de Beja</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar a manutenção da ordem, nas suas zonas de intervenção, salvaguardando a atuação de outras entidades e organismos operacionais; • Garantir a segurança de estabelecimentos públicos e a proteção de infraestruturas sensíveis, fixas e temporárias, e de instalações de interesse público ou estratégico nacional; • Garantir a segurança física das equipas de restabelecimento das comunicações da rede SIRESP e assegurar a acessibilidade destas aos locais afetados da rede; • Garantir a segurança dos locais e equipamentos que suportam a Rede SIRESP; • Exercer missões de: isolamento de áreas e estabelecimento de perímetros de segurança; restrição, condicionamento da circulação e abertura de corredores de emergência ou evacuação para as forças de socorro; escolta e segurança de meios das forças operacionais em deslocamento para as operações; apoio à evacuação de populações em perigo; • Disponibilizar apoio logístico às forças de intervenção; • Assegurar a coordenação da atividade de prevenção em situação de emergência, vigilância e deteção de incêndios rurais/florestais e de outras agressões ao meio ambiente; • Executar, através dos Grupos de Intervenção de Proteção e Socorro (GIPS), ações de prevenção, em situação de emergência, de proteção e socorro, designadamente nas ocorrências de incêndios rurais/florestais ou de matérias perigosas, catástrofes e acidentes graves; • Empenhar o Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente (SEPNA) e os GIPS no acompanhamento das zonas contaminadas, através da monitorização, nomeadamente dos solos, águas e atmosfera, na área de competência territorial da GNR;

Agentes de Proteção Civil	Responsabilidades
	<ul style="list-style-type: none"> • Acionar os meios de identificação de vítimas de desastres do DVI Team (Disaster Victim Identification Team) e o Núcleo Central de Apoio Técnico, em estreita articulação com as autoridades de saúde, em especial com o Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forense; • Colaborar, de acordo com as suas disponibilidades, na recolha de informação <i>Ante-mortem</i> e <i>Post-mortem</i>; • Disponibilizar a Equipa de Gestão de Incidentes Críticos – Apoio Psicossocial (EGIC Psicossocial); • Proteger a propriedade privada contra atos de saque; • Coordenar as ações de pesquisa de desaparecidos, promovendo a organização de um “Centro de Pesquisa e Localização”, onde se concentra a informação sobre os indivíduos afetados e onde se poderá recorrer para obter a identificação das vítimas; • Receber e guardar os espólios das vítimas, e informar o “Centro de Pesquisa de Desaparecidos”; • Assegurar um serviço de estafetas para utilização como meio alternativo de comunicação; • Colaborar nas ações de alerta e mobilização do pessoal envolvido nas operações de socorro, bem como no aviso às populações; • Executar, através dos GPS, ações de intervenção, em situação de emergência de proteção e socorro, designadamente nas ocorrências de incêndios rurais/florestais ou de matérias perigosas, catástrofes e acidentes graves; • Velar pela observância das disposições legais no âmbito sanitário, incluindo o apoio às ações de mortuária, nomeadamente na remoção dos cadáveres ou parte de cadáveres devidamente etiquetados e acondicionados; • Empenhar meios cinotécnicos na busca e resgate de vítimas;

Agentes de Proteção Civil	Responsabilidades
	<ul style="list-style-type: none"> Definir e implementar, os processos de identificação e credenciação do pessoal ligado às operações de proteção civil.
<p>Polícia de Segurança Pública (PSP)/Comando Distrital de Beja</p>	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a manutenção da ordem nas suas áreas territoriais de responsabilidade, salvaguardando a atuação de outras entidades e organismos; Exercer missões de: isolamento de áreas e estabelecimento de perímetros de segurança; restrição, condicionamento da circulação e abertura de corredores de emergência ou evacuação para as forças de socorro; escolta e segurança de meios das forças operacionais em deslocamento para as operações; apoio à evacuação de populações em perigo; Garantir a segurança de estabelecimentos públicos e a proteção de infraestruturas sensíveis, fixas e temporárias, e de instalações de interesse público ou estratégico nacional; Garantir a segurança física das equipas de restabelecimento das comunicações da rede SIRESP e assegurar a acessibilidade destas aos locais afetados da rede; Garantir a segurança dos locais e equipamentos que suportam a Rede SIRESP; Empenhar as Brigadas de Proteção Ambiental (BRIPA) dos Comandos Distritais na análise e deteção de quaisquer zonas potencialmente contaminadas, na sua área sua competência territorial; Coordenar as ações de pesquisa de desaparecidos, promovendo a organização de um "Centro de Pesquisa de Desaparecidos"; Receber e guardar os espólios das vítimas e informar o "Centro de Pesquisa e Localização";

Agentes de Proteção Civil	Responsabilidades
	<ul style="list-style-type: none"> • Colaborar, de acordo com as suas disponibilidades, na recolha de informação <i>Ante-mortem</i> e <i>Post-mortem</i>; • Assegurar um serviço de estafetas para utilização como meio alternativo de comunicação; • Colaborar nas ações de alerta e mobilização do pessoal envolvido nas operações de socorro, bem como no aviso às populações; • Velar pela observância das disposições legais no âmbito sanitário, incluindo o apoio às ações de mortuária, nomeadamente na promoção da remoção dos cadáveres ou parte de cadáveres; • Velar pela observância dos processos de identificação e credenciação do pessoal ligado às operações de proteção civil; • Comunicar à Autoridade Judicial competente e os meios de identificação de vítimas em articulação com a Autoridade de Saúde e em especial com o INMLCF; • Empenhar meios cinotécnicos na busca e resgate de vítimas.
<p>Forças Armadas (FA)</p>	<p>A colaboração das Forças Armadas será solicitada de acordo com os planos de envolvimento aprovados ou quando a gravidade da situação assim o exija, de acordo com a disponibilidade e prioridade de emprego dos meios militares, mas sempre enquadrada pelos respetivos comandos militares e legislação específica.</p> <p>A pedido da ANPC ao EMGFA, as Forças Armadas colaboram em:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apoiar logisticamente as forças operacionais, nomeadamente em infraestruturas, alimentação e montagem de cozinhas e refeitórios de campanha, água, combustível e material diverso (material de aquartelamento, tendas de campanha, geradores, depósitos de água, etc.); • Colaborar nas ações de prevenção, auxílio no combate e rescaldo em incêndios; • Apoiar a evacuação de populações em perigo;

Agentes de Proteção Civil	Responsabilidades
	<ul style="list-style-type: none"> • Organizar e instalar abrigos e campos de deslocados; • Desobstruir expeditamente as vias de comunicação e itinerários de socorro; • Abastecer de água as populações carenciadas; • Efetuar operações de busca e salvamento, socorro imediato e evacuação primária; • Prestar cuidados de saúde de emergência, contribuindo ainda, desde que possível, para o esforço nacional na área hospitalar, nomeadamente ao nível da capacidade de internamento nos hospitais e restantes unidades de saúde militares; • Efetuar o apoio sanitário de emergência, incluindo evacuação secundária de sinistrados, em estreita articulação com as autoridades de saúde; • Efetuar operação de remoção dos cadáveres para as Zonas de Reunião de Mortos e/ou destas para os Necrotérios Provisórios; • Apoiar com meios de Engenharia Militar as operações de limpeza e descontaminação das áreas afetadas; • Reforçar e/ou reativar as redes de telecomunicações; • Disponibilizar infraestruturas para operação de meios aéreos, nacionais garantindo apoio logístico e reabastecimento de aeronaves, quando exequível e previamente coordenado; • Disponibilizar meios navais, terrestres e aéreos para ações iniciais de reconhecimento e avaliação e para transporte de pessoal operacional; • Disponibilizar infraestruturas de unidades navais, terrestres ou aéreas de apoio às áreas sinistradas; • Colaborar nas ações de informação e sensibilização pública; • Reabilitar as infraestruturas.

Agentes de Proteção Civil	Responsabilidades
<p>Autoridade Marítima/ Polícia Marítima (AM/PM)/Capitania do Porto de Sines e de Vila Real de Santo António</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Desempenhar funções nos domínios do alerta e do aviso, nos espaços sob sua jurisdição; • Executar reconhecimentos marítimos e fluviais; • Planear e desencadear ações de busca e salvamento, apoio e socorro; • Intervir na área de segurança marítima, no que se refere ao tráfego de navios e embarcações e à salvaguarda da vida humana no mar; • Condicionar o acesso, circulação e permanência de pessoas e bens, na sua área de jurisdição; • Proteger a propriedade privada contra atos de saque; • Garantir a segurança de estabelecimentos públicos e proteção de infraestruturas sensíveis, fixas e temporárias, e de instalações de interesse público ou estratégico nacional; • Preservar a regularidade do Tráfego Marítimo em articulação com a Autoridade Nacional de Controlo do Tráfego Marítimo (ANCTM), em particular, atuando como agente de proteção civil, em situações de sinistro marítimo, socorro e emergência; • Coordenar eventuais operações de combate à poluição marítima por hidrocarbonetos ou outras substâncias perigosas na área portuária, conforme previsto no Plano Mar Limpo; • Prestar em tempo real, informação relacionada com a movimentação de navios e cargas transportadas, mercadorias perigosas e poluentes; • Organizar equipas de reconhecimento e avaliação de danos e prejuízos nas instalações portuárias; • Disponibilizar elementos para integrar Equipas Responsáveis por Avaliação de Vitimas mortais (ERAV-m); • Coordenar as Administrações Portuárias na resposta à emergência de acordo com as necessidades; • Cooperar na recuperação das capacidades portuárias;

Agentes de Proteção Civil	Responsabilidades
	<ul style="list-style-type: none"> • Coordenar a receção de ajuda externa através de meios navais; • Efetuar a ligação com as empresas de transporte marítimo conforme as necessidades; • Promulgar avisos à navegação; • Coordenar a segurança das instalações portuárias críticas; • Disponibilizar apoio logístico, no aplicável; • Efetuar levantamentos hidrográficos de emergência; • Efetuar reconhecimento subaquático; • Efetuar a ligação entre o Sistema de Proteção Civil e as Administrações Portuárias tendo em vista as capacidades logísticas disponíveis dos portos; • Estabelecer o assinalamento marítimo de recurso nos locais onde seja necessário; • Assegurar a manutenção da ordem, nas suas zonas de intervenção, salvaguardando a atuação de outras entidades e organismos operacionais; • Assegurar a segurança portuária e das orlas fluvial e marítima, na sua área de competência territorial; • Exercer missões de: isolamento de áreas e estabelecimento de perímetros de segurança; restrição, condicionamento da circulação e abertura de corredores de emergência ou evacuação para as forças de socorro; escolta e segurança de meios das forças operacionais em deslocamento para as operações; apoio à evacuação de populações em perigo; • Coordenar as ações de busca de desaparecidos; • Receber e guardar os espólios das vítimas; • Velar pela observância das disposições legais no âmbito sanitário, incluindo o apoio às ações de mortuária,

Agentes de Proteção Civil	Responsabilidades
	nomeadamente na remoção dos cadáveres ou parte de cadáveres devidamente etiquetados e acondicionados.
Autoridade Nacional da Aviação Civil (ANAC)	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a segurança aeronáutica; • Promover a coordenação civil e militar em relação à utilização do espaço aéreo e à realização dos voos de busca e salvamento; • Participar nos sistemas de proteção civil e de segurança interna; • Colaborar na resposta de proteção civil e socorro, de acordo com as missões operacionais legalmente definidas; • Cooperar com a autoridade nacional responsável em matéria de prevenção e investigação de acidentes e incidentes com aeronaves civis.
Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM)	<ul style="list-style-type: none"> • Coordenar todas as atividades de saúde em ambiente pré hospitalar, a triagem e evacuações primárias e secundárias, a referenciação e transporte para as unidades de saúde adequadas, bem como a montagem de Postos Médicos Avançados (PMA); • Coordenar e realizar a triagem e o apoio psicológico de emergência a prestar às vítimas no local da ocorrência, com vista à sua estabilização emocional e posterior referenciação para as entidades adequadas; • Garantir a articulação com todos os outros serviços e organismos do Ministério da Saúde, bem como com os serviços prestadores de cuidados de saúde, ainda que não integrados no Serviço Nacional de Saúde; • Assegurar um sistema de registo de vítimas desde o TO até às unidades de saúde de destino.
Hospitais, Centros	<ul style="list-style-type: none"> • Colaborar nas evacuações/transferências inter-hospitalares quando necessárias e solicitado pelo INEM;

Agentes de Proteção Civil	Responsabilidades
de Saúde e demais serviços de saúde	<ul style="list-style-type: none"> • Colaborar nas ações de saúde pública, nomeadamente no controlo de doenças transmissíveis; • Minimizar as perdas de vidas humanas, limitando as sequelas físicas e diminuindo o sofrimento humano; • Colaborar no apoio psicológico à população afetada; • Colaborar na resolução dos problemas de mortuária; • Prestar assistência médica e medicamentosa à população; • Assegurar a prestação de cuidados de saúde às vítimas evacuadas para essas unidades de saúde; • Colaborar na prestação de cuidados de emergência médica pré-hospitalares, nomeadamente reforçando as suas equipas e/ou material/equipamento, sempre que necessário e solicitado pelo INEM; • Organizar, aos diferentes níveis, a manutenção dos habituais serviços de urgência; • Estudar e propor ações de vacinação de emergência, se aplicável. • Dirigir as ações de controlo ambiental, de doenças e da qualidade dos bens essenciais; • Adotar medidas de proteção da saúde pública nas áreas atingidas; • Colaborar nas operações de regresso das populações; • Garantir o atendimento e o acompanhamento médico à população afetada.
Sapadores Florestais⁴ (SF)	<ul style="list-style-type: none"> • Proceder à desobstrução de caminhos; • Executar ações de rescaldo; • Executar ações de vigilância e ataque inicial aos incêndios florestais, sempre que solicitado; • Manter e beneficiar a rede divisional e de faixas e mosaicos de gestão de combustíveis, bem como de outras-infraestruturas.

⁴ Sob coordenação do ICNF, I.P., quando em prestação de serviço público.

2.3 Responsabilidades dos Organismos e Entidades de Apoio

Tabela II. 3 – Responsabilidades dos Organismos e Entidades de Apoio

Organismos e Entidades de Apoio	Responsabilidades
Associações Humanitárias de Bombeiros (AHB) do distrito de Beja	<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilizar meios, recursos e pessoal; • Apoiar logisticamente a sustentação das operações, na área de atuação própria do seu CB, com o apoio do respetivo Serviço Municipal de Proteção Civil; • Disponibilizar edifícios e outras infraestruturas para alojamento e apoio às populações; • Manter a capacidade de fornecimento de apoio logístico aos meios do seu Corpo de Bombeiros.
Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses (INMLCF)	<ul style="list-style-type: none"> • Coadjuvar técnica e operacionalmente o Ministério Público na coordenação dos serviços mortuários; • Assegurar o correto tratamento dos cadáveres; • Realizar as autópsias e demais procedimentos para identificação da causa de morte; • Proceder à identificação das vítimas. • Proceder à recolha de informação <i>Ante-mortem</i> no(s) Centro(s) de Recolha de Informação, aquando da sua ativação, com a colaboração da PJ; • Assumir a direção e coordenação das tarefas de mortuária decorrentes do evento, designadamente, a investigação forense para identificação dos corpos, com vista à sua entrega aos familiares; • Assumir outras tarefas de investigação forense, de acordo com o ordenado pelo Ministério Público;

Organismos e Entidades de Apoio	Responsabilidades
	<ul style="list-style-type: none"> • Gerir as Zonas de Reunião de Mortos (ZRnM) e os necrotérios provisórios (NecPro); • Mobilizar a equipa Médico-Legal de Intervenção em Desastres (EML-DVI), acionando os seus sistemas de alerta próprios; • Coordenar, através da EML-DVI portuguesa, as Equipas de Mortuária provenientes da ajuda internacional.
Ministério Público (MP)	<ul style="list-style-type: none"> • Coordenar os serviços mortuários, coadjuvado técnica e operacionalmente pelo Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses; • Determinar a ativação de um ou mais Centros de Recolha de Informação, para recolha de informação <i>Ante-mortem</i> sob a responsabilidade da PJ e do INMLCF; • Autorizar a remoção de cadáveres ou partes de cadáveres do local onde foram etiquetados para as Zonas de Reunião de Mortos e destas para os Necrotérios Provisórios; • Receber a informação das entidades gestoras das Zona de Reunião de Mortos e dos Necrotérios Provisórios, acerca do número de mortes verificadas e de mortos identificados ou por identificar, bem como a informação sobre as estruturas organizativas instaladas para a intervenção nesses domínios.
Instituto dos Registos e Notariado (IRN)	<ul style="list-style-type: none"> • Proceder ao assento de óbitos e garantir toda a tramitação processual e documental associada.
Polícia Judiciária (PJ)	<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar nas ações de combate à criminalidade; • Proceder à identificação das vítimas através da Polícia Técnica e do Laboratório de Polícia

Organismos e Entidades de Apoio	Responsabilidades
	<p>Científica;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Proceder à recolha de informação <i>Ante-mortem</i> no(s) Centro(s) de Recolha de Informação, aquando da sua ativação, com a colaboração do INMLCF; • Gerir a informação <i>Ante-mortem</i> e <i>Post-mortem</i> no Centro de Conciliação de Dados; • Disponibilizar elementos para integrar Equipas Responsáveis por Avaliação de Vítimas mortais (ERAV-m); • Acionar a Unidade de Cooperação Internacional (UCI) para obtenção de dados para a identificação de vítimas de nacionalidade estrangeira;
<p>Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Coordenar a cooperação entre as forças e serviços de segurança nacionais e de outros países em matéria de circulação de pessoas e de controlo de estrangeiros; • Assegurar a realização de controlos móveis e de operações conjuntas com serviços ou forças de segurança congéneres; • Autorizar e verificar a entrada de pessoas a bordo de embarcações e aeronaves; • Proceder à identificação de cadáveres de cidadãos estrangeiros; • Proceder à avaliação dos decorrentes cenários de risco, no âmbito das suas competências; • Proceder à investigação dos crimes de auxílio à imigração ilegal, bem como investigar outros com ele conexos, sem prejuízo da competência de outras entidades; • Orientar os cidadãos estrangeiros presentes na área sinistrada sobre procedimentos a adotar; • Estabelecer os contactos eventualmente necessários com os diferentes Consulados e Embaixadas;

Organismos e Entidades de Apoio	Responsabilidades
	<ul style="list-style-type: none"> • Impedir o desembarque de passageiros e tripulantes de embarcações e aeronaves que provenham de pontos ou aeroportos de risco, no aspeto sanitário, sem prévio assentimento das competentes autoridades sanitárias.
Administração Regional de Saúde (ARS) do Alentejo	<ul style="list-style-type: none"> • Coordenar e assegurar a vigilância epidemiológica de determinantes da saúde e de doenças transmissíveis e não transmissíveis, bem como os sistemas de alerta e resposta apropriada a emergências de saúde pública; • Disponibilizar elementos para integrar Equipas Responsáveis por Avaliação de Vítimas mortais (ERAV-m).
Centro Distrital de Segurança Social de Beja (CDSS)	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar e coordenar as ações de apoio social às populações, em articulação com os vários sectores intervenientes; • Colaborar na definição de critérios de apoio social à população; • Assegurar a constituição de equipas técnicas, em articulação com os vários sectores intervenientes, para receção, atendimento e encaminhamento da população; • Participar nas ações de pesquisa e reunião de desaparecidos; • Colaborar no apoio psicológico, de acordo com as suas disponibilidades, no(s) Centro(s) de Recolha de Informação, aos familiares que fornecem informação; • Participar na instalação da Zona de Concentração e Apoio da População (ZCAP), assegurando o fornecimento de bens e serviços essenciais; • Manter um registo atualizado do número de vítimas assistidas e com necessidade de continuidade de acompanhamento;

Organismos e Entidades de Apoio		Responsabilidades
Organizações de Carácter Social ⁵		<ul style="list-style-type: none"> Colaborar nas ações de movimentação das populações.
	Cáritas Diocesanas	<ul style="list-style-type: none"> Apoiar as ações de evacuação das populações, pesquisa de desaparecidos e gestão de campos de deslocados; Apoiar no voluntariado através da distribuição de alimentos, roupa, agasalhos e outros bens essenciais; Apoiar o sistema de recolha e armazenamento de dádivas; Disponibilizar locais de alojamento para deslocados.
	Misericórdias	<ul style="list-style-type: none"> Apoiar as ações de evacuação das populações, pesquisa de desaparecidos e gestão de campos de deslocados; Apoiar no voluntariado através da distribuição de alimentos, roupa, agasalhos e outros bens essenciais; Apoiar o sistema de recolha e armazenamento de dádivas; Disponibilizar locais de alojamento para deslocados; Procurar obter meios de subsistência a nível logístico e alimentar; Atuar nos domínios do apoio logístico e social; Assegurar a prestação de serviços a crianças, idosos, pessoas sem-abrigo e doentes; Acolher, acompanhar e encaminhar situações de carência socioeconómica; Acompanhar psicologicamente na fase pós risco.

⁵ Consultar lista de contactos constante em III-2

Organismos e Entidades de Apoio		Responsabilidades
Organizações de Voluntariado de Proteção Civil ⁶	Cruz Vermelha Portuguesa (CVP)	<ul style="list-style-type: none"> • Colaborar nas missões de busca e salvamento, apoio à sobrevivência, socorro e assistência sanitária; • Colaborar na instalação de estruturas móveis nas Zonas de Concentração e Apoio das Populações (ZCAP); • Colaborar na evacuação de feridos e o transporte de desalojados e ilesos; • Colaborar no levantamento e transporte de cadáveres, em articulação com as autoridades de saúde; • Colaborar na prestação de apoio psicossocial, através de equipas de psicólogos e de equipas voluntárias; • Colaborar nas operações de remoção dos cadáveres para as Zonas de Reunião de Mortos (ZRnM) e ou destas para os Necrotérios Provisórios (NecProv); • Colaborar na construção e/ou montagem de postos de triagem e/ou Postos Médicos Avançados e na estabilização de vítimas; • Colaborar no apoio sanitário, distribuição de roupas, alimentos e água potável às populações evacuadas; • Colaborar no enquadramento do pessoal voluntário que se ofereça para colaborar.
	Agrupamentos de Escuteiros	<ul style="list-style-type: none"> • Prestar apoio com meios humanos e materiais, para o cumprimento das ações que lhe forem atribuídas, quando solicitado, designadamente na distribuição de agasalhos, roupas e bens

⁶ Entende-se por "Organizações de Voluntariado de Proteção Civil" instituições de voluntários com interesse para a proteção civil, nomeadamente, pessoas coletivas de direito privado, de base voluntária, sem fins lucrativos, legalmente constituídas e que prossigam finalidades de interesse geral ou de bem comum, cujos fins estatutários refiram o desenvolvimento de ações no domínio da proteção civil.

Organismos e Entidades de Apoio		Responsabilidades
	(CNE e AEP)	<p>alimentares, bem como no alojamento e na organização de acampamentos de emergência;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Colaborar no aviso às populações; • Apoiar as ações de pesquisa de desaparecidos e de gestão de campos de deslocados.
	Radioamadores	<ul style="list-style-type: none"> • Garantir a interoperabilidade entre redes e sistemas de comunicação das diversas entidades; • Apoiar as radiocomunicações de emergência, de acordo com as suas próprias disponibilidades; • Estabelecer e garantir autonomamente vias de comunicação, recuperação e integração de outros meios e dispositivos de comunicação; • Colocar em funcionamento equipamentos e meios técnicos colapsados; • Reportar através dos meios de rádio, informação útil ao acionamento de meios de socorro e salvamento; • Assegurar a difusão de informação útil às populações.
	Outras Organizações Não Governamentais (ONG)	<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar o desenvolvimento de ações de busca e deteção de vítimas confinadas; • Garantir a comunicação de todos os casos de emergência detetados à estrutura de comando; • Desenvolver ações de reforço da difusão de alertas com recurso a meios próprios de comunicações; • Contribuir, se necessário, para o reforço de recursos humanos nas ambulâncias e postos de socorros;

Organismos e Entidades de Apoio		Responsabilidades
		<ul style="list-style-type: none"> • Colaborar na construção e/ou montagem de postos de triagem e/ou Postos Médicos; • Colaborar na montagem de Postos de Comando; • Colaborar na prestação de apoio psicológico e social, através de equipas de psicólogos e de equipas de voluntários; • Executar ações de prevenção secundária; • Apoiar o socorro e o resgate das vítimas; • Colaborar no enquadramento do pessoal voluntário que se disponibilize para colaborar.
	ANA Aeroportos	<ul style="list-style-type: none"> • Fornecer informação relativa à operacionalidade dos aeroportos sob sua jurisdição; • Fornecer meios técnicos e humanos de socorro para colaborar nas ações de salvamento; • Disponibilizar as suas infraestruturas e equipamentos de gestão de crises para o apoio à coordenação das operações; • Disponibilizar espaços para a concentração de sinistrados, estabelecimento de zonas de receção, triagem e cuidados médicos, bem como para o depósito de cadáveres; • Assumir, conforme a sua operacionalidade, um papel relevante na chegada de ajuda internacional, bem como na evacuação de sinistrados em aeronaves e helicópteros.

Organismos e Entidades de Apoio	Responsabilidades	
Infraestruturas de Portugal, S.A. (IP, S.A.)	Rodovia	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a reposição das condições de circulação e segurança nas infraestruturas rodoviárias; • Garantir a habilitação das forças de segurança com a informação técnica necessária para cortes e aberturas ao tráfego; • Disponibilizar informação sobre os itinerários alternativos nos casos de corte de vias; • Programar as intervenções necessárias à reposição das condições de circulação e segurança; • Disponibilizar informação sobre os planos de reabilitação, beneficiação e de segurança rodoviário.
	Ferrovia	<ul style="list-style-type: none"> • Gerir a circulação de comboios dos operadores em tempo real, com padrões de segurança; • Disponibilizar a informação constante no Plano de Emergência Geral, para evacuação de sinistrados e prestação de socorro; • Assegurar a disponibilidade de técnicos e operacionais, com responsabilidade nas infraestruturas afetadas, para integrar equipas técnicas de avaliação; • Manter um registo atualizado dos meios disponíveis.
Concessionários de	<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilizar informações sobre a manutenção e recuperação de vias e da 	

Organismos e Entidades de Apoio	Responsabilidades
Autoestradas – Brisa – Autoestradas de Portugal, S.A.	<p>operacionalidade dos meios de que dispõem, sempre que solicitados e disponíveis;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Disponibilizar meios e executar obras de reparação, desobstrução de vias e/ou reconstrução, com meios próprios ou cedidos, na sua área de intervenção; • Contribuir para a articulação entre a rede rodoviária e outros modos de transporte; • Promover a reposição das condições de circulação e assegurar a proteção das infraestruturas rodoviárias e a sua funcionalidade, na sua área de intervenção; • Prestar os serviços de assistência, socorro e proteção, incluindo diagnóstico e a desempanagem de viaturas imobilizadas, sempre que possível e na sua área de assistência rodoviária; • Assegurar as comunicações internas via telefone SOS, operar os equipamentos de telemática e realizar patrulhamentos, de modo a prestar a melhor informação possível.
Empresas de Transporte Rodoviário de Pesados de Passageiros⁷	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar, a disponibilização de transportes rodoviários para apoio à movimentação das populações ou para transporte de forças operacionais.
Entidades gestoras de sistemas de abastecimento de água⁸	<ul style="list-style-type: none"> • Garantir a avaliação de danos e intervenções prioritárias para o rápido restabelecimento do abastecimento de água potável a serviços e unidades produtivas estratégicos, bem como dos pontos essenciais ao consumo das populações afetadas; • Garantir a operacionalidade de piquetes regulares e em emergência, para eventuais

⁷ Consultar lista de contactos constante em III-2

⁸ Consultar lista de contactos constante em III-2

Organismos e Entidades de Apoio	Responsabilidades
	<p>necessidades extraordinárias de intervenção na rede e nas estações de tratamento;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Garantir reservas estratégicas e capacidades para a manutenção da prestação de serviço; • Repor, com carácter prioritário, a prestação do serviço junto dos consumidores finais.
Entidades gestoras de sistemas de distribuição de gás/combustíveis⁹	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar a manutenção e o restabelecimento da distribuição de gás e combustíveis, tendo em conta, na medida do possível, prioridades definidas; • Garantir prioridades de distribuição às forças operacionais.
Rede Elétrica Nacional (REN)	<ul style="list-style-type: none"> • Garantir o rápido restabelecimento das redes de transformação, transporte e distribuição de energia elétrica e da rede de gás natural; • Manter informação atualizada sobre a situação da rede; • Manter a disponibilidade de grupos geradores para apoio em situações de falha nas redes. • Efetuar o levantamento dos prejuízos causados; • Coordenar com a EDP a estabilização dos sistemas de alta e baixa tensão; • Coordenar com a entidade gestora do sistema de distribuição de gás a estabilização e segurança das redes de gás natural.

⁹ Consultar lista de contactos constante em III-2

Organismos e Entidades de Apoio		Responsabilidades
EDP	EDP Produção	<ul style="list-style-type: none"> Garantir o rápido restabelecimento das redes de transformação, transporte e distribuição de energia elétrica e da rede de gás natural; Manter informação atualizada sobre a situação da rede; Manter a disponibilidade de grupos geradores para apoio em situações de falha nas redes; Efetuar o levantamento dos prejuízos causados; Recuperar os danos sofridos nos seus centros produtores de energia elétrica, no sentido da retoma, tão rapidamente quanto possível, das condições normais de exploração.
	EDP Distribuição	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a manutenção e o restabelecimento da distribuição de energia elétrica tendo em conta, na medida do possível, prioridades definidas; Efetuar o levantamento dos prejuízos causados; Recuperar os danos sofridos pelas redes e pelas subestações e postos de transformação de distribuição.
Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal (SIRESP)		<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a avaliação e as intervenções técnicas que promovam o rápido restabelecimento das comunicações rádio da rede SIRESP; Assegurar a colaboração de equipas técnicas localizadas fora da zona de sinistro no apoio ao restabelecimento dos equipamentos e meios afetados pelo acidente grave ou catástrofe; Assegurar a interligação das comunicações via sítios móveis com rede; Disponibilizar os relatórios sumários (pré definidos) de ponto de situação, na medida do possível, acerca da funcionalidade operacional da rede SIRESP, incluindo referência a eventuais áreas de cobertura afetada, níveis de saturação e situações de difícil reposição

Organismos e Entidades de Apoio	Responsabilidades
	rápida.
Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P. (IPMA)	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar a vigilância meteorológica e geofísica; • Fornecer aconselhamento técnico e científico, em matérias de meteorologia e geofísica; • Assegurar o funcionamento permanente das redes de observação, medição e vigilância meteorológica e sísmica, assegurando eventuais reparações de emergência; • Emitir avisos meteorológicos, direcionados para a atuação das forças operacionais; • Elaborar cartas diárias de risco de incêndio; • Elaborar boletins de previsão do estado do tempo, direcionados para a atuação das forças operacionais; • Assegurar o funcionamento permanente da rede sísmica nacional e do sistema de alerta sísmico, garantindo a realização de intervenções corretivas.
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)	<ul style="list-style-type: none"> • Mobilizar, em caso de incêndio rural/florestal nas áreas protegidas e nas áreas florestais sob a sua gestão, técnicos de apoio à gestão técnica da ocorrência; • Apoiar com meios próprios as ações de 1ª intervenção; • Produzir cartografia para apoio ao planeamento de operações de combate a incêndios florestais; • Colaborar nas ações de socorro e resgate, nas áreas protegidas; • Colaborar nas ações de informação pública.
Agência Portuguesa do Ambiente	<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilizar em tempo real, dados hidrometeorológicos das estações com telemetria, da rede de monitorização do Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos (SNIRH);

Organismos e Entidades de Apoio	Responsabilidades
(APA)	<ul style="list-style-type: none"> • Colaborar nas ações de planeamento no âmbito dos acidentes químicos; • Colaborar nas ações de deteção, aviso e alerta no âmbito de incidentes que envolvam agentes Nucleares, Radiológicos e Biológicos; • Colaborar, nos termos do Decreto-Lei 174/2002, de 17 de julho, em incidentes que envolvam agentes Nucleares e Radiológicos de que resulte ou possa resultar risco para a população e para o ambiente nas seguintes ações: <ul style="list-style-type: none"> ➤ Propor as ações adequadas, atentos os aspetos radiológicos em presença para garantia da proteção do ambiente e das populações; ➤ Em caso de necessidade de resposta à situação de emergência: <ul style="list-style-type: none"> ○ Enviar pessoal para a zona onde se verificou a situação de emergência, se considerado apropriado, e coordenar, no terreno, as ações relativas aos aspetos radiológicos; ○ Dar resposta às solicitações das autoridades locais, distritais, regionais e nacionais sobre informação técnica e assistência técnica; ○ Disponibilizar técnicos de ligação com as autoridades locais, distritais, regionais e nacionais para avaliação de aspetos técnicos e das consequências potenciais ou reais; ○ Prestar assistência às autoridades locais, distritais, regionais e nacionais na implementação das medidas de intervenção; ➤ Reexaminar todas as recomendações técnicas emitidas por outros organismos antes de serem postas em prática, de modo a garantir a consistência das recomendações radiológicas, integrando o parecer da Comissão Nacional para Emergências Radiológicas

Organismos e Entidades de Apoio	Responsabilidades
	<p>(CNER);</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Aprovar o envio às autoridades locais, distritais, regionais e nacionais dos dados de monitorização e das avaliações feitas; ➤ Rever e cooperar na divulgação da informação oficial relacionada com a situação; ➤ Aprovar a divulgação de avaliações oficiais das condições na zona em que ocorreu a situação de emergência radiológica; ➤ Fornecer informações e dar resposta a solicitações dos membros do Governo sobre a situação radiológica; • Fiscalizar as condições de segurança das barragens, designadamente nos aspetos estruturais, hidráulico-operacionais e ambientais; • Promover a recolha e análise de amostras de água em situações graves de poluição hídrica; • Monitorizar o estado das massas de água e a evolução dos níveis de água das albufeiras, das descargas das barragens e das observações meteorológicas; • Propor medidas que contribuam para assegurar a disponibilidade de água para o abastecimento público e, em seguida, para as atividades vitais dos sectores agropecuários e industrial em situação de seca; • Inventariar as fontes potenciais de poluição do meio hídrico e propor medidas de atuação em caso de contaminação dos recursos hídricos; • Prestar assessoria técnica especializada nas áreas da sua competência e colaborar na implementação de medidas destinadas a salvaguardar a qualidade dos recursos hídricos e

Organismos e Entidades de Apoio	Responsabilidades
	<p>dos ecossistemas bem como a segurança de pessoas e bens;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Assegurar a análise e avaliação periódicas das componentes ambientais das águas, de forma a identificar e aplicar novas capacidades operativas face à eventual evolução da situação; • Promover a realização de ações de informação e sensibilização públicas.
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDR Alentejo)	<ul style="list-style-type: none"> • Colaborar nas ações de prevenção, deteção e aviso/alerta relativamente a atividades relacionadas com operações de gestão de resíduos e com a emissão de poluentes para a atmosfera.
Empresas que oferecem redes de comunicações públicas ou serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público	<ul style="list-style-type: none"> • Garantir prioridades de acesso aos endereços correspondentes a serviços e entidades essenciais; • Assegurar a avaliação e as intervenções técnicas imediatas para a manutenção e o restabelecimento das comunicações; • Assegurar a recuperação dos serviços em caso de destruição de infraestruturas, sejam elas suportes físicos de transmissão (cabos, condutas, etc.) ou nós de rede; • Possibilitar o desvio de tráfego de atendimento telefónico em 60 minutos; • Possibilitar a deslocação de equipas técnicas; • Disponibilizar um relatório de situação, onde constará a capacidade operacional das suas redes e serviços, incluindo eventuais áreas de cobertura afetadas, níveis de saturação e tempo estimado de reposição; • Garantir emissões para o público.

Organismos e Entidades de Apoio	Responsabilidades
	<ul style="list-style-type: none"> • Garantir prioridade às chamadas com destino ao número único de emergência (112); • Diligenciar prioridade na reposição de serviços afetados a entidades essenciais que sejam seus clientes, tendo em conta critérios de viabilidade técnica e de proporcionalidade das medidas a cumprir pelos operadores; • Prestar o serviço de mensagens escritas a entidades que sejam seus clientes para o envio de mensagens de notificação; • Colaborar, quando tecnicamente possível, na redução ou eliminação do tráfego de comunicações existente nas zonas de sinistro.
CP – Comboios de Portugal	<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilizar os meios ferroviários necessários à constituição de comboios, de modo a garantir a evacuação de pessoas e o transporte de mercadorias; • Manter um registo atualizado da situação dos meios disponíveis; • Prestar assessoria técnica especializada.

3. Organização

3.1 Infraestruturas de relevância operacional

3.1.1 Rede Rodoviária

O distrito de Beja é servido por um conjunto de estradas, que se destinam a assegurar diferentes necessidades de deslocação. Em termos da rede nacional rodoviária, o distrito de Beja possui 1420 km de extensão total, subdividida em 275 km de rede nacional fundamental, 415 km de rede nacional complementar, 439 km classificados como estradas regionais e 291 km de estradas desclassificadas a municipalizar (Tabela II. 4).

Tabela II. 4 – Extensão da rede nacional rodoviária distribuída por tipo de rede rodoviária
(fonte: IP, Infraestruturas de Portugal, S.A., julho 2015)

	REDE RODOVIÁRIA NACIONAL ¹⁰							
	Rede fundamental		Rede complementar			Estradas regionais		Estradas Desclas-sificadas
	Itinerários principais		Itinerários complementares		Estradas nacionais			
	Com duas faixas	Com uma faixa	Com duas faixas	Com uma faixa				
Extensão (km)	89	186	0	162	253	481	291	

De acordo com o Plano Rodoviário Nacional (PRN 2000), o distrito conta com quatro itinerários que o atravessam longitudinalmente e transversalmente (Figura II. 4 e Tabela II. 5):

- O itinerário principal IP1/A2, que vem desde o distrito de Setúbal, é uma das principais vias de ligação entre os distritos do litoral do país. Faz ligação também via Faro ao território espanhol, nomeadamente a região de Andaluzia.
- O itinerário principal IP2, que vem desde o distrito de Bragança, é uma das principais vias de ligação e de conexão entre os distritos do interior do país (Bragança, Beja, Castelo Branco, Portalegre, Évora e Faro).

¹⁰ Estradas constantes do Plano Rodoviário Nacional 2000 (D.L. n.º 222/98, de 17 de Julho), considerando as alterações previstas na lei 98/99 de 26 de Julho e pelo Decreto-Lei n.º 182/2003 de 16 de Agosto. Estão incluídas as Autoestradas, dividindo-se tanto pela rede fundamental, como pela rede complementar (vias com duas faixas).

- O itinerário principal IP8 é uma das principais ligações ao distrito de Setúbal e ao território espanhol (Andaluzia).
- O itinerário complementar IC1 é uma das principais vias de ligação aos distritos de Faro, Setúbal, Santarém e Lisboa.

Para além destas vias, o distrito conta com um conjunto de estradas nacionais, que permitem a conexão entre os municípios, bem como estradas regionais que têm interesse supramunicipal e complementam a rede rodoviária nacional.

Neste conjunto de vias estão também incluídas várias ligações de carácter local aos distritos limítrofes, nomeadamente Évora, Setúbal, Faro, bem como ao território espanhol. Estas ligações, em conjunto com as ligações de carácter estratégico anteriormente descritas poderão, em caso de acidente grave ou catástrofe, constituir importantes eixos de acesso de meios de apoio provenientes do exterior.

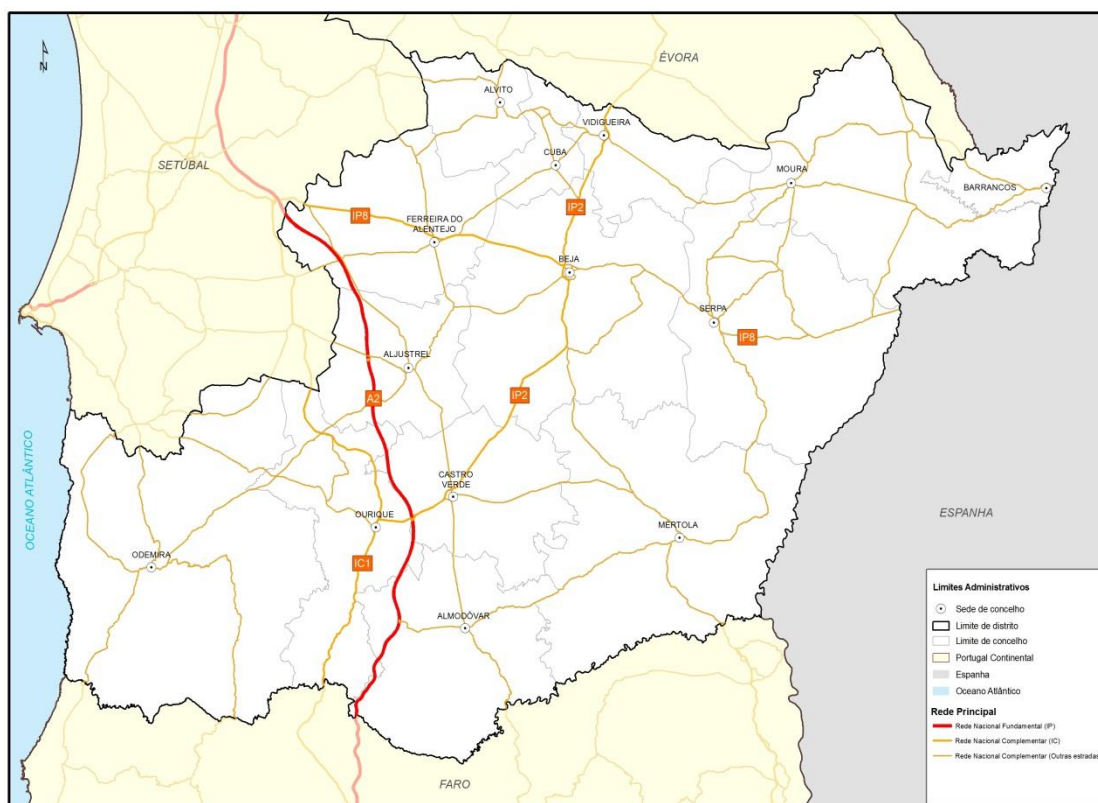


Figura II. 4 – Estrutura rodoviária do distrito de Beja¹¹
(fonte: InfoPortugal, 2013)

¹¹ O IP1 e a A2 são a mesma rodovia.

Tabela II. 5 – Desagregação da rede nacional rodoviária no distrito de Beja
(fonte: IP - Infraestruturas de Portugal de Portugal, S. A., julho 2015)

TIPOLOGIAS	CLASSIFICAÇÃO	DESIGNAÇÃO	PONTOS EXTREMOS E/OU INTERMÉDIOS NO DISTRITO
Rede Nacional Fundamental	IP1 (AE2)-rede nacional de autoestradas (Brisa)	Lisboa - Albufeira	Aljustrel - Castro Verde
	IP2	Portelo - Castro Verde	Vidigueira – Variante à Vidigueira – S. Matias – Beja – Alburnoa – Castro Verde
	IP8	Sines - Vila Verde de Ficalho	Santa Margarida do Sado - Ferreira do Alentejo – Beja – Baleizão – Serpa - Vila Verde de Ficalho
Rede Nacional Complementar	IC1	Valença - Guia	Ourique - Santana da Serra
	IC27(EN122)	interseção IP2 (prox. Beja) - Castro Marim	Vale de Açor - Algodor - Mertola - Espirito Santo
	IC4(EN120)	Sines - Lagos	S. Luis - Odemira - Portas do Transval - Baiona
	EN121	Prox. Santiago do Cacém (STB) - Ferreira do Alentejo	Canhestros - Ferreira do Alentejo
	EN123	Interseção com o IC1 - nó AE2	Ourique - (Grandaços)
	EN18	Beja - Ervidel	Beja (IP 2) - Santa Vitória - Ervidel (entroncamento da EN 2)
	EN2	Ervidel - Aljustrel	Ervidel - Aljustrel
	EN2	Castro Verde - limite do distrito de Faro	Castro Verde - Rosario - Almodovar
	EN255	Moura - Serpa	Moura - Pias - Serpa (IP8)
	EN257	IC33 - Alvito	Alvito
	EN258	Alvito - Vila Ruiva	Alvito - Vila Ruiva
	EN258	Moura - Barrancos	Moura - Santo Amador - Safara - Santo Aleixo da Restauração - Barrancos
	EN258-1	Vila Ruiva - IP2	Vila Ruiva - Cuba
	EN263	Odemira - Aljustrel	Odemira - Santa Luzia - Messejana - Aljustrel
Estradas Regionais	ER123	Odemira - Ourique	Odemira - Luzianes - S. Martinho das Amoreiras - Garvão - Ourique
	ER123	Castro Verde - Mertola	Castro Verde - S. Marcos da Ataboeira - Mertola
	ER2	Limite do Distrito STB / BJA - Ervidel	Odivelas - Ferreira do Alentejo
	ER2	Aljustrel - Castro Verde	Aljustrel - Carregueiro - castro Verde
	ER255	(Barragem da Alqueva) - Moura	Moura
	ER257	Alvito - Prox. Odivelas	Alvito
	ER258	Vila Ruiva - Moura	Vila Ruiva - Vidigueira - Pedrogão - Moura

TIPOLOGIAS	CLASSIFICAÇÃO	DESIGNAÇÃO	PONTOS EXTREMOS E/OU INTERMÉDIOS NO DISTRITO
	ER261	Santiago do Cacem (Limite do distrito STB / BJA) - Aljustrel	Aljustrel
	ER265	Serpa - Mertola	Serpa - Vales Mortes - Mina de S. Domingos - Moreanes - Mertola
	ER266	Luzianes - Monchique (limite do Distrito BJA / FAR	Luzianes - Saboia - Nave Redonda
	ER267	Almodôvar - Mertola	Almodovar - Semblana - S. João dos Caldeireiros- Mertola
	ER385	Mourão (limite do distrito EVR / BJA) - Vila Verde de Ficalho	Amareleja - Safara - Sobral d'Adiça
	ER389	Santiago do Cacem (limite do Distrito STB / BJA) - Garvão	Colos - Santa Luzia
	ER390	Santiago do Cacem (limite do Distrito STB / BJA) - Vila Nova de Milfontes	Vila Nova de Milfontes
	ER393	Vila Nova de Milfontes - interseção com o IC4 (EN120)	Vila Nova de milfontes
	ER393	Gomes Aires - Almodôvar	Gomes Aires - Almodôvar
Estradas desclassificadas e / ou a municipalizar	CP_EN123_KM_058+855_E e CP_EN123_KM_062+080_D	caminhos paralelos EN123	Castro Verde e Grandaços
	CP_IP2_KM_318+400_E; CP_IP2_KM_318+953_D; CP_IP2_KM_319+590_E; CP_IP2_KM_319+890_E; CP_IP2_KM_320+260_D	Caminhos paralelos do IP2	proximidades de Vidigueira
	CP_IP2_KM_360+775_E; CP_IP2_KM_367+550_D; CP_IP2_KM_368+450_E;	Caminhos paralelos do IP2	Prox de Trindade e Albernoa
	CP_IP2_KM_390+800_E; CP_IP2_KM_392+608_D; CP_IP2_KM_394+365_D	Caminhos paralelos do IP2	prox no AE2 - Piçarras
	EM122	caminho paralelo ao IP2	Aterro Sanitário _ interseção com o IC27 (EN122)
	EM123-1	limite dos concelhos Ourique - Odemira / limite dos concelhos Odemira - Ourique	limite dos concelhos Ourique - Odemira / limite dos concelhos Odemira - Ourique
	EM18	caminho paralelo ao IP2	Mendro - variante da Vidigueira
	EM2	castro Verde (200m)	castro Verde (200m)

TIPOLOGIAS	CLASSIFICAÇÃO	DESIGNAÇÃO	PONTOS EXTREMOS E/OU INTERMÉDIOS NO DISTRITO
	EM255	interseção com a EM386 - interseção com a ER255	interseção com a EM386 - interseção com a ER255
	EM255-1	Moura - Sobral d'Adiça	Moura - Sobral d'Adiça
	EM258-2	Santo Aleixo da Restauração	Santo Aleixo da Restauração
	EM261-4	Prox. Panoias - interseção com a ER123	Panoias
	EM264	caminho paralelo do IC1	acesso a via municipal (prox. ponte do Guilherme)
	EM265	Brinches - Serpa	Brinches - Serpa
	EM2-8	Ervidel - Proximidades da Barragem do Roxo	Ervidel - Proximidades da Barragem do Roxo
	EM383	Interseção com a EN257 - limite do Distrito de STB / BJA (concelhos Alcacer do Sal / Alvito)	Vila Nova da Baronia
	EM383	Interseção com o IP8 (EN259) prox. de santa margarida do sado - Aljustrel	Canhestros - Montes Velhos - Aljustrel
	EM386	Brinches -Prox. de Barrancos	Moura - Amareleja
	EM386	acessos à albufeira da barragem	2 acessos à albufeira da barragem
	EM387	interseção com o IP8 (EN121) - Vila de Frades	Peroguarda - Cuba - Vila de Frades
	EM388	interseção com o IP8 (EN260) - Estação de Baleizão	interseção com o IP8 (EN260) - Estação de Baleizão
	EM389-1	Garvão - Estação da Funcheira	Garvão - Estação da Funcheira
	EM391	ligação ao IP2 - estação do CF de Quintos	Salvada - Cabeça Gorda
	EM392	Vila Nova de S. Bento - Brinches	Vila Nova de S. Bento - Pias - Brinches

De acordo com a distribuição e densidade da rede viária nacional no distrito, verifica-se uma importante assimetria no acesso e circulação de meios em caso de acidente grave ou catástrofe. Estas infraestruturas encontram-se distribuídas principalmente nas zonas de interior junto dos principais centros populacionais. Nestes casos, em situações de acidente grave ou catástrofe, particularmente em caso de incêndios florestais ou no socorro a populações mais isoladas, a opção por estradas de carácter municipal e/ou local deverá ser considerada.

3.1.2 Rede Ferroviária

A rede ferroviária presente no distrito de Beja apresenta uma extensão de 204,05 km (Figura II. 5). Esta via-férrea está classificada como rede principal na Concordância da Funcheira, sendo que esta via apresenta nos primeiros 7,4 quilómetros (aproximadamente) via múltipla, e nos restantes cerca de 10 quilómetros, até ao apeadeiro da Funcheira, única via. A Linha do Sul está também classificada como rede principal, desde o apeadeiro da Funcheira até ao apeadeiro de São Marcos da Serra com via única. Como rede complementar e com via única, estão classificadas a Linha do Alentejo, desde o apeadeiro da Funcheira até ao apeadeiro de Vila Nova da Baronia e o Ramal Neves Corvo.

O distrito de Beja conta um conjunto de estações de caminho-de-ferro (11) distribuídas pelos concelhos de:

- Aljustrel (na freguesia de União das freguesias de Aljustrel e Rio de Moinhos);
- Alvito (nas freguesias de Alvito e Vila Nova da Baronia);
- Beja (na freguesia de União das freguesias de Beja (Salvador e Santa Maria da Feira));
- Castro Verde (na freguesia de União das freguesias de Castro Verde e Casével);
- Cuba (na freguesia de Cuba);
- Odemira (nas freguesias de São Martinho das Amoreiras, Luzianes-Gare e Santa Clara-a-Velha (2));
- Ourique (na freguesia de União das freguesias de Garvão e Santa Luzia).

As passagens de nível existentes no distrito são 32 (Tabela II. 6), tendo o município de Castro Verde o maior número, 17. De referir a existência de 12 passagens de nível sem guarda localizadas nos municípios de Almodôvar, Alvito, Beja, Castro Verde e Ourique.

Tabela II. 6 – Número de passagens de nível segundo a sua tipologia para os municípios de Beja
(fonte: REFER, 2014)

CONCELHO	AUTOMÁTICA COM MEIAS BARREIRAS	GUARDADA	PARTICULAR	PEDONAL	SEM GUARDA
Almodôvar	-	-	-	-	1
Alvito	1	-	2	-	1
Beja	-	-	-	1	3
Castro Verde	3	-	-	-	14
Cuba	-	1	-	-	-
Odemira	1	-	-	-	-
Ourique	-	-	-	1	3

Os Patamares de velocidade na Concordância da Funcheira e na Linha do Sul variam de 120 km/h até aos 160 km/h. Na Linha do Alentejo, do apeadeiro da Funcheira até ao apeadeiro de Ourique, as velocidades variam desde os 90 km/h até aos 120 km/h, e do apeadeiro de Vila Nova da Baronia até à estação de Beja variam dos 120 km/h até aos 160 km/h. No ramal Neves Corvo os patamares de velocidade variam de 50 km/h até aos 90 km/h. Em termos de transporte, todas as linhas estão classificadas, segundo as cargas máximas admissíveis, como D4 (22,5 toneladas por eixo e 8,0 toneladas por metro linear).

Relativamente aos serviços disponíveis podem identificar-se os serviços de Alfa Pendular, Intercidades e Regional/Urbano, sendo que esta via faz a ligação com os distritos de Setúbal, Évora e Faro.

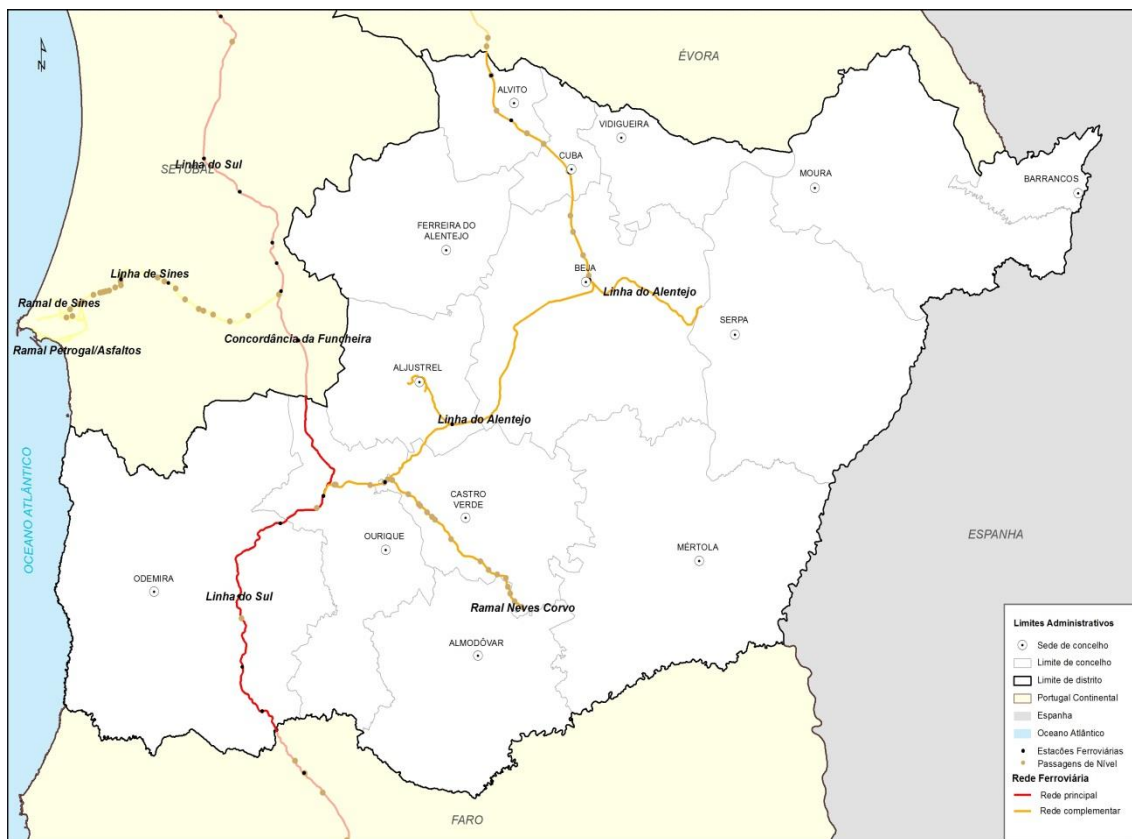


Figura II. 5 - Infraestruturas ferroviárias presentes no distrito de Beja
(fonte: InfoPortugal, 2013; REFER, 2014)

3.1.3 Pontes e Viadutos

As pontes e viadutos que integram a rede rodoviária constituem infraestruturas de elevada importância. No distrito de Beja a maioria das pontes e dos viadutos localizam-se na autoestrada A2 e no itinerário principal IP2. Na Tabela II. 7 e na identificam-se as obras de arte da rede rodoviária existente no distrito.

Tabela II. 7 – Obras de arte da rede rodoviária
(fonte: IP - Infraestruturas de Portugal de Portugal, S. A., julho 2015)

IDENTIFICAÇÃO	PONTES	VIADUTOS	PASSAGENS HIDRAULICAS	PASSAGENS AGRICOLAS	PASSAGENS INFERIORES	PASSAGENS SUPERIORES	PASSAGENS DE PEÕES	TOTAL
A2	46	4						50
A2 acessos		16						16
EM517		1						1
EM528-1			1					1
EN2	3		6					9
ER2	13		5		1			19
EN18	3		7					10
EN121	1		4					5

IDENTIFICAÇÃO	PONTES	VIADUTOS	PASSAGENS HIDRAULICAS	PASSAGENS AGRICOLAS	PASSAGENS INFERIORES	PASSAGENS SUPERIORES	PASSAGENS DE PEÕES	TOTAL
EN123			12	3				15
ER123	6		11					17
EN255	4		9					13
ER255	1		1					2
ER257			1		1			2
EN258	5		13					18
ER258	3		10					13
EN258-1	2		3					5
ED255-1	1		3					4
ED261-4	1				1			2
EN263	2		5		2			9
ED264	1		1					2
ED265	2		2					4
ER265	3		9					12
ER266	5				1			6
ER267	1		2					3
ED383	3		8					11
ER385	4		6					10
ED386	2		8					10
EN386			2					2
ED387	4		6					10
ED388			1					1
ER389	1		2	1				4
ED389-1					1			1
ER390			1					1
ED391	2		1					3
ED392	1		6	2				9
ER393	3		2					5
caminhos paralelos do IP2			4					4
IC1	7		6	17	4	2	1	37
EN120 (IC4)	2		5					7
EN122 (IC27)	4		22					26
IP2 (subconcessão). Alteração das obras de arte após conclusão da empreitada	5		10	14	6	1		36
EN259 (IP8)	3		3	2				8
EN121 (IP8)			12	1				13
EN260 (IP8)	2		18		3			23
sem nome		4						4
TOTAL	146	25	228	40	20	3	1	463

3.1.4 Aeródromos e Heliportos

No distrito de Beja, em particular no concelho de Beja, existe um heliporto, sendo o seu operador a câmara municipal, o qual se destina, entre outras, a utilização em operações de proteção civil e uma pista de aeronaves ultraligeiras. Existem ainda, neste concelho, a Base Aérea nº 11 e o Terminal Civil (aeroporto de Beja). Esta infraestrutura poderá também funcionar como centro de meios aéreos para apoio a operações de proteção civil, designadamente no combate a incêndios rurais e evacuação de vítimas (Tabela II. 8). Os seus operadores são o Ministério da Defesa e a ANA, Aeroportos.

No município de Ourique funciona também um heliporto que no âmbito do DECIF acolhe aeronaves de ataque inicial (HELIS ATI) (Tabela II. 9), e existe uma pista privada, propriedade da Ourimáquinas, recurso de utilização articulada com o município em situação de emergência.

No município de Moura está localizado um heliporto de utilização secundária no âmbito do DECIF.

Existem mais três heliportos, localizados nos municípios de Moura, Mértola e Odemira e operados pela Gestalqueva, Herdade da Brava e AFOCELCA respetivamente.

Este distrito conta, ainda, com três pistas de Aeronaves Ultraligeiras localizadas nos concelhos de Beja, Ferreira do Alentejo e Castro Verde (Tabela II. 8).

O distrito conta assim com uma boa distribuição de infraestruturas de aviação, o que em situação de acidente grave ou catástrofe auxilia a ação dos meios de intervenção, pois não é necessário efetuarem grandes deslocações para questões de reabastecimento e manutenção dos meios, ficando rapidamente disponíveis para auxiliarem novamente em situações de acidente grave ou catástrofe.

Existem também, nos distritos limítrofes, grande disponibilidade de infraestruturas aeroportuárias, que podem complementar e acrescentar operacionalidade, dando uma resposta mais eficiente e eficaz

Tabela II. 8 – Principais características técnicas das pistas do distrito de Beja

(fonte: Associação Portuguesa de Aviação Ultraleve, 2013)

PISTAS	COMPRIMENTO (m)	LARGURA (m)	TIPO DE PISO	DECLIVE (%)
Base Aérea nº11 e Terminal Civil de Beja (aeroporto)	3500	60	Asfalto	0
	2950	30	Asfalto	0
Aeródromo Figueira dos Cavaleiros (Ferreira do Alentejo)	650	30	Alcatrão	0
Pistas de Aeronaves Ultraligeiras de Beja	2 x 800 m (paralelas)	12 m	Saibro	0
Pistas de Aeronaves Ultraligeiras de Castro Verde	450	15	Saibro	0

Tabela II. 9 – Localização dos Centros de Meios Aéreos e indicação das aeronaves aí estacionadas em 2014

(fonte: ANPC, 2014)

CONCELHO	Helis ATI	Helis ATA	AVBM Anfíbios
Ourique	1	0	0

Notas:

Helis (helicópteros) de ATI são helicópteros utilizados no ataque inicial (ATI) ou seja, são ativados após o alerta de incêndio até os primeiros 90 minutos de intervenção;

Helis (helicópteros) de ATA são helicópteros utilizados no ataque ampliado (ATA), ou seja, são ativados após os primeiros 90 minutos do combate aos incêndios florestais, quando os mesmos não são dominados (resolvidos) nos primeiros 90 minutos de intervenção;

AVBM são aviões bombardeiros médios que por norma são utilizados em missões de ATA (ataque ampliado) anfíbios porque têm a capacidade de abastecer em planos de água (rios, albufeiras, lagoas, mar).



(fonte: INAC, 2011; ANPC, 2014; ANA, 2014)

3.1.5 Rede Telecomunicações

Nos concelhos de Vidigueira, Mértola e Almodôvar encontram-se instaladas antenas destas duas redes (REPC e ROB)¹², enquanto no município de Serpa está instalada uma antena da rede ROB (Figura II. 7).

No distrito de Beja encontram-se três antenas de comunicação de emergência SIRESP¹³, localizadas nos concelhos de Mértola, Moura e Vidigueira (Figura II. 8)

Quanto à cobertura de telecomunicações civis¹⁴ no distrito de Beja (Figura II. 8), a operadora MEO conta com 110 antenas distribuídas pelo distrito, das quais 4 são da rede 2G GPRS e 106 apresentam as duas redes (3G e 2G).

O serviço de voz e vídeo telefonia apresentou bons índices de acessibilidade aos respetivos serviços e taxa de terminação das chamadas (> 90%) para as três operadoras (ANACOM, 2011).

O serviço de cobertura radiométrica GSM da MEO e VODAFONE apresentam uma cobertura superior a 90% do território em todos os municípios do distrito de Beja. Quanto à cobertura radiométrica WCDMA da MEO, o distrito de Beja apresenta uma cobertura de aproximadamente 64% do território, sendo os municípios de Moura e Barrancos os que apresentam uma cobertura mais baixa deste serviço (cerca de 41%) e o município de Alvito tem as coberturas mais elevada do seu território (> 85%).

¹² A rede de Radiocomunicações da ANPC é composta pela Rede Estratégica da Proteção Civil "REPC" e pela Rede Operacional dos Bombeiros "ROB". A primeira, é uma rede VHF/FM, interligada por repetidores e link's, de cobertura nacional, com interligação entre o Comando Nacional de Operações de Socorro (CNOS) na Sede da ANPC, os 18 Comandos Distritais de Operações de Socorro do continente (1 por capital de distrito), os Serviços Municipais de Proteção Civil (SMPC's) e ainda os diferentes Agentes de Proteção Civil (APC) (ANPC, 2013). A ROB é uma rede VHF/FM interligada por link's com chamada seletiva. Este sistema possibilita também a identificação dos meios através de um código de seis dígitos (Distrito, Corpos de Bombeiros, Veículo) (ANPC, 2014).

¹³ Outra rede de comunicações de emergência é o sistema SIRESP (Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança), que utiliza um sistema único de comunicações, baseado numa só infraestrutura de telecomunicações nacional, partilhado, que pretende assegurar a satisfação das necessidades de comunicações das forças de segurança e emergência, satisfazendo a intercomunicação e a interoperabilidade entre as diversas forças e serviços e, em caso de emergência, permitir a centralização do comando e da coordenação (MAI, 2006).

¹⁴ À data da elaboração do estudo apenas se encontrava disponível a localização geográfica das antenas da MEO.

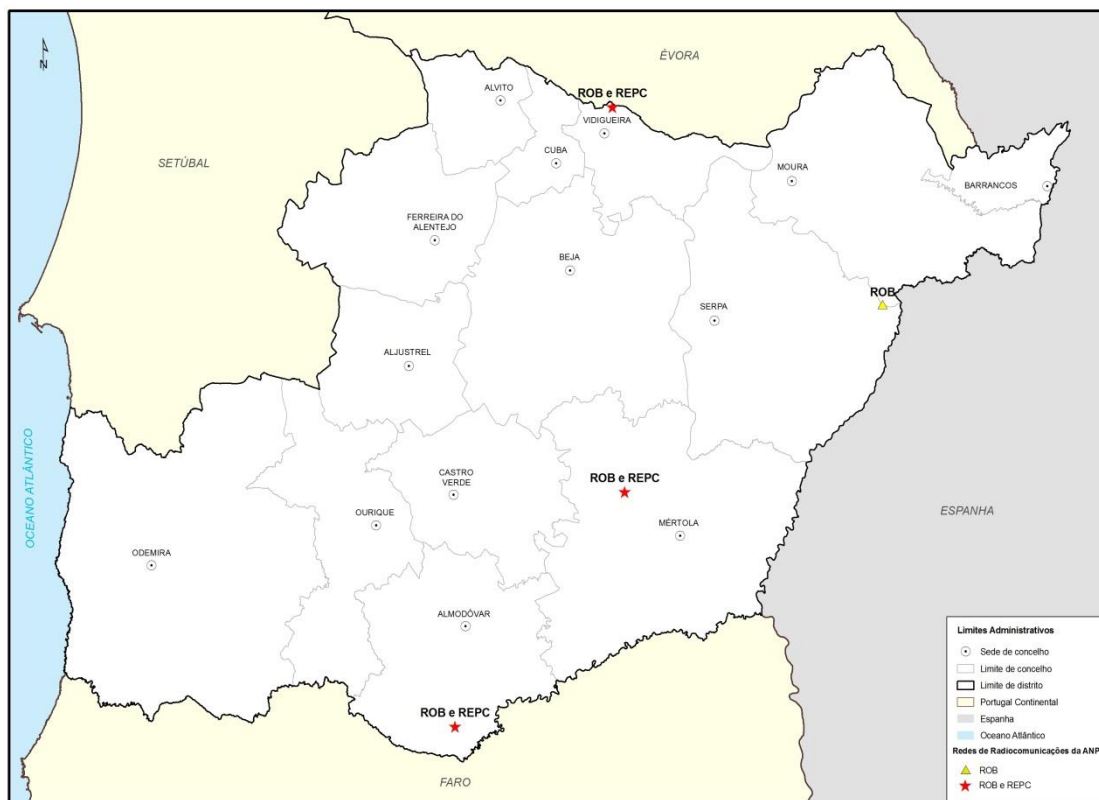


Figura II. 7 – Redes de Radiocomunicações da ANPC

(fonte: ANPC, 2014)

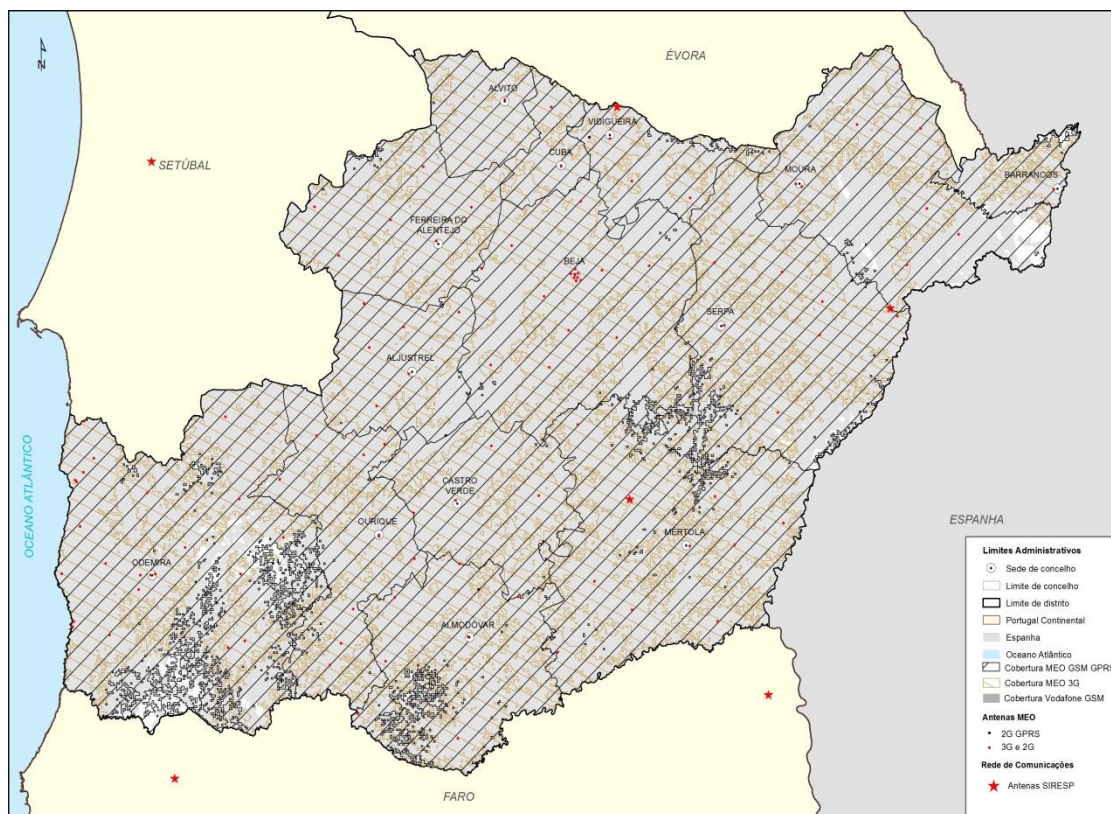


Figura II. 8 – Rede de Telecomunicações no distrito de Beja

(fonte: ANPC, 2011 e 2013)

3.1.6 Sistemas de abastecimento de água em alta

Neste capítulo serão identificados os elementos expostos relativos às infraestruturas constituintes dos sistemas de abastecimento de água para a vertente em “Alta”, existentes em todos os municípios do distrito de Beja.

As infraestruturas hidráulicas da vertente em “Alta” sujeitas a inventariação foram designadamente as captações de água superficiais (Capt_sup) e subterrâneas (Capt_sub), postos de cloragem (PC) e estações de tratamento de água (ETA).

A localização por município e quantidade destas infraestruturas dos sistemas de abastecimento de água em “Alta” existentes no distrito de Beja está apresentado na Tabela II. 10. Nesta tabela estão também identificadas as

captações utilizadas em sistemas descentralizados (separativos ou individualizados) e captações utilizadas em situações de recurso e que usualmente se encontram desativadas.

Segundo o RASARP2012, a única base de dados disponibilizada pela ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos), atualmente a vertente em “Alta” dos serviços de abastecimento de água de todos os concelhos do distrito de Beja (Aljustrel, Almodôvar, Alvão, Barrancos, Beja, Castro Verde, Cuba, Ferreira do Alentejo, Mértola, Odemira, Ourique, Serpa, Moura, e Vidigueira) são assegurados pelas Águas Públicas do Alentejo, S.A..

Foram consideradas não apenas entidades gestoras que prestam serviços exclusivamente em “Alta”, mas também aquelas que prestam um serviço baseado num modelo verticalizado (em toda a cadeia de valor - “Alta” e “Baixa”), visto estas entidades também apresentarem as tipologias de infraestruturas consideradas alvo de análise (Figura II. 9).

Tabela II. 10- Infraestruturas associadas aos sistemas de abastecimento de água em alta existentes nos municípios inseridos no distrito de Beja

(fonte: APA / ERSAR (INSAAR2010)¹⁵)

CONCELHO	CAPTAÇÕES (n.º)		PC (n.º)	ETA (n.º)
	SUPERFICIAIS	SUBTERRÂNEAS		
Aljustrel	1	4	2	1
Almodôvar	1	89	5	17
Alvão	0	2	2	0
Barrancos	1	0	0	1
Beja	0	42	13	0
Castro Verde	0	30	6	13
Cuba	1	4	1	1
Ferreira do Alentejo	0	16	16	0
Mértola	2	135	91	14
Moura	1	13	5	1

¹⁵ O presente inventário INSAAR das captações, ETA e PC apresentadas é datado de 2010 e relativo aos anos de 2007 e 2008, constituindo-se a única base de dados de infraestruturas hidráulicas existente.

CONCELHO	CAPTAÇÕES (n.º)		PC (n.º)	ETA (n.º)
	SUPERFICIAIS	SUBTERRÂNEAS		
Odemira	10	55	36	16
Ourique	3	53	25	0
Serpa	1	27	5	1
Vidigueira	0	12	10	1
Distrito de Beja	21	482	217	66

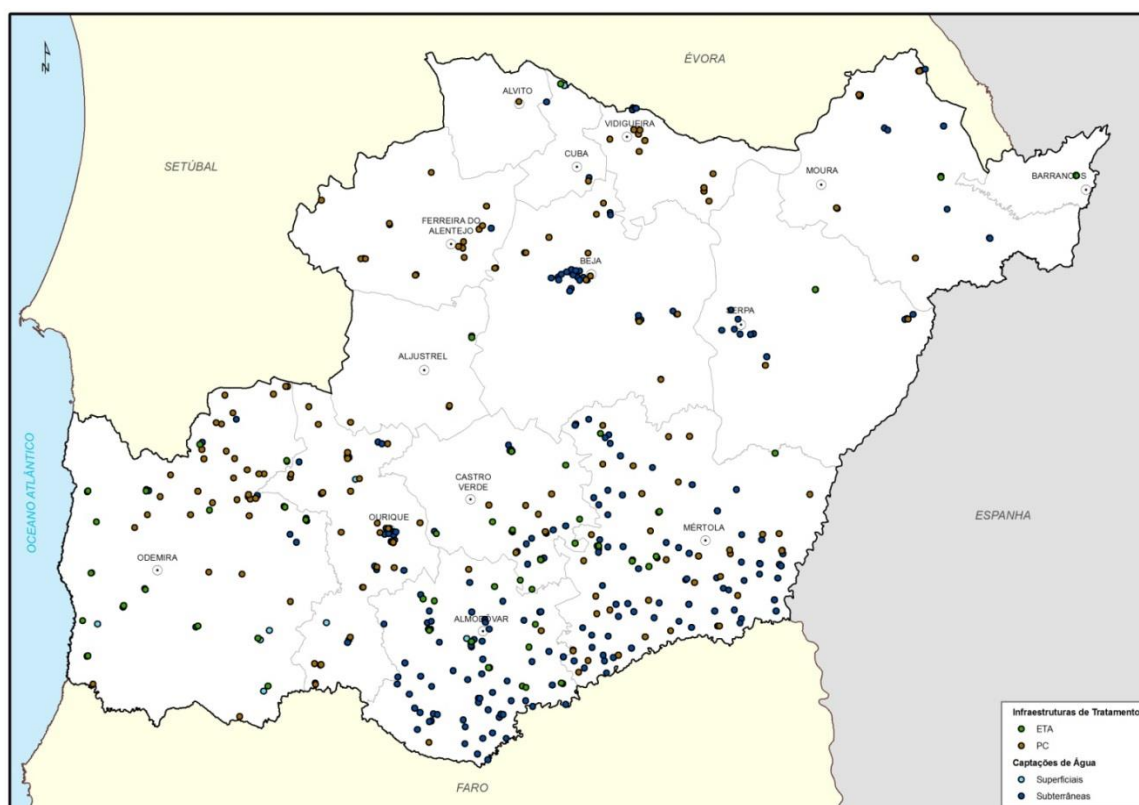


Figura II. 9 – Representação gráfica das infraestruturas hidráulicas dos sistemas de abastecimento em “Alta” existentes no distrito de Beja

(fonte: APA / ERSAR (INSAAR2010))

3.1.7 Barragens

No distrito de Beja existe um conjunto de 131 barragens¹⁶. Destas, 13 estão classificadas na classe I (uma das quais limítrofe ao distrito de Évora), ao abrigo do Regulamento de Segurança de Barragens (RSB), 12 na classe II e 9 na classe III, encontrando-se as restantes 97 por classificar.

Estes empreendimentos localizam-se na bacia do Sado, na bacia do Guadiana, na bacia do Mira, e nas sub-bacias do Cobres, Roxo, Ardila e Chança. Na Tabela II. 11 e na Tabela II. 12 resumem-se as características das principais infraestruturas de acordo com a Comissão Nacional Portuguesa das Grandes Barragens (CNPGB). Na Figura II. 10 representa-se este conjunto de empreendimentos identificados para o distrito.

¹⁶ À data da elaboração do estudo, não se encontrava disponível a localização geográfica da totalidade dos empreendimentos referenciados no documento da Agência Portuguesa do Ambiente (ANPC, 2013).

Tabela II. 11 – Características gerais das principais barragens do distrito de Beja

(fonte: ANPC, 2013; CNPGB, 1992; EDIA, 2013)

BARRAGEM	CLASSE RSB	BACIA/LINHA DE ÁGUA	CONCELHO	COTA DE COROAMENTO (m)	NÍVEL PLENO DE ARMAZENAMENTO (m)	TIPO CENTRAL	TIPO DE BARRAGEM
Água Industrial	II	Sado/ribeira da Água Forte	Aljustrel	172,5	170,9	-	Aterro
Águas Claras (Pirites Alentejanas)	-	Sado/barranco do Morgado	Aljustrel	163	161,25	-	Aterro
Alqueva	I	Guadiana/rio Guadiana	Moura/Portel (Évora)	154	152	Pé da barragem c/ bombagem	Betão
Alvito	I	Sado/ribeira de Odivelas	Cuba	201,6	197,5	-	Aterro
Alvito II	I	-	Cuba	-	-	-	-
Amoreira	III	Guadiana	Serpa	137,5	135,0	-	-
Brinches	III	Guadiana/ribeira Pias	Serpa	137,5	135	-	Aterro
Calços	II	Guadiana	Moura	195,3	193,8	-	-
Cerro do Lobo	II	Guadiana/barranco das Lages	Castro Verde	252	250,5	-	Aterro
Cinco Reis	II	Sado	Beja	205,5	204,0	-	-
Corte Brique	I	Mira/ribeira de Corte Brique	Odemira	137	134,62	-	Aterro
Corte Sines I	II	-	Mértola	-	-	-	-
Enxoé	I	Guadiana/ribeira do Enxoé	Serpa	179	175	-	Aterro
Facho I	-	Guadiana/barranco de João Bilheiro	Serpa	-	209	-	Aterro

BARRAGEM	CLASSE RSB	BACIA/LINHA DE ÁGUA	CONCELHO	COTA DE COROAMENTO (m)	NÍVEL PLENO DE ARMAZENAMENTO (m)	TIPO CENTRAL	TIPO DE BARRAGEM
Facho II (Vareta)	-	Guadiana/barranco Vale de Maritanças	Serpa	-	228,5	-	Aterro
Fonte Boa da Vinha	II	-	Ferreira do Alentejo	-	-	-	-
Freixial	II	-	Odemira	-	-	-	-
Furta Galinhas	I	Guadiana	Moura	227,0	225,0	-	Aterro
Garfanês	-	Guadiana	Serpa	-	97	-	Aterro
Grous	-	Guadiana/barranco das Vendas	Beja	-	-	-	Aterro
Laje	III	Guadiana	Serpa	180,5	177,5	-	-
Marmelo	II	-	Ferreira do Alentejo	-	-	-	-
Mercês	-	Guadiana/barranco das Cabanas	Barrancos	-	-	-	Aterro
Monte da Ribeira (Vidigueira)	II	-	Vidigueira	-	-	-	-
Monte da Rocha	I	Sado/rio Sado	Ourique	141,4	137	-	Aterro
Monte Gato	II	Sado/barranco do Monte Gato	Ourique	-	-	-	-
Monte Miguéis	III	Sado/ribeira de Miguéis	Ourique	-	-	-	-
Namorada	-	Guadiana/barranco de Santa Luzia	Beja	175,18	173	-	Aterro
Odivelas	I	Sado/ribeira de Odivelas	Ferreira do Alentejo	106	103	-	Aterro
Pedrógão	I	Guadiana/rio Guadiana	Vidigueira	94,10	84,80	Mini-hídrica	Betão
Penedrão	I	Sado/rio Sado	Ferreira do Alentejo	171,5	170,0	-	-

BARRAGEM	CLASSE RSB	BACIA/LINHA DE ÁGUA	CONCELHO	COTA DE COROAMENTO (m)	NÍVEL PLENO DE ARMAZENAMENTO (m)	TIPO CENTRAL	TIPO DE BARRAGEM
Pias	II	Guadiana	Serpa	185,0	182,5	-	-
Pisão	I	Sado/rio Sado	Beja	157,5	155,0	Margem de albufeira	-
Rejeitados (Pirites Alentejanas)	-	Sado/barranco do Morgado	Aljustrel	157	155,75	-	Aterro
Reservatório da Orada	III	Guadiana	Serpa	140,0	138,7	-	-
Reservatório R3 (do Alvito-Pisão)	III	Guadiana/rio Guadiana	Cuba	181,0	179,3	-	-
Reservatório R4 (Loureiro-Monte Novo)	II	-	-	-	-	-	-
Reboleja	III	-	-	-	-	-	-
Roxo	I	Sado/ribeira do Roxo	Aljustrel	139,5	136	-	Aterro
Santa Clara	I	Mira/rio Mira	Odemira	135	130	Afastada da barragem	Aterro
Serpa	III	Guadiana/rio Guadiana	Serpa	126,5	123,5	Margem de albufeira	-
Tapada Grande	-	Guadiana/barranco do Cabeça de Aires	Mértola	-	-	-	Aterro
Vale Picote	III	-	Moura	-	-	-	-

Tabela II. 12 – Características específicas das principais barragens do distrito de Beja

(fonte: ANPC, 2013; CNPGB, 1992; DGADR, 2012; EDIA, 2013; EDP, 2014)

BARRAGEM	CLASSE RSB	CONCELHO	POTÊNCIA INSTALADA (MW)	COMPORTAS	CAUDAL MÁXIMO DESCARREGADO (m³/s)	ANO DE PROJETO	CAPACIDADE ÚTIL (1000 m³)	UTILIZAÇÃO
Água Industrial	II	Aljustrel	-	-	6	1988	864	Indústria
Águas Claras (Pirites Alentejanas)	-	Aljustrel	-	-	7,5	1990	2 100	Indústria
Alqueva	I	Moura/Portel (Évora)	520,0	-	6 300	1994	3 150 000	Reserva/ Rega/ Abastecimento/ Energia
Alvito	I	Cuba	-	-	56	1970	130 000	Rega/ Abastecimento
Alvito II	I	Cuba	-	-	-	-	-	-
Amoreira	III	Serpa	-	-	-	2009	-	Rega
Brinches	III	Serpa	-	-	170	2004	9 570	Rega
Calços	II	Moura	-	-	-	-	-	Rega
Cerro do Lobo	II	Castro Verde	-	-	8,42	1993	15 500	Rejeitados
Cinco Reis	II	Beja	-	-	-	2011	-	Rega
Corte Brique	I	Odemira	-	-	62,9	1986	1 464	Rega
Corte Sines I	II	Mértola	-	-	-	-	-	-
Enxoé	I	Serpa	-	-	33,4	1995	9 500	Abastecimento
Facho I	-	Serpa	-	-	-	1954	1 619	Rega
Facho II (Vareta)	-	Serpa	-	-	-	1955	1 454	Rega

BARRAGEM	CLASSE RSB	CONCELHO	POTÊNCIA INSTALADA (MW)	COMPORTAS	CAUDAL MÁXIMO DESCARREGADO (m³/s)	ANO DE PROJETO	CAPACIDADE ÚTIL (1000 m³)	UTILIZAÇÃO
Fonte Boa da Vinha	II	Ferreira do Alentejo	-	-	-	-	-	-
Freixial	II	Odemira	-	-	-	-	-	-
Furta Galinhas	I	Moura	-	-	-	-	-	Rega
Garfanes	-	Serpa	-	-	32,36	1994	918,9	Rega
Grous	-	Beja	-	-	-	1965	-	Rega
Laje	III	Serpa	-	-	-	2010	-	Rega
Marmelo	II	Ferreira do Alentejo	-	-	-	-	-	-
Mercês	-	Barrancos	-	-	-	-	-	Rega
Monte da Ribeira (Vidigueira)	II	Vidigueira	-	-	-	-	-	-
Monte da Rocha	I	Ourique	-	-	260	1965	99 500	Rega/ Abastecimento
Monte Gato	II	Ourique	-	-	-	-	597	-
Monte Miguéis	III	Ourique	-	-	-	-	824	-
Namorada	-	Beja	-	-	46,66	1996	1 507	Rega
Odivelas	I	Ferreira do Alentejo	-	-	650	1967	70 000	Rega
Pedrógão	I	Vidigueira	10,4	2 de segmento	12 000	2002	54 000	Energia/ Rega
Penedrão	I	Ferreira do Alentejo	-	-	-	2010	-	Rega
Pias	II	Serpa	-	-	-	-	-	Rega

BARRAGEM	CLASSE RSB	CONCELHO	POTÊNCIA INSTALADA (MW)	COMPORTAS	CAUDAL MÁXIMO DESCARREGADO (m³/s)	ANO DE PROJETO	CAPACIDADE ÚTIL (1000 m³)	UTILIZAÇÃO
Pisão	I	Beja	0,7	-	2,7	2007	-	Rega/ Eletricidade
Rejeitados (Pirites Alentejanas)	-	Aljustrel	-	-	0,9	1990	3 460	Rejeitados
Reservatório da Orada	III	Serpa	-	-	-	2010	-	Rega
Reservatório R3 (do Alvito-Pisão)	III	Cuba	-	-	-	2007	-	Rega
Reservatório R4 (Loureiro-Monte Novo)	II	-	-	-	-	-	-	-
Reboleja	III	-	-	-	-	-	-	-
Roxo	I	Aljustrel	-	-	64	1958	89 511	Rega/ Abastecimento
Santa Clara	I	Odemira	1,9	-	208	1960	240 300	Rega/ Abastecimento/ Energia/ Defesa contra cheias
Serpa	III	Serpa	1,5	-	2,5	2008	-	Rega/ Eletricidade
Tapada Grande	-	Mértola	-	-	-	1882	-	Abastecimento/ Recreio
Vale Picote	III	Moura	-	-	-	-	-	-

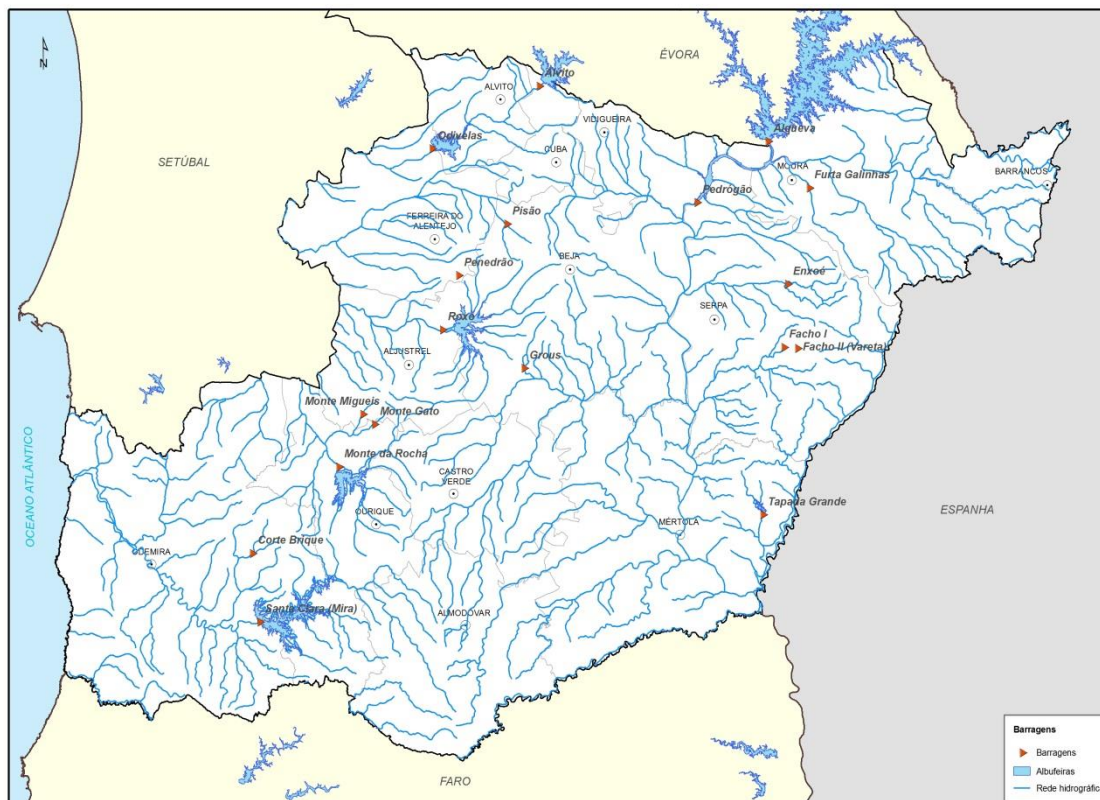


Figura II. 10 – Barragens no distrito de Beja

(fonte: CNPGB – INAG, 1992, InterSIG – INAG, 2010; Open street map)

3.1.8 Sistemas de produção, armazenamento e distribuição de energia e combustíveis

3.1.8.1 Energia Elétrica

Os sistemas de produção de energia nacionais centram-se essencialmente na produção de energia elétrica.

No que se refere à rede de transporte de eletricidade da responsabilidade da REN Elétrica SA, o distrito de Beja é sobrepassado por cerca de 569 km de linhas de muito alta tensão, nomeadamente, 395 km de linhas com uma tensão a 150 kV e 173 km a 400 kV (Figura II. 11).

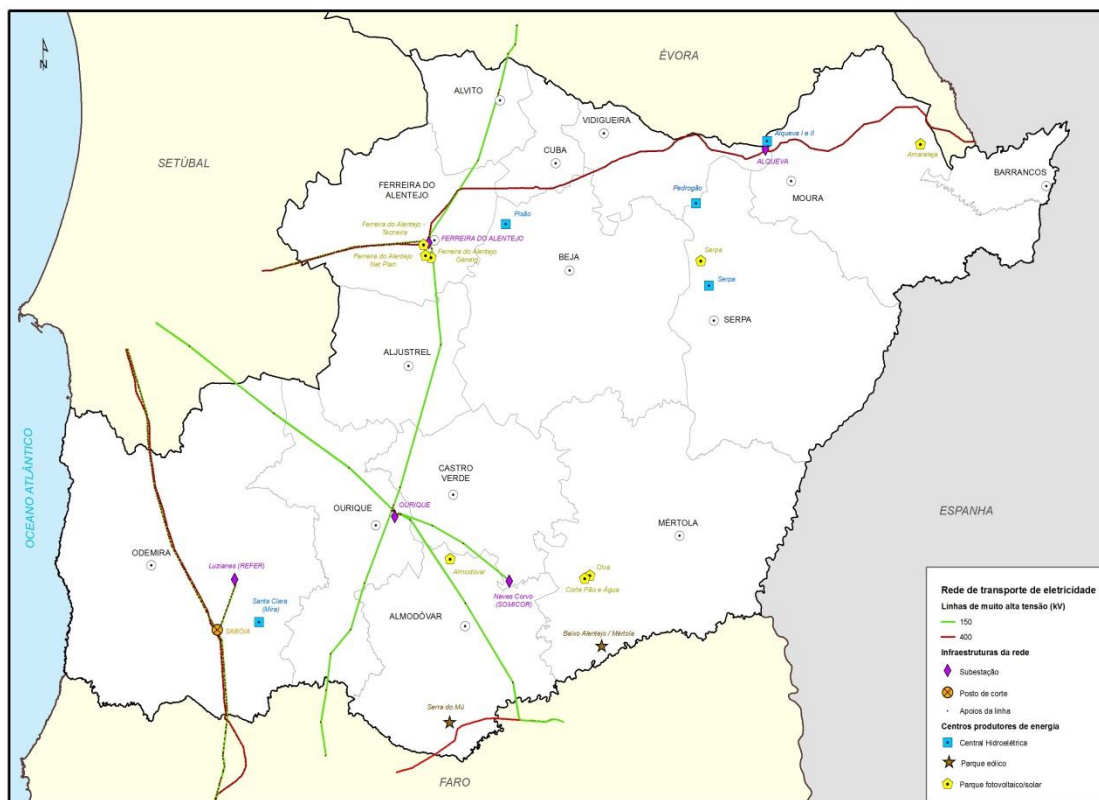


Figura II. 11 – Rede de transporte de eletricidade e Centros produtores de energia elétrica
 (fonte: REN, 2012a; REN, 2014; EDP, 2014; INEGI, 2014; ANPC, 2013; CNPGB, 1992; DGADR, 2012; EDIA, 2013; EDP, 2014))

Localizam-se no distrito de Beja as seguintes infraestruturas que fazem parte da rede de transporte de eletricidade (Figura II. 11):

- 5 subestações:
 - Subestação de Alqueva (Vidigueira);
 - Subestação de Ferreira do Alentejo (Ferreira do Alentejo);
 - Subestação de Ourique (Ourique);
 - Subestação de Luzianes-REFER (Odemira);
 - Subestação de Neves Corvo-SOMICOR (Castro Verde).
- 1 posto de corte:
 - Posto de corte de Sabóia (Odemira).

No que se refere à rede de distribuição da energia elétrica (rede elétrica de baixa, média e alta tensão) esta é da responsabilidade da empresa EDP Distribuição – Energia, S.A..

No distrito de Beja situam-se 3 tipos de centros produtores de energia elétrica: eólico, solar e hídrico (Figura II. 11).

Quanto à produção de energia eólica, encontram-se em funcionamento no distrito 2 parques eólicos (Tabela II. 13 e Figura II. 11), cujas potências instaladas totalizam 66,0 MW, sendo Parque eólico de Mértola o que apresenta maior capacidade geradora (38 MW).

Relativamente à produção de energia solar, localizam-se no distrito 8 parques fotovoltaicos, nomeadamente, 3 em Ferreira do Alentejo, 1 na freguesia da Amareleja (concelho de Moura), 2 em Mértola, 1 em Brinches (concelho de Serpa) e 1 em Almodôvar (Tabela II. 14 e Figura II. 11).

As potências instaladas destes parques totalizam 86,1 MW, sendo Parque fotovoltaico de Amareleja o que apresenta maior capacidade geradora (46 MW, com uma produção anual de 93 GWh). De salientar ainda que o Parque fotovoltaico de Amareleja é o maior em todo o Mundo com este tipo de tecnologia.

Tabela II. 13 – Parques eólicos existentes no distrito

(fonte: INEGI e APREN, 2012)

CONCELHO	PARQUE EÓLICO	LOCAL	POTÊNCIA TOTAL (MW)	AERO-GERADORES (n.º)	POTÊNCIA NOMINAL (kW)	ANO DE LIGAÇÃO À REDE	ENTIDADE PROPRIETÁRIA
Almodôvar	Serra do Mú	S. Barnabé	26,0	13	2000	2008/09	ENERNOVA – Novas Energias, SA
	Serra do Mú (extensão)	S. Barnabé	2,0	1	2000	2010/11	
Mértola	Mértola	S. Pedro de Solis e S. Miguel do Pinheiro	38,0	19	2000	2013	ENEOP 2 – Exploração de Parques Eólicos
TOTAL			66,0	33			

Tabela II. 14 – Parques fotovoltaicos/solares existentes no distrito

(fonte: ARECBA, 2011)

CONCELHO	PARQUE FOTOVOLTAICO/ SOLAR	LOCAL	ÁREA DE INSTALAÇÃO (ha)	PAINÉIS (n.º)	POTÊNCIA TOTAL INSTALADA (MW)	PRODUÇÃO ANUAL (GWh)	ANO DE LIGAÇÃO À REDE	ENTIDADE PROPRIETÁRIA
Almodôvar	Interior Alentejano	Rosário	22,0	12 780	2,15	4,45	2007	WPD AG
Mértola	Olva	Herdade das Pereiras	6,0	14 870	2,4	3,8	2008	Cavalum SGPS
	Corte Pão e Água	Herdade das Pereiras	3,2	12 600	0,75	1,2	2007	Cavalum SGPS
Moura	Amareleja	Amareleja	250,0	262 080 módulos em 25 120 trackers	46,0	93,0	2008	Acciona
Ferreira do Alentejo	Ferreira do Alentejo	Ferreira do Alentejo	58,0	63 000	12,0	21,0	2009	Generg
	Ferreira do Alentejo	Ferreira do Alentejo	40,0	45 500	10,0	19,0	2009	Tecneira
	Ferreira do Alentejo (distribuídas por 5 pequenas centrais)	Ferreira do Alentejo	30,0	-	1,8	3,1	2010	Net Plan
Serpa	Hércules	Brinches	32,0	52 300	11,0	18,0	2007	GE Energy/ Sun Power/ Catavento
TOTAL			441,2		86,1			

Quanto à produção de energia hídrica, encontram-se no distrito 5 centrais hidroelétricas cujas potências instaladas totalizam 534,5 MW (Tabela II. 15 e Figura II. 11).

Tabela II. 15 – Centrais hidroelétricas existentes no distrito

(fonte: EDP, 2014; EDIA e DPEP, 2013; EDIA, 2014)

CONCELHO	CENTRAL HIDROELÉTRICA	CURSO DE ÁGUA	ANO DE ENTRADA EM SERVIÇO	POTÊNCIA INSTALADA (MW)	CAPACIDADE ÚTIL	
					(hm3)	(GWH)
Beja	Pisão	Pisão	2007	0,7	8,23	-
Moura	Alqueva I e II	Guadiana	2003/ 2011	520,0	3 150	442
Odemira	Santa Clara (Mira)	Mira	1968	1,9	240,3	-
Serpa	Pedrógão	Guadiana	2005	10,4	54	45
	Serpa	Enxoé	2008	1,5	10,18	-
TOTAL				534,5		

Existem ainda, pequenas unidades de produção de energia hidroelétrica, designadas por centrais micro-hídricas, localizadas em Alvito, Odivelas e Roxo. No total as 3 micro-hídricas têm uma potência instalada de cerca de 8 MW (adaptado de EDIA, 2013).

3.1.8.2 Gás natural

O distrito de Beja não é atravessado por gasodutos da rede transporte de gás natural. A rede de distribuição de gás natural¹⁷ no distrito de Beja é assegurada pela empresa Paxgás, a qual possui uma licença de distribuição de gás natural na cidade de Beja, por 20 anos.

3.1.8.3 Combustíveis

No distrito de Beja localizam-se 75 postos de abastecimento de combustível, sendo nos concelhos de Beja e Odemira onde se encontram em maior quantidade (Tabela II. 16 e Figura II. 12).

Tabela II. 16– Postos de abastecimento de combustível por concelho

(fonte: DGEG, 2014)

CONCELHO	POSTO DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEL (n.º)
Aljustrel	6
Almodôvar	6
Alvito	2
Beja	15
Castro Verde	6
Cuba	1
Ferreira do Alentejo	5
Mértola	2
Moura	8
Odemira	11
Ourique	3
Serpa	8
Vidigueira	2
TOTAL	75

¹⁷ A informação apresentada é a que se encontra disponível nas bases de dados utilizadas, não tendo sido possível em tempo útil obter informação completa, mais recente e georreferenciada. De salientar que a Paxgás e a ERSE também não dispõe de figuras da rede de gás no distrito de Beja.

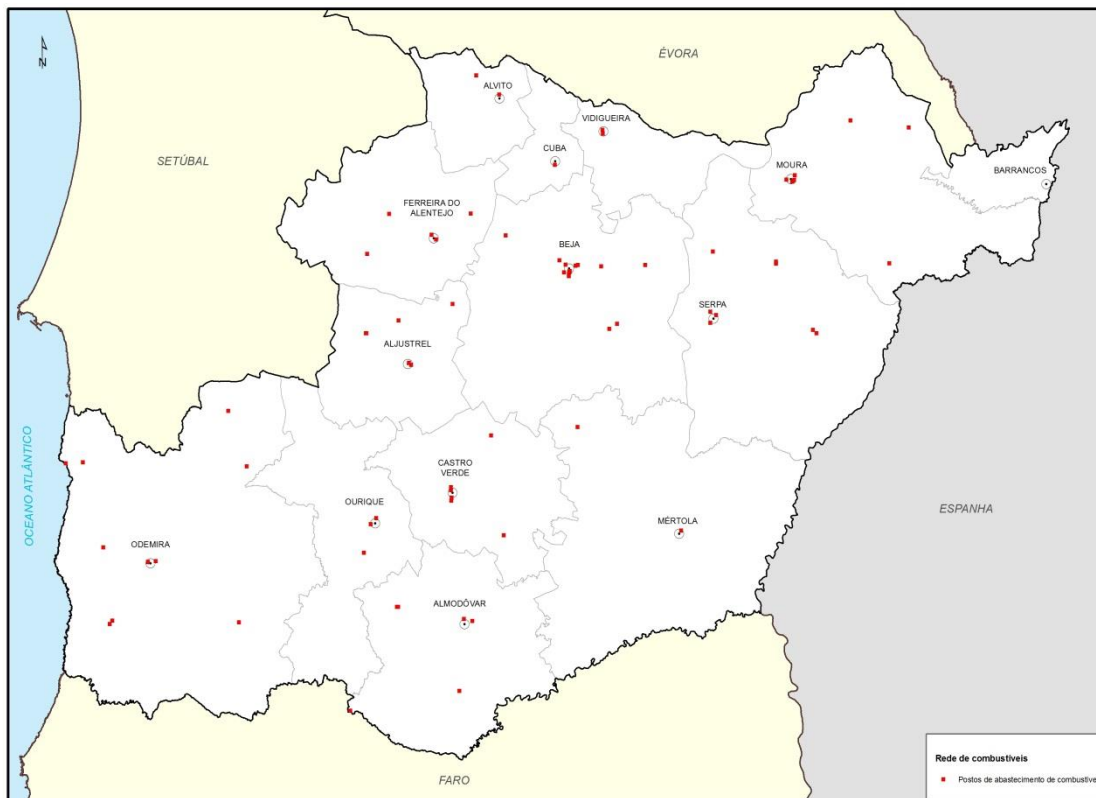


Figura II. 12– Postos de abastecimento de combustível

(fonte: DGEG, 2014)

3.1.9 Indústria

3.1.9.1 Estabelecimentos abrangidos pela Diretiva Seveso

De acordo com a informação disponibilizada pela Agência Portuguesa do Ambiente (julho de 2013) localizam-se no distrito de Beja, um estabelecimento abrangido pelo nível superior de perigosidade (Tabela II. 17 e Figura II. 13) e 5 estabelecimentos abrangidos pelo nível inferior de perigosidade (Tabela II. 18 e Figura II. 13), ou seja, infraestruturas industriais onde estão presentes substâncias perigosas (Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto – Diretiva Seveso).

Tabela II. 17 – Estabelecimento abrangido pelo nível superior de perigosidade – Diretiva Seveso

(fonte: APA, 2013)

CONCELHO	ESTABELECIMENTO
Aljustrel	Orica Mining Services Portugal SA (ex- SEC - Sociedade de Explosivos Cívicos, S.A.)

Tabela II. 18 – Estabelecimentos abrangidos pelo nível inferior de perigosidade – Diretiva Seveso

(fonte: APA, 2013)

CONCELHO	ESTABELECIMENTO
Beja	Raul Heitor Castilho Herdeiros, Lda
	Paxgás (UAG de Beja)
Ferreira do Alentejo	RESIPOWER, S.A.
Mértola	Cartuchos SulBeja Lda.
Odemira	Atlantic Growers (UAG de Odemira) (ex-Dianagás)

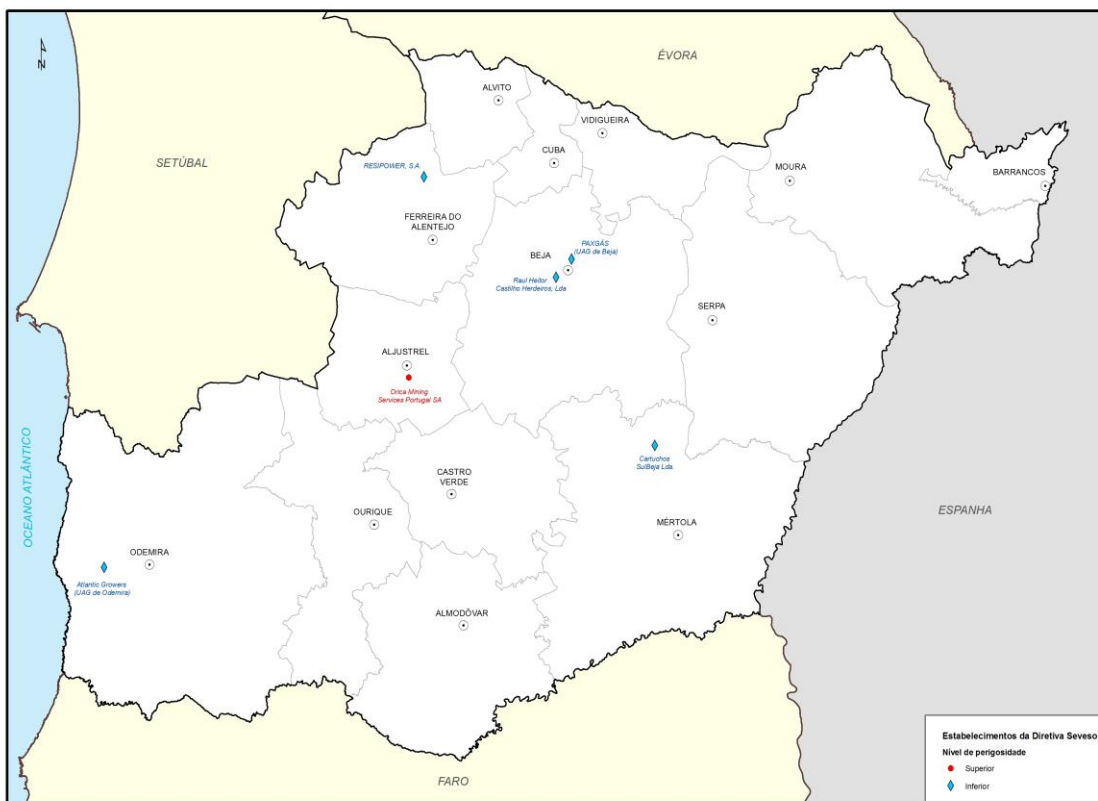


Figura II. 13 – Estabelecimentos abrangidos pelo nível superior e inferior de perigosidade – Diretiva Seveso

(fonte: APA, 2013)

3.1.9.2 Áreas industriais

No distrito existem diversos polígonos industriais, onde a concentração de pequenas e médias empresas/indústrias é variável. Na Tabela II. 19 e Figura II. 14 identificam-se as 18 áreas industriais existentes no distrito.

Tabela II. 19 – Áreas industriais existentes no distrito

(fonte: InfoPortugal, 2013; Global Find - aicep Global Parques, 2014; Digitalização própria em Google Earth, 2014)

CONCELHO	DESIGNAÇÃO
Aljustrel	Zona Industrial de de Malha Ferro
	Zona Industrial de Messejana
	Almina (ex-Pirites Alentejanas/ Minas de Aljustrel)
Almodôvar	Parque Industrial de Almodôvar
Barrancos	Zona Industrial de Barrancos
Beja	Zona Industrial de Beja
Castro Verde	SOMINCOR - Minas de Neves Corvo
Cuba	Parque Industrial da Quinta da Graciosa
Ferreira do Alentejo	Parque Industrial, empresarial e de serviços de Ferreira do Alentejo
	Parque Industrial do Penique
Mértola	Parque Industrial de Mértola (para pequena indústria)
Moura	Zona Industrial de Moura
Odemira	Parque industrial de Boavista dos Pinheiros
	Parque industrial de Odemira
Ourique	Zona Industrial de Ourique
Serpa	Zona Industrial de Vila Nova de São Bento
	Zona Industrial de Serpa
Vidigueira	Zona Industrial da Vidigueira

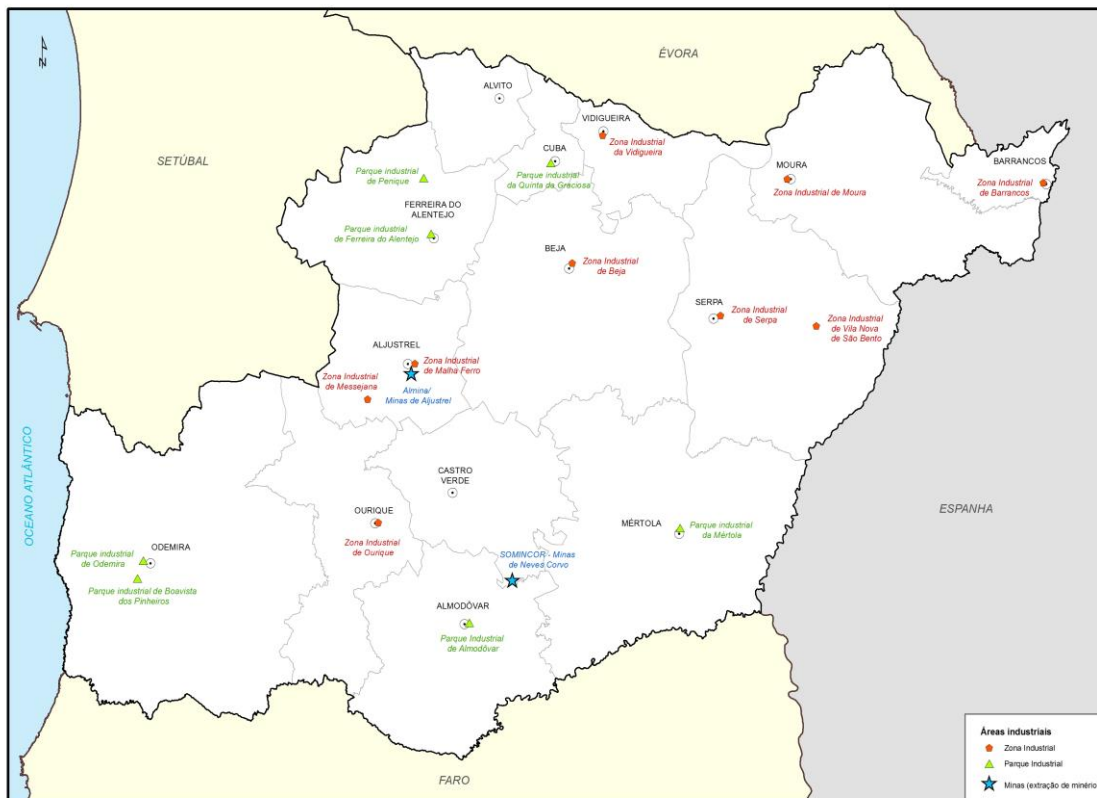


Figura II. 14 – Áreas industriais

(fonte: InfoPortugal, 2013; Global Find - aicep Global Parques, 2014; Digitalização própria em Google Earth, 2014)

3.1.10 Elementos estratégicos, vitais ou sensíveis para as operações de socorro e proteção civil

No âmbito da caracterização das infraestruturas do território que, pela sua importância numa operação de proteção civil, poderão ser consideradas sensíveis e/ou indispensáveis para a prevenção, planeamento e socorro, é importante identificar instalações dos agentes de proteção civil, equipamentos de utilização coletiva, entre outras. Neste sentido, apresentam-se na Tabela II. 20, Tabela II. 21 e Tabela II. 22, a distribuição e quantificação das referidas infraestruturas por município, que devem ser consideradas nas atividades da proteção civil. A localização destas mesmas infraestruturas é apresentada da Figura II. 15 à Figura II. 29.

Tabela II. 20 – Instalações de agentes de proteção civil e cruz vermelha portuguesa no distrito de Beja
(fonte: ANPC, 2013; ICNF, 2014; InfoPortugal, 2013; Portal da Saúde, 2014; CVP, 2014; Digitalização própria a partir do Google Earth, 2014)

AGENTES DE PROTEÇÃO CIVIL e CVP									
CONCELHO	Corpos de Bombeiros	Sapadores Florestais	GNR	PSP	Autoridade marítima ¹⁸	Forças armadas	Hospitais	Centros e extensões de saúde	Cruz Vermelha Portuguesa
Aljustrel	1		2					5	
Almodôvar	1	1	2					10	
Alvito	1		1					2	
Barrancos	1	1	1					1	
Beja	1		4	2		2	1	14	1
Castro Verde	1		1					6	1
Cuba	1		2					5	
Ferreira do Alentejo	1		2					9	
Mértola	1		2					2	
Moura	1	1	5	1				7	1
Odemira	2	1	8		2			18	1
Ourique	1	1	2					5	
Serpa	1		5				1	9	
Vidigueira	1	1	2					6	
TOTAL	15	6	39	3	2	2	2	99	4

¹⁸ A Autoridade Marítima tem sede em Sines na Capitania do Porto de Sines. Em Odemira situa-se o comando local da Polícia Marítima de Vila Nova de Milfontes e a Estação salva-vidas de Vila Nova de Milfontes..

Tabela II. 21 – Edifícios e locais de utilização coletiva e outras infraestruturas no distrito de Beja¹⁹
(fonte: ETOPS – CDOS de Beja, 2012; InfoPortugal, 2013)

CONCELHO	EDIFÍCIOS E LOCAIS DE UTILIZAÇÃO COLETIVA					
	Estabelecimentos de ensino	Infraestruturas desportivas	Hotelaria	Parques de campismo	Parques empresariais e de exposições	Locais de Culto
Aljustrel	18	12	3		1	
Almodôvar	13	10	2		1	
Alvito	3	3	4	1		
Barrancos	3	3	3		1	
Beja	52	27	9	1	1	
Castro Verde	17	12	3	1		
Cuba	11	7	3		1	
Ferreira do Alentejo	19	11	3		1	
Mértola	18	12	6			
Moura	25	11	6			
Odemira	58	26	17	8		
Ourique	10	7	4	1		
Serpa	24	15	5	1	3	
Vidigueira	13	8	2			
TOTAL	284	164	70	13	9	

¹⁹ À data de elaboração do estudo não se encontrava disponível informação descritiva e geográfica sobre as IPSS.

Tabela II. 22 – Outras infraestruturas no distrito de Beja
(fonte: InfoPortugal, 2013; GNR, 2013; CDOS de Beja, 2013)

CONCELHO	OUTRAS INFRAESTRUTURAS					
	Armazéns de alimentos, mercados e feiras	Grandes lojas especializadas	Restauração	Farmácia e centros de enfermagem	Postos de vigia	Pontos de água
Aljustrel	5		16	5		33
Almodôvar	6		15	2	1	76
Alvão	2		11	3		36
Barrancos	2		6	1		8
Beja	11	4	69	15		66
Castro Verde	4		12	6		14
Cuba	3		10	2		9
Ferreira do Alentejo	4		14	5		61
Mértola	4		19	2	1	192
Moura	12		28	11	2	41
Odemira	14		72	16	7	106
Ourique	5		11	3	1	80
Serpa	9		30	5		58
Vidigueira	8		18	5	1	22
TOTAL	89	4	331	81	13	802

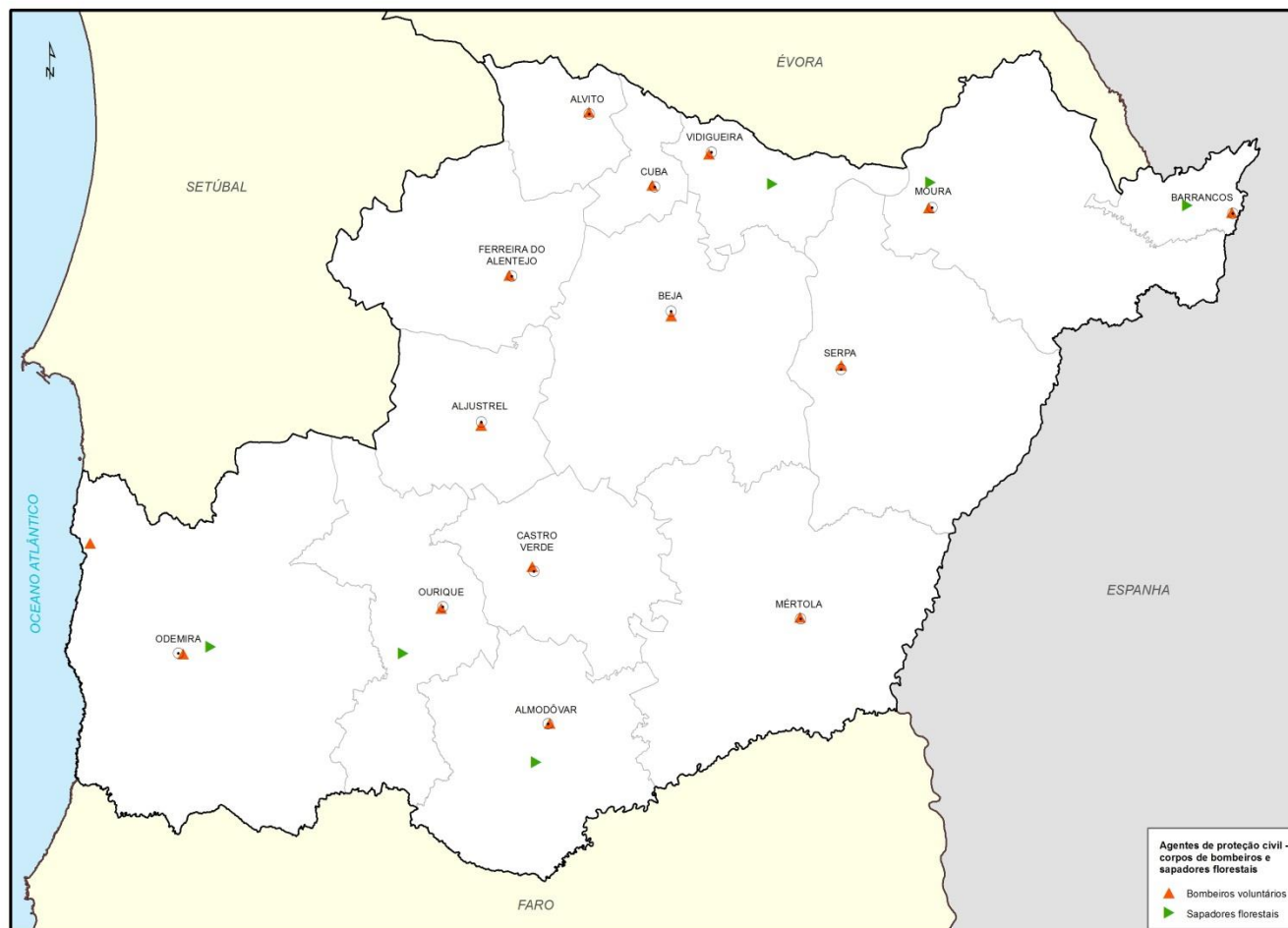


Figura II. 15 – Agentes de Proteção Civil – instalações dos corpos de bombeiros e sapadores florestais
(fonte: ANPC, 2013; ICNF, 2014)

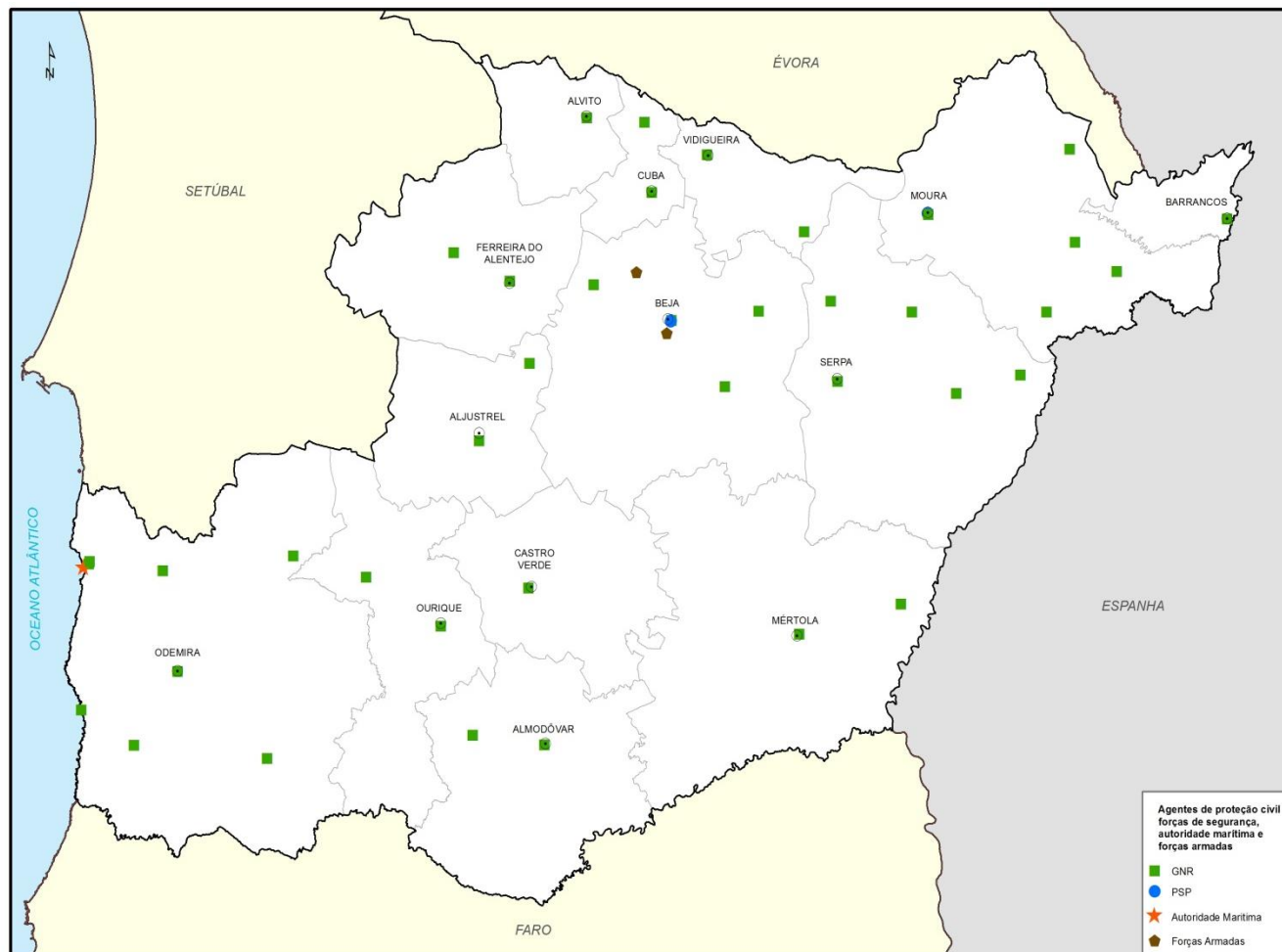


Figura II. 16 – Agentes de Proteção Civil - instalações das forças de segurança, autoridade marítima e forças armadas²⁰
(fonte: InfoPortugal, 2013; Digitalização própria a partir do Google Earth, 2014)

²⁰ A informação apresentada da Autoridade Marítima é a que se encontra disponível nas bases de dados utilizadas, não tendo sido possível em tempo útil obter informação georeferenciada da estação salvavidas de Vila Nova de Milfontes.

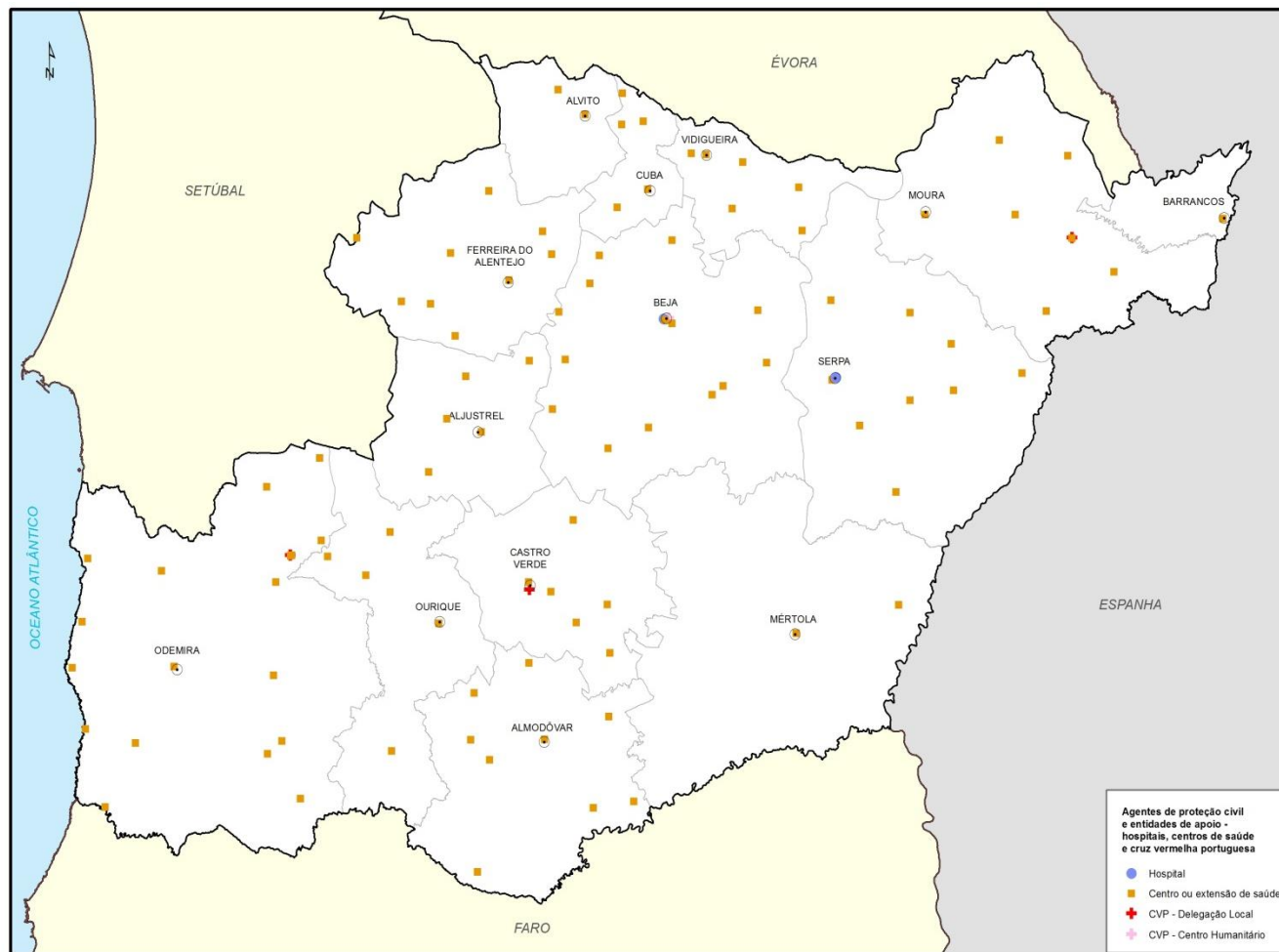


Figura II. 17 – Agentes de Proteção Civil – hospitais, centros de saúde e Cruz Vermelha Portuguesa
 (fonte: InfoPortugal, 2013; Portal da Saúde, 2014; CVP; 2014 e Digitalização própria a partir do Google Earth, 2014)

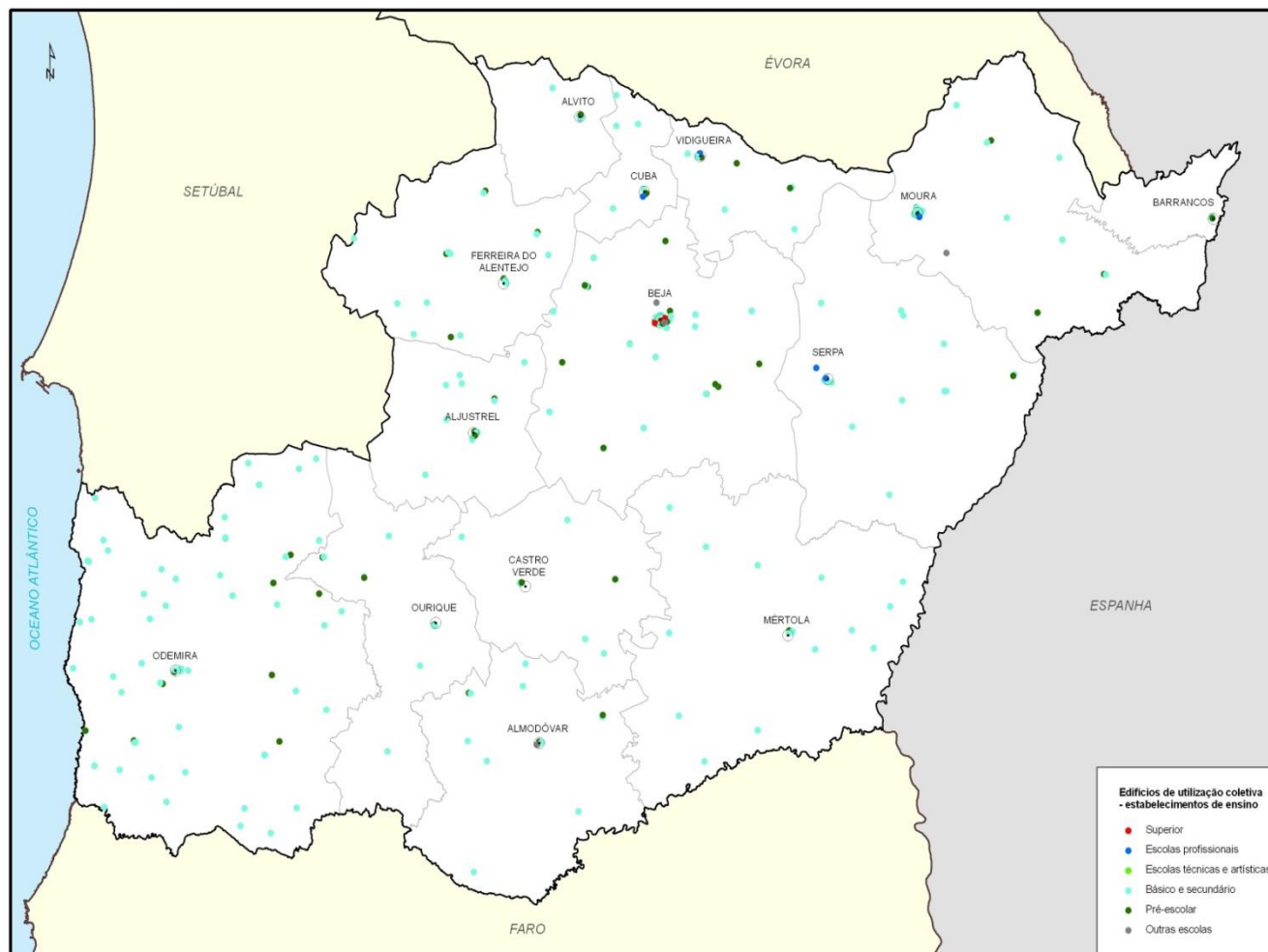


Figura II. 18 – Edifícios de utilização coletiva – estabelecimentos de ensino²¹

(fonte: InfoPortugal, 2013)

²¹ A informação apresentada corresponde à que se encontra disponível na base de dados utilizada da InfoPortugal, não tendo sido possível em tempo útil obter informação georeferenciada dos dados constantes do ETOPS.

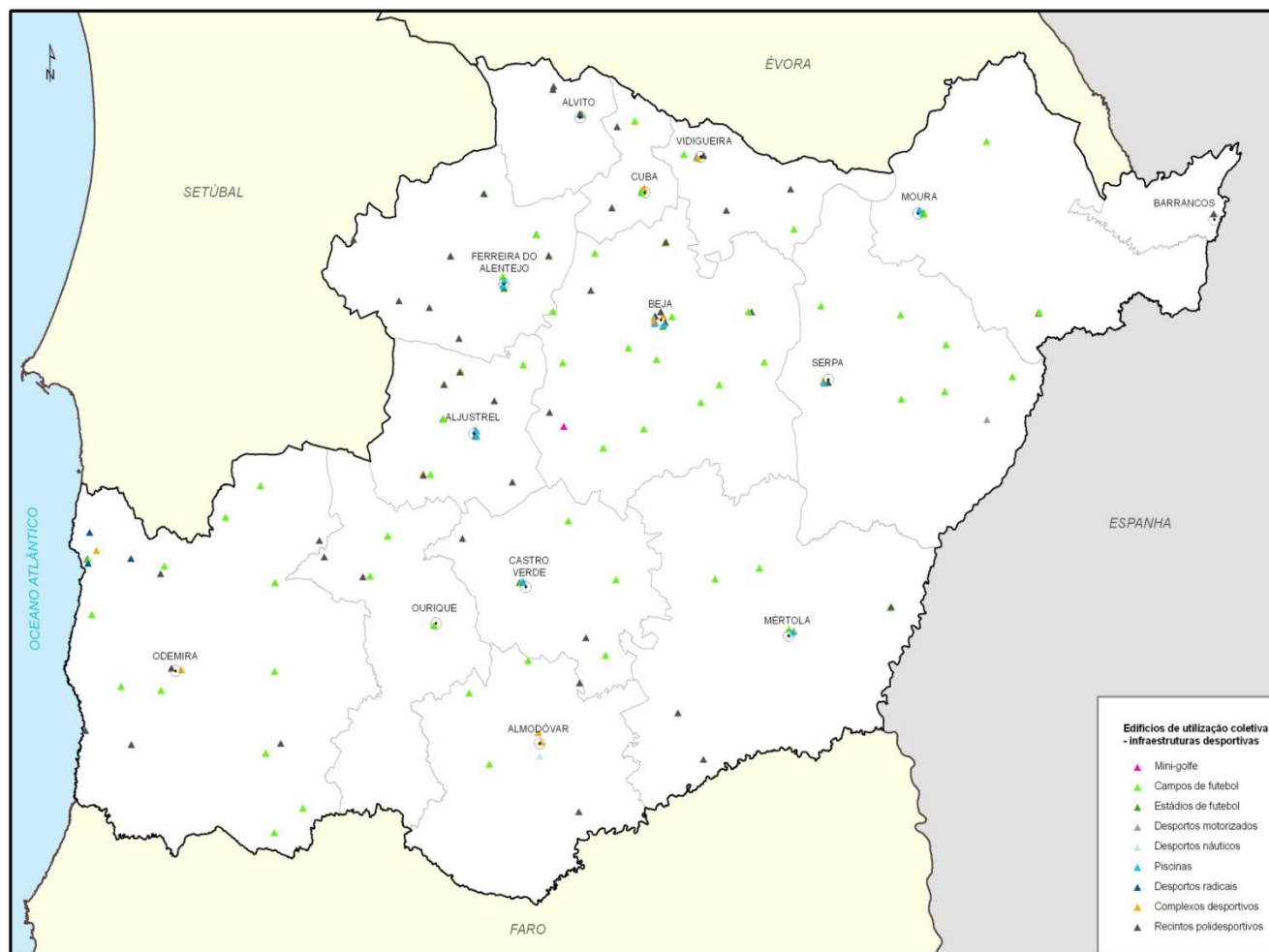


Figura II. 19 – Edifícios de utilização coletiva – infraestruturas desportivas²²
(fonte: InfoPortugal, 2013)

²² A informação apresentada corresponde à que se encontra disponível na base de dados utilizada da InfoPortugal, não tendo sido possível em tempo útil obter informação georeferenciada dos dados constantes do ETOPS.

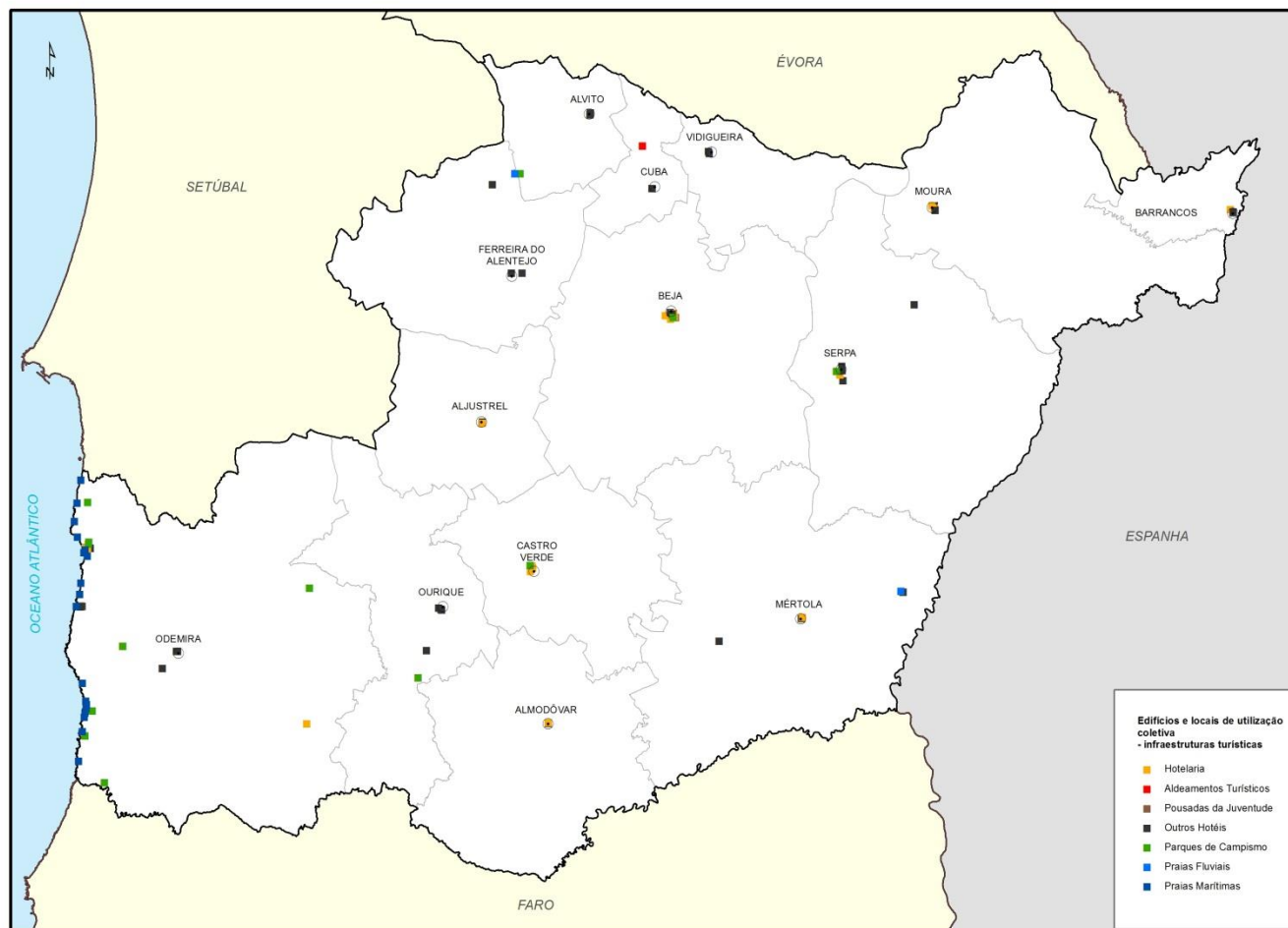


Figura II. 20 – Edifícios e locais de utilização coletiva – infraestruturas turísticas
 (fonte: InfoPortugal, 2013)

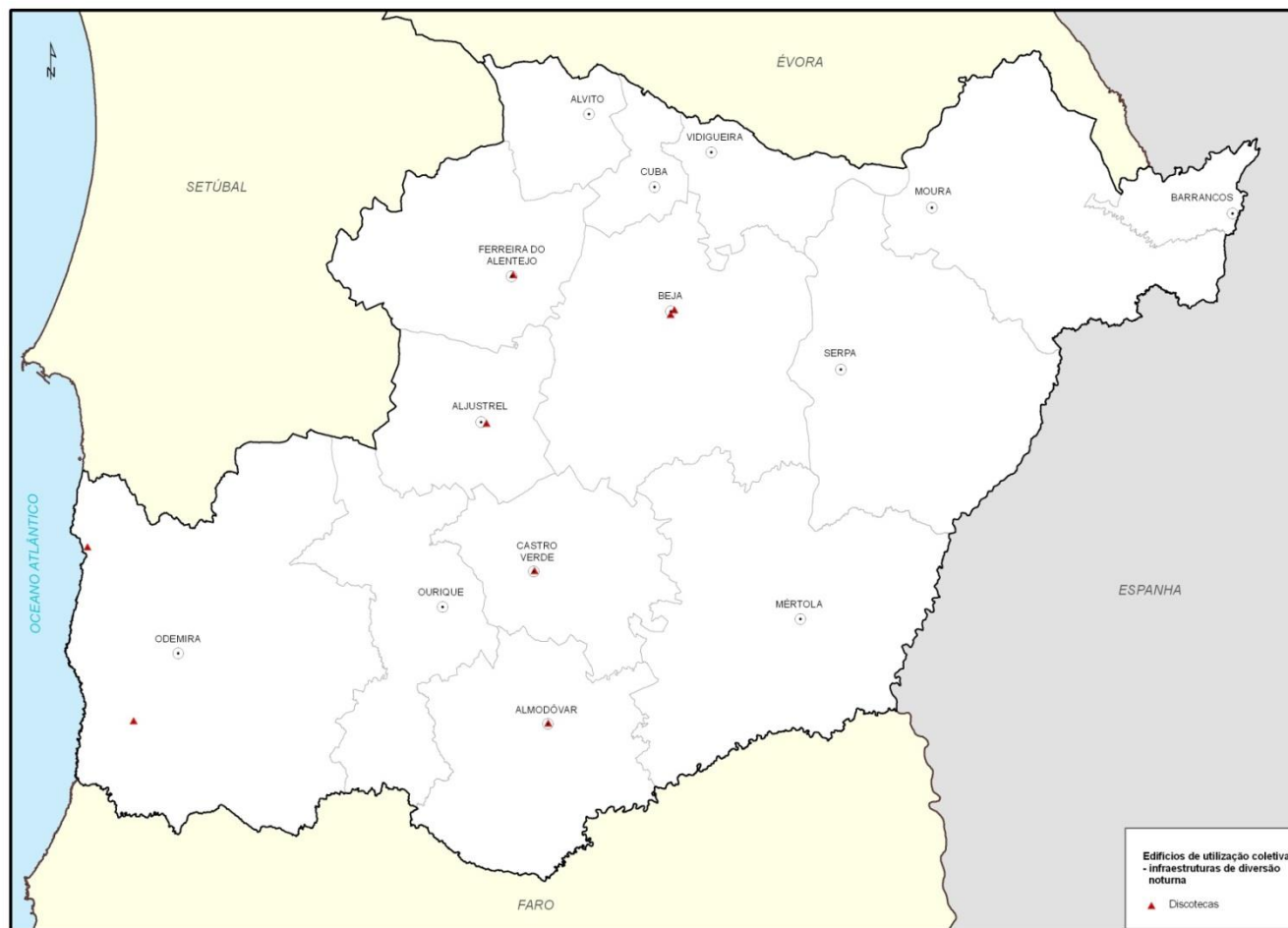


Figura II. 21 – Edifícios de utilização coletiva – infraestruturas de diversão noturna
(fonte: InfoPortugal, 2013)

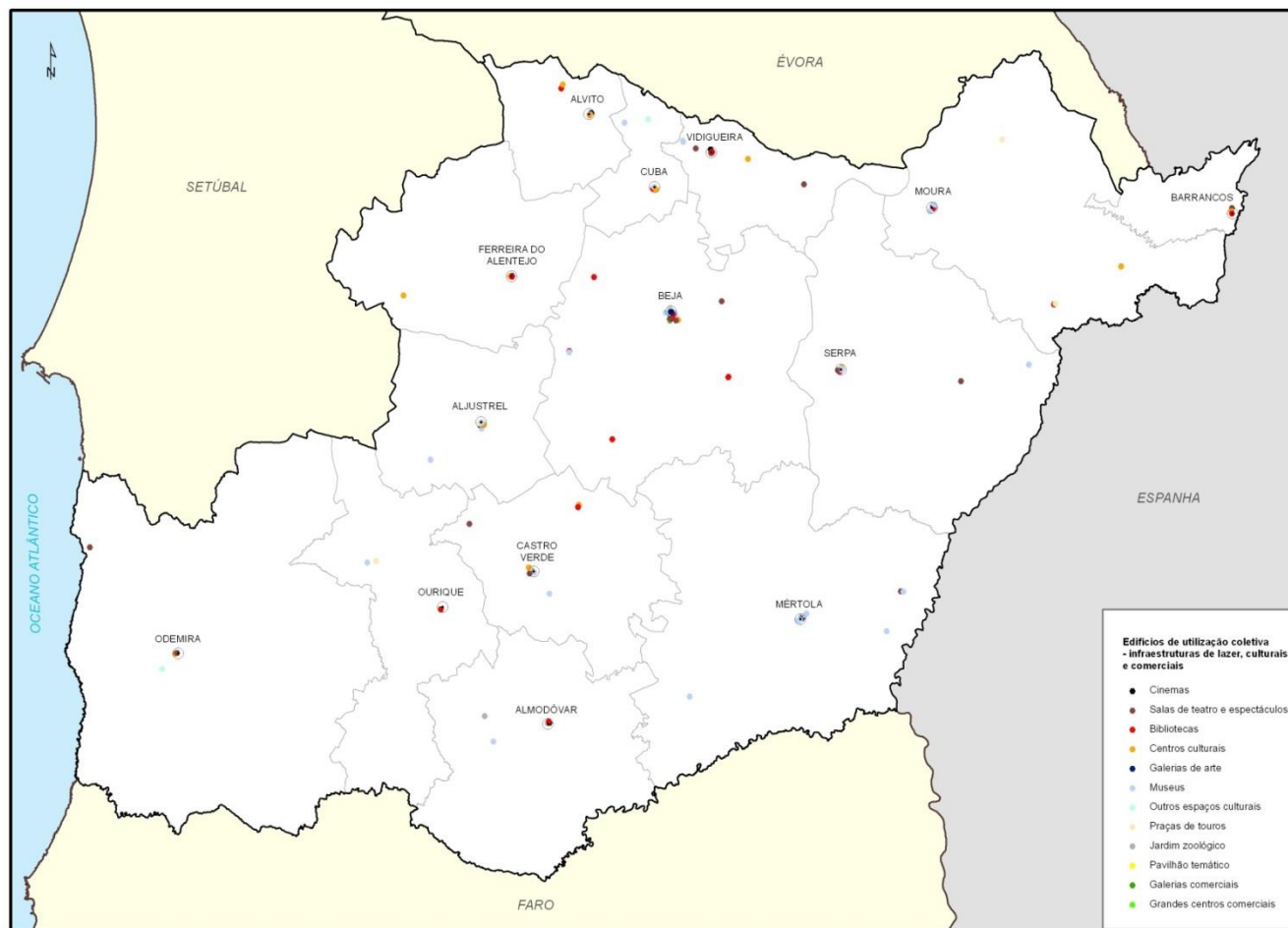


Figura II. 22 – Edifícios de utilização coletiva – infraestruturas de lazer, culturais e comerciais

(fonte: InfoPortugal, 2013)

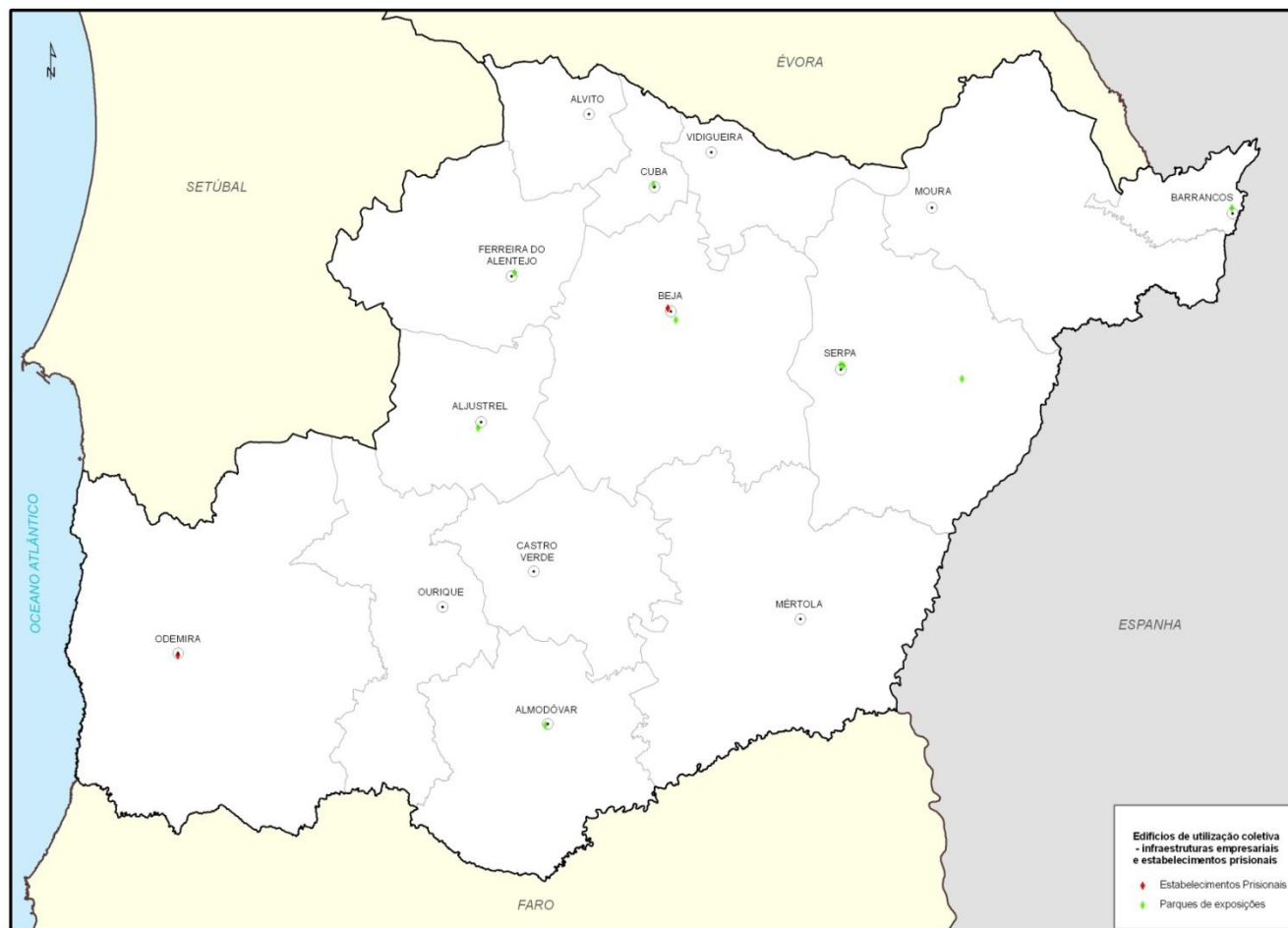


Figura II. 23 – Edifícios de utilização coletiva – infraestruturas empresariais e estabelecimentos prisionais
(fonte: InfoPortugal, 2013)

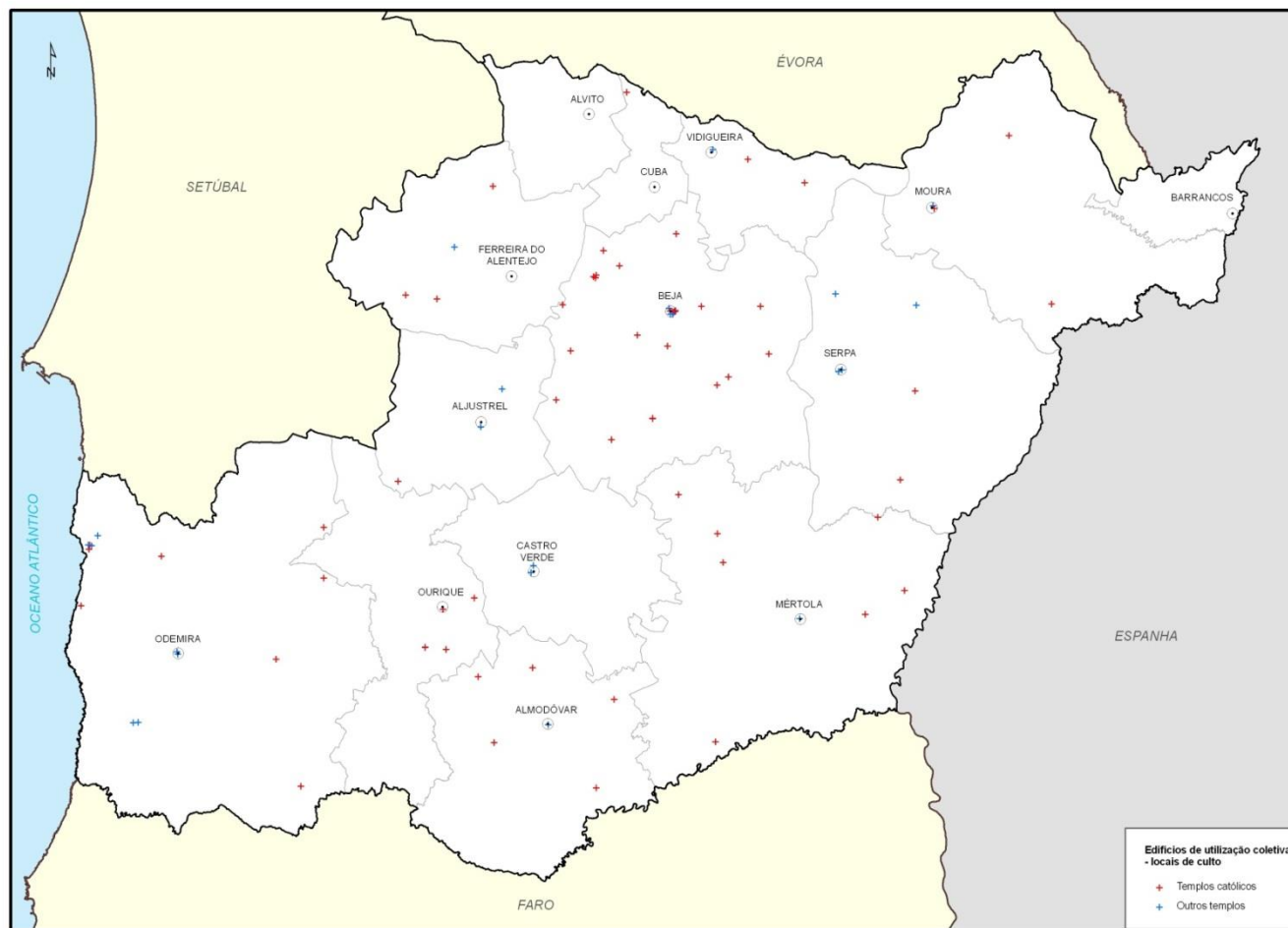


Figura II. 24 – Edifícios de utilização coletiva – locais de culto
(fonte: InfoPortugal, 2013)

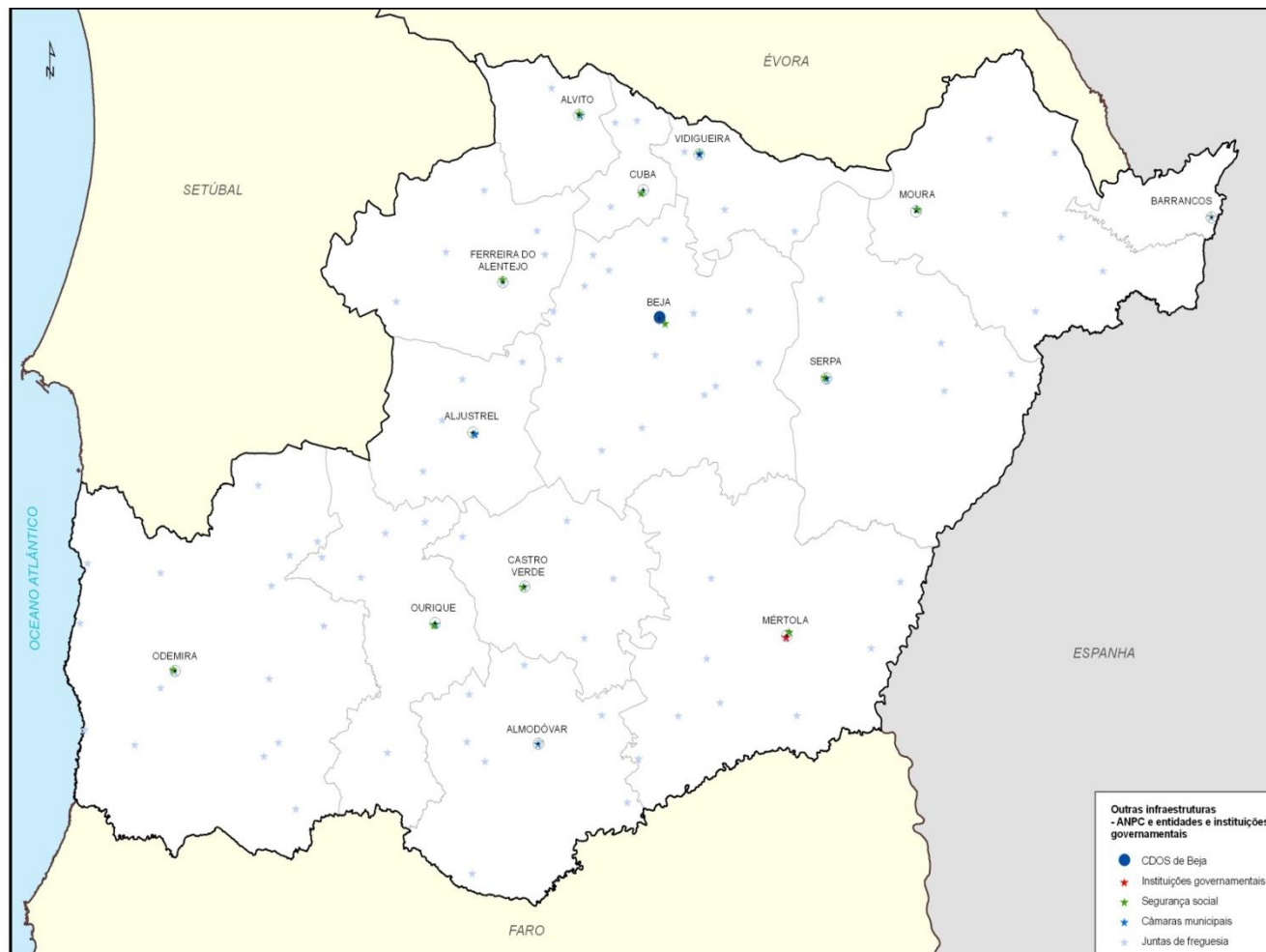


Figura II. 25 – Outras infraestruturas – ANPC e entidades e instituições governamentais
(fonte: ANPC, 2010; InfoPortugal, 2013)

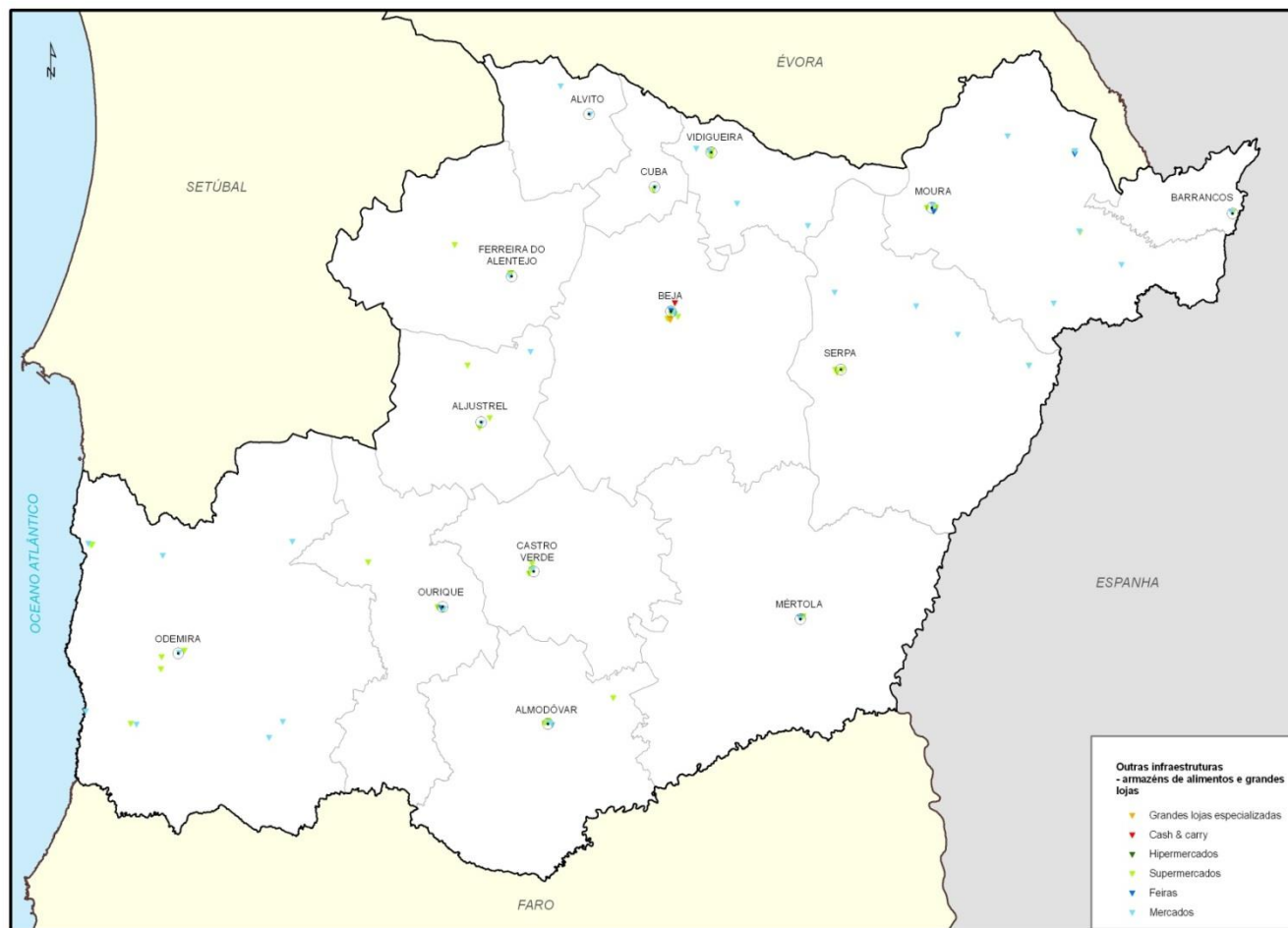


Figura II. 26 – Outras infraestruturas – armazéns de alimentos e grandes lojas
(fonte: InfoPortugal, 2013)

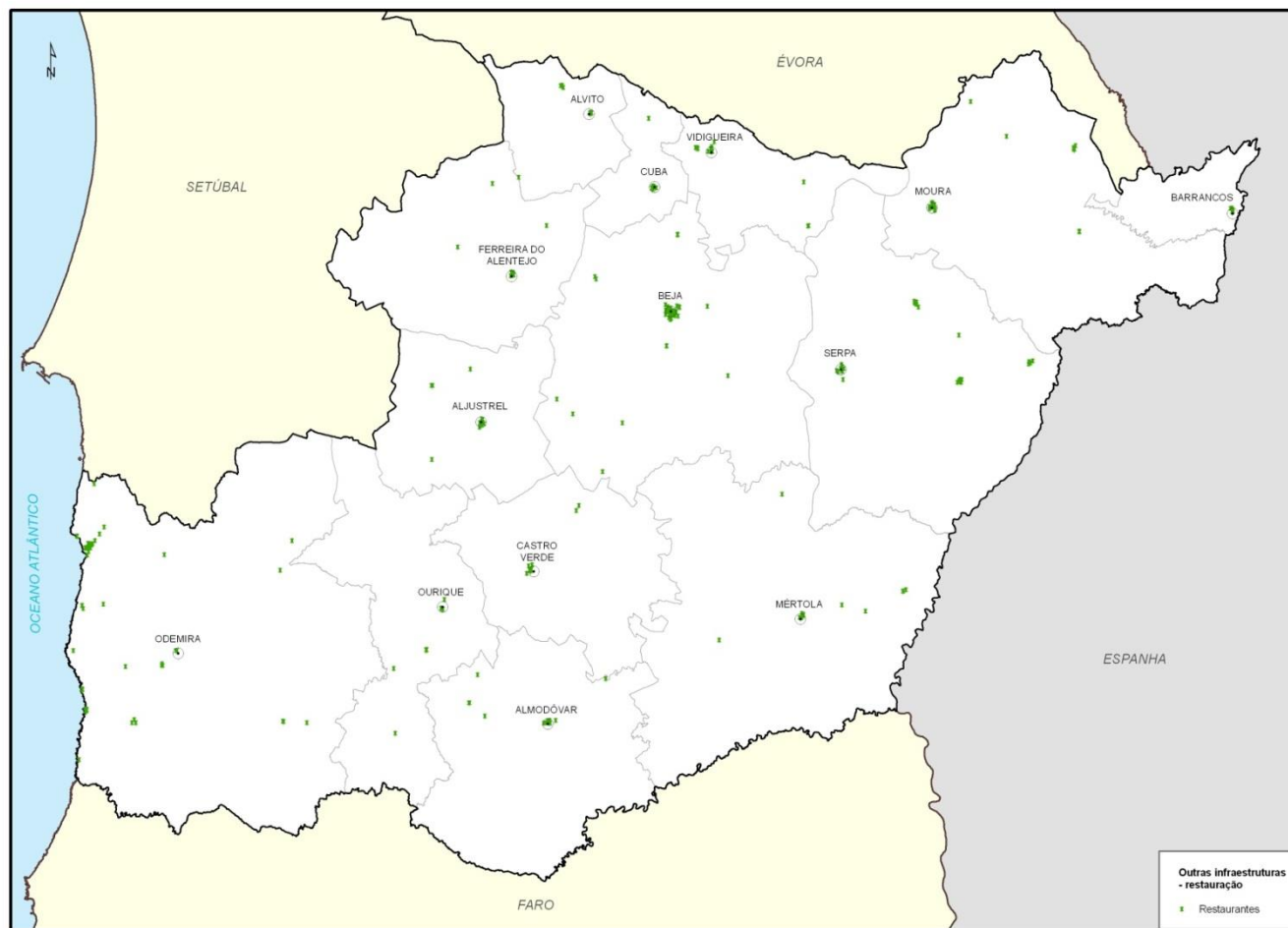


Figura II. 27 – Outras infraestruturas – restauração
(fonte: InfoPortugal, 2013)

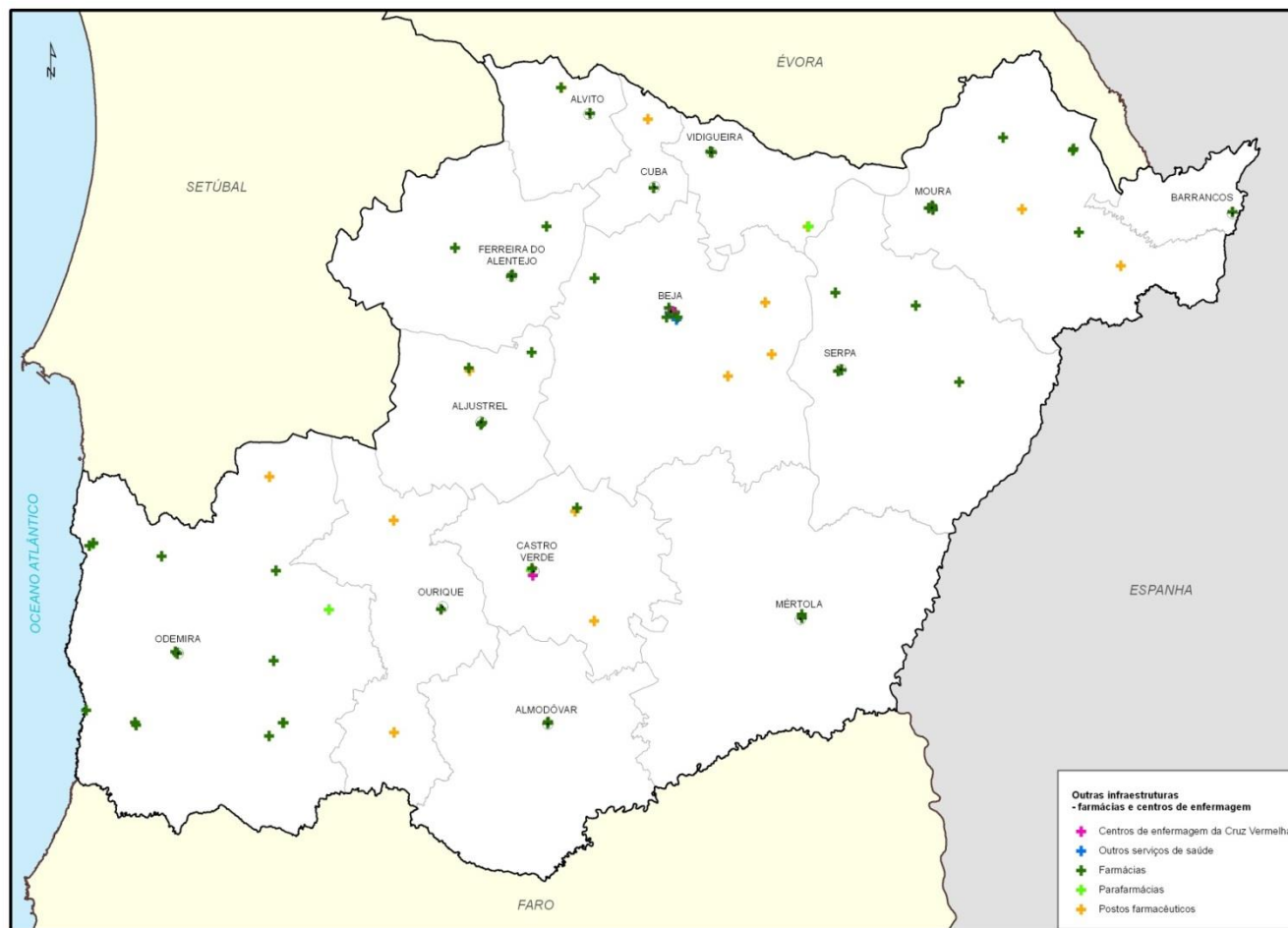


Figura II. 28 – Outras infraestruturas – farmácias e centros de enfermagem
(fonte: InfoPortugal, 2013)

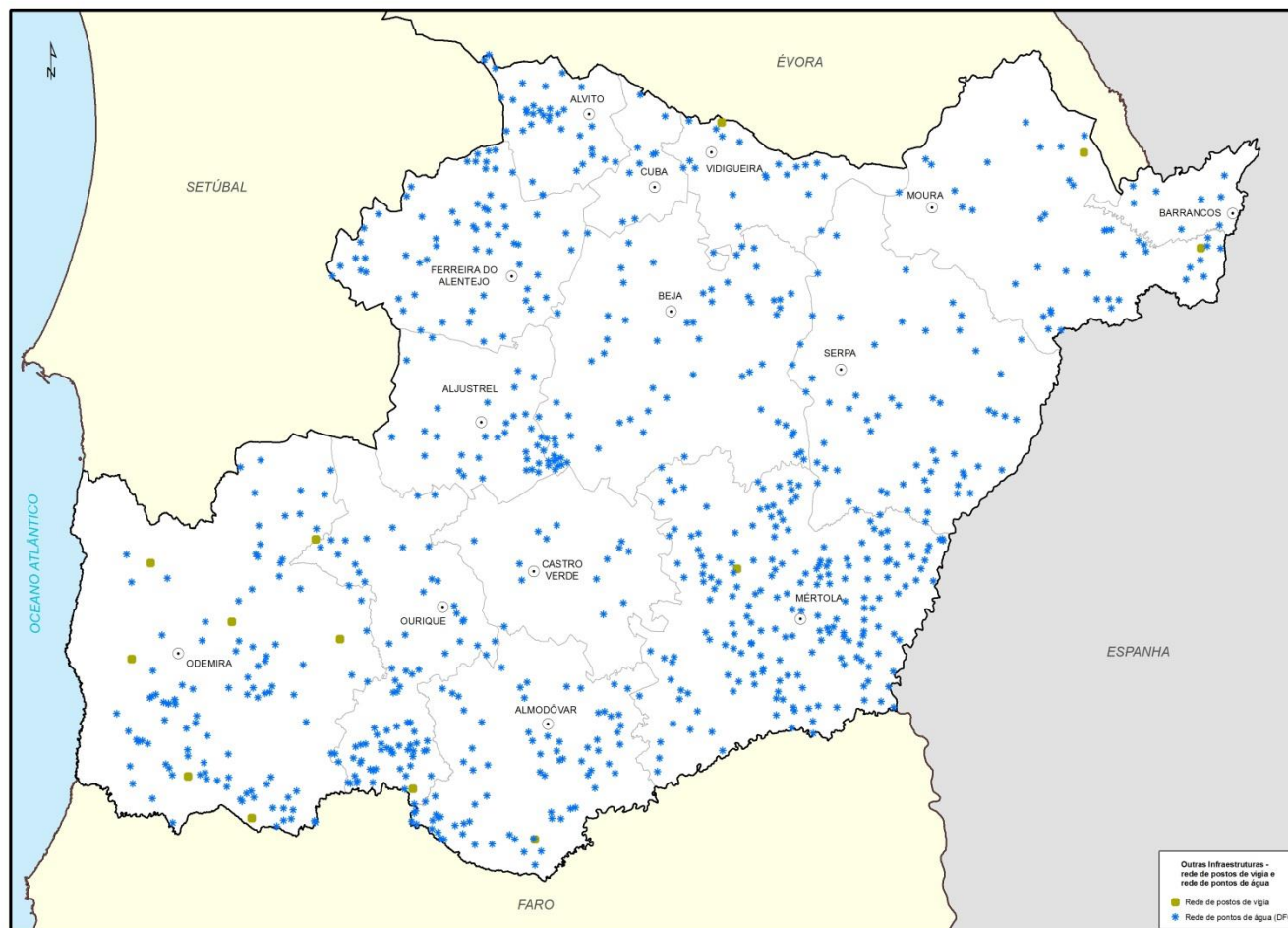


Figura II. 29 – Outras infraestruturas – rede de postos de vigia e rede de pontos de água
 (fonte: GNR, 2013; CDOS de Beja, 2013)

3.2 Zonas de intervenção

A resposta operacional desenvolve-se na área do distrito de Beja que pode conter Zonas de Intervenção (ZI). Em função das informações obtidas através das ações de reconhecimento e avaliação técnica e operacional, a delimitação geográfica inicial da ZI poderá ser alterada.

Nos termos do SIOPS, a ZI divide-se em Zona de Sinistro (ZS), Zona de Apoio (ZA), Zona de Concentração e Reserva (ZCR), sob coordenação do COS, e Zona de Receção de Reforços (ZRR), sob coordenação do CODIS (Figura II. 30).

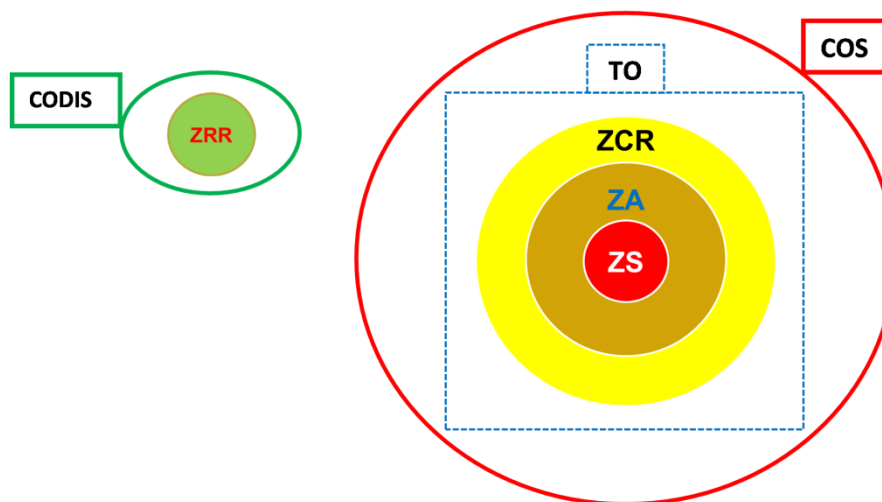


Figura II. 30 – Diagrama das Zonas de Intervenção

No quadro deste Plano, importa, sobretudo, caracterizar as **Zonas de Concentração e Reserva e as Zonas de Receção de Reforços**, uma vez que serão a estas que chegarão os reforços essenciais à gestão da emergência.

3.2.1 Zonas de Concentração e Reserva

As ZCR são zonas junto ao TO, de configuração e amplitude variáveis e adaptada às circunstâncias e condições do tipo de ocorrência, onde se localizam temporariamente meios e recursos disponíveis sem missão imediata

atribuída e nas quais se mantém um sistema de apoio logístico e assistência pré-hospitalar às forças de intervenção, sob gestão da Célula de Logística do PCO.

Nas ZCR podem ser consideradas diferentes áreas de acordo com o tipo e dimensão da ocorrência, nomeadamente:

- **Área de reserva** – local ou locais onde se localizam os meios e recursos sem missão imediata atribuída e que constituem a reserva estratégica sob a gestão da CELOG;
- **Área de reabastecimento** – local ou locais onde se realizam as operações de reabastecimento de combustíveis, água, equipamentos, consumíveis e outros considerados necessários ao suporte da ocorrência;
- **Área de alimentação** – local ou locais onde se procede à alimentação das forças e/ou preparação das refeições para distribuição aos meios em intervenção na ZS;
- **Área de descanso e higiene** – local ou locais onde se asseguram as condições de descanso e higiene aos operacionais;
- **Área de apoio sanitário** – local ou locais onde é instalado o apoio sanitário aos operacionais envolvidos na ocorrência;
- **Área de manutenção** – local ou locais onde se providencia a manutenção dos equipamentos;
- **Área médica** – local ou locais para instalação do Posto Médico Avançado (PMA) e/ou outras estruturas de assistência pré hospitalar no TO.

Os responsáveis pelas áreas da ZCR reportam diretamente ao Oficial de Logística.

3.2.2 Zonas de Receção de Reforços

As ZRR são zonas de controlo e apoio logístico, atribuídas pelo patamar nacional sem determinação de um Teatro de Operações (TO) específico, sob a

responsabilidade do CODIS, para onde se dirigem os meios de reforço e apoio logístico atribuídos pelo patamar nacional. É nas ZRR que terá lugar a concentração dos recursos solicitados pelo PCDis ao CNOS, despachados para uma ZCR específica, e onde são transmitidas as orientações táticas necessárias.

Para efeitos do presente Plano, são consideradas as seguintes ZRR distritais:

Tabela II. 23 – Localização das Zonas de Receção de Reforços

Designação	Local	Coordenadas (WGS84)
ZRR Beja	Beja – Aeródromo Civil	N 38° 30' 29'' W 7° 52' 31''
ZRR Beja	Beja - CMA (Ourique)	N 37° 39' 10'' W 8° 13' 43''

3.3 Mobilização e coordenação de meios

3.3.1 Mobilização de meios

A mobilização de meios será prioritariamente efetuada com recurso a meios públicos e ou privados existentes nos municípios menos afetados pelo acidente grave ou catástrofe, os quais atuarão de acordo com as prioridades identificadas nas várias Áreas de Intervenção.

Desta forma, aquando da ativação do Plano é fundamental a mobilização rápida, eficiente e ponderada de meios e recursos, de acordo com os seguintes critérios:

- Utilizar os meios e recursos adequados ao objetivo, não excedendo o estritamente necessário;
- Dar preferência à utilização de meios e recursos públicos sobre a utilização de meios e recursos privados;

- Dar preferência à utilização de meios e recursos detidos por entidades com as quais tenha sido celebrado protocolo de utilização, sobre a utilização de meios e recursos privados;
- Obedecer a critérios de proximidade e de disponibilidade na utilização de meios e recursos, privilegiando os meios existentes nos municípios do distrito menos afetados pelo acidente grave ou catástrofe.

Os meios e recursos pertencentes aos agentes de proteção civil e aos organismos e entidades de apoio serão colocados à disposição dos Postos de Comando que os afetarão de acordo com as necessidades. O inventário dos meios e recursos encontra-se na Parte III deste Plano (Capítulo 1 – Inventário de Meios e Recursos).

Por outro lado, o CCOD e os Postos de Comando são autónomos para a gestão dos meios existentes a nível municipal e distrital, assim como para a gestão dos meios de reforço que lhes forem atribuídos pelo nível nacional.

Os pedidos de reforço de meios só são considerados válidos quando apresentados pela cadeia de comando municipal ou distrital. Neste contexto, caberá à ANPC a atribuição de meios de reforço nacionais, tendo em conta critérios de proximidade, prontidão e disponibilidade para fazer face às necessidades operacionais decorrentes do evento.

A mobilização e requisição de recursos e equipamentos, deverá ser feita através do modelo de requisição constante na Parte III (Capítulo 3.2 – Modelos de Requisições).

Sempre que for ativado um estado de alerta especial para o SIOPS observa-se o incremento do grau de prontidão das organizações integrantes do SIOPS com vista a intensificar as ações preparatórias para as tarefas de supressão ou mitigação das ocorrências, de acordo com a tabela seguinte (Tabela II. 24).

Tabela II. 24 - Grau de prontidão e de mobilização

Nível	Grau de prontidão	Grau de mobilização (%)
Vermelho	Até doze horas	100
Laranja	Até seis horas	50
Amarelo	Até duas horas	25
Azul	Imediato	10

3.3.2 Sustentação Operacional

Perante a informação ou perceção de uma ocorrência, designadamente a possibilidade de as estruturas municipais incluídas na ZI, responsáveis pelas operações de proteção civil e socorro, poderem vir a ficar parcial ou totalmente inoperativas, desenvolve-se um Esquema de Sustentação Operacional (ESO), sob a coordenação do PCDis, no sentido de garantir, tão depressa quanto possível, a reposição da capacidade de coordenação, comando e controlo. Como abordagem inicial, consideram-se municípios de sustentação aos municípios afetados, os municípios adjacentes não afetados. Face à evolução da situação, o PCDis decidirá, em concreto, quais os municípios que operacionalizam o ESO.

Nos casos em que também a estrutura distrital responsável pelas operações de proteção civil e socorro se encontre parcial ou totalmente inoperativa, o Comandante Operacional de Agrupamento Distrital (CADIS) decidirá, em concreto, quais os distritos do seu Agrupamento Distrital que operacionalizam o ESO. Como abordagem inicial, consideram-se distritos de sustentação ao distrito afetado, os distritos adjacentes não afetados.

3.4 Notificação operacional

O CDOS tem acesso a um conjunto de sistemas de monitorização, quer de modo direto, quer através de informação proveniente do patamar nacional.

Aquando da receção de informação acerca da iminência ou ocorrência de acidente grave ou catástrofe, o CDOS desencadeia um conjunto de notificações operacionais, com o objetivo de intensificar as ações preparatórias para as tarefas de supressão ou mitigação das ocorrências. São objeto de notificação as ocorrências que se encontrem em curso, i.e., com situação confirmada e em desenvolvimento no local. As notificações seguem os procedimentos definidos em Norma Operacional Permanente em vigor da ANPC.

De igual modo, mediante a determinação do estado de alerta, o CDOS difunde informação ao CCOD, às autoridades políticas de proteção civil, nomeadamente aos presidentes da câmara, aos serviços e agentes de proteção civil, e ainda, aos organismos e entidades de apoio julgados pertinentes face à tipologia da ocorrência que desencadeou o referido estado de alerta e atenta a gravidade e dimensão da ocorrência e a sua tipologia específica.

No caso da ativação deste Plano, a informação pertinente será disseminada periodicamente a todas as entidades intervenientes pelos meios considerados mais apropriados (rede telefónica, fax, correio eletrónico, mensagem escrita, etc.) face à natureza da ocorrência. De acordo com a tipologia de risco os mecanismos de notificação operacional são os constantes na tabela seguinte.

Tabela II. 25 – Mecanismos de notificação operacional às entidades intervenientes

Mecanismos Risco	Comunicados	Telemóvel ou telefone fixo	Fax	E-mail	Rádio	Notificação SMS
Incêndios Florestais	X	X	X	X	X	X
Cheias e Inundações	X	X	X	X	X	X
Inundações e Galgamento Costeiros	X	X	X	X	X	X
Secas	X					
Rutura de Barragens	X	X	X	X	X	X
Sismos e Tsunamis	X	X	X	X	X	X
Movimentos de Massa em Vertentes	X	X	X	X	X	X
Ondas de Calor e Vagas de Frio	X					
Emergências Radiológicas	X	X	X	X	X	X
Substâncias Perigosas (Acidentes Industriais)	X	X	X	X	X	X
Acidentes		X				X
Incêndios Urbanos / Centros Históricos		X				X
Colapso de Infraestruturas e Edifícios		X				X

4 Áreas de Intervenção

4.1 Gestão administrativa e financeira

Tabela II. 26 – Gestão administrativa e financeira

GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA	
Entidade Coordenadora: Centro de Coordenação Operacional Distrital (CCOD)	
Entidades Intervenientes:	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Agentes de proteção civil²³ (APC) ▪ Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC) ▪ Câmaras Municipais (CM) ▪ Juntas de Freguesia (JF) ▪ Organismos e entidades de apoio²⁴ (OEA) 	
Prioridades de ação:	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Assegurar as atividades de gestão administrativa e financeira, inerentes à mobilização, requisição e utilização dos meios e recursos necessários à intervenção; ▪ Garantir a utilização racional e eficiente dos meios e recursos; ▪ Supervisionar negociações contratuais; ▪ Gerir e controlar os tempos de utilização de recursos e equipamentos; ▪ Identificar modos de contacto com fornecedores privados ou públicos de bens, serviços e equipamentos necessários às operações de emergência de proteção civil; ▪ Gerir os processos de seguros e donativos em géneros; ▪ Receber, registar, enquadrar e coordenar os voluntários individuais ou de serviços públicos e privados, especializados ou não, destinados a colaborar na situação de emergência; 	

²³ Consideram-se todos os Agentes de Proteção Civil mencionados em II-2.2.

²⁴ Consideram-se todos os Organismos e Entidades de Apoio mencionados em II-2.3.

- Definir os processos de identificação e credenciação do pessoal ligado às operações de proteção civil;
- Acionar os protocolos celebrados com as entidades detentoras dos recursos e equipamentos necessários às operações de proteção civil;
- Definir um sistema de requisição para as situações de emergência;

Instruções Específicas:

Gestão de Finanças:

- A gestão financeira e de custos, bem como dos tempos de utilização, será assegurada pelas estruturas de coordenação institucional dos níveis territoriais competentes;
- Para processos de âmbito supramunicipal, a supervisão das negociações contratuais e a gestão dos processos de seguros são da responsabilidade da entidade coordenadora;
- As despesas realizadas durante a fase de emergência e de reabilitação (designadamente as relacionadas com combustíveis e lubrificantes, manutenção e reparação de material, transportes, alimentação, material sanitário e maquinaria de engenharia, construção e obras públicas) são da responsabilidade dos serviços e agentes de proteção civil e demais entidades intervenientes. Salvo disposições específicas em contrário, a entidade requisitante de meios e recursos será responsável pelo ressarcimento das despesas inerentes;
- O pessoal integrado nos serviços, agentes e entidades constantes deste Plano, mesmo que requisitados, continuam a ser remunerados pelos organismos de origem, não podendo ser prejudicadas, de qualquer forma, nos seus direitos;
- Eventuais donativos financeiros constituirão receitas da Conta de Emergência prevista no Decreto-Lei n.º 112/2008, de 1 de julho, sendo os mesmos utilizados, mediante despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da administração interna, para suportar os custos associados às ações de reabilitação que se insiram no âmbito do artigo 3º do referido diploma;

Gestão de Pessoal:

- O PCDIs é gerido operacionalmente por efetivos da Estrutura Operacional da ANPC/CDOS de Beja com apoio de elementos dos APC existentes no distrito;
- O pessoal voluntário, cuja colaboração seja aceite a título benévolo, deverá apresentar-se, se outro local não for divulgado, nas JF, para posterior encaminhamento. Tais voluntários, quando devidamente integrados, terão direito a alimentação, nos dias em que prestem serviço;
- No decurso das operações, as estruturas integrantes do DIOPS deverão acautelar os períodos de descanso e a rotatividade dos seus recursos humanos.

Modelo de Cartão de Segurança

- Para acesso ao PCDIs, será distribuído junto das diversas entidades intervenientes um Cartão de Segurança para a área a ser acedida, que será apostado em local bem visível e disponibilizado sempre que for solicitado. O cartão de Segurança inclui o símbolo gráfico da ANPC, espaço quadrangular colorido respeitante à área de acesso, número sequencial com 4 dígitos, nome (primeiro e último) e indicação do Serviço/Entidade que representa.



Modelo de Ficha de Controlo Diário

- O acesso ao PCDis fazer-á através do preenchimento de uma Ficha de Controlo Diário que contem a seguinte informação: número sequencial do cartão de segurança, nome, entidade a que pertence, área a que tem acesso (Vermelha, Amarela ou Verde), hora de entrada e de saída, indicação do responsável com quem vai contactar.

Ficha de Controlo de Acessos						
Responsável _____				Data: __/__/__		
Nº do Cartão	Hora Entrada	Hora Saída	Nome	Entidade	Pessoa a Contactar	Área
Área: Vermelha, Amarela ou Verde ²⁵						

Modelo de Cartão de Autorização de Acesso a Veículos

- É distribuído junto das diversas entidades intervenientes um Cartão de Controlo de acesso a veículos que deverá conter a seguinte informação: área a que tem acesso (Vermelha, Amarela ou Verde), hora de entrada e de saída.

²⁵ Ver II-4.7.

 ANPC AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL	 Ministério da Administração Interna Autoridade Nacional de Protecção Civil	
	Veículo ao Serviço do CCOD Beja	
	Zona de Acesso _____	Data de início ____/____/____
	Matrícula _____	Data de fim ____/____/____
	O Comandante Operacional Distrital, _____	

4.2 Reconhecimento e avaliação

4.2.1 Equipas de Reconhecimento e Avaliação da Situação

Tabela II. 27 – Equipas de Reconhecimento e Avaliação da Situação

EQUIPAS DE RECONHECIMENTO E AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO	
Entidade Coordenadora: Posto de Comando Distrital (PCDis)	
Entidades Intervenientes:	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ ANPC/CDOS de Beja; ▪ Corpos de Bombeiros (CB); ▪ Forças de Segurança ▪ FEB 	
Prioridades de ação:	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Percorrer a ZS; ▪ Recolher informação específica sobre as consequências do evento em causa; ▪ Elaborar Relatórios Imediatos de Situação (RELIS); 	
Instruções Específicas:	
<p><u>Conceito:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ As Equipas de Reconhecimento da Situação (ERAS) são elementos constituintes do reforço de meios distritais; ▪ As ERAS caracterizam-se pela sua grande mobilidade e capacidade técnica, recolhendo informação específica sobre as consequências do evento em causa, nomeadamente no que se refere a: <ul style="list-style-type: none"> • Locais com maior número de sinistrados; • Locais com maiores danos no edificado; • Núcleos habitacionais isolados; • Estabilidade de vertentes; • Estabilidade e operacionalidade das infraestruturas; 	

- Eixos rodoviários de penetração na(s) ZS;
 - Focos de incêndio;
 - Elementos estratégicos, vitais ou sensíveis (escolas, hospitais, quartéis de bombeiros, instalações das forças de segurança);
 - Condições meteorológicas locais.
- As ERAS elaboram o RELIS (de acordo com o modelo constante em III-3) que, em regra, deverá ser escrito, podendo, exceccionalmente, ser verbal e passado a escrito no mais curto espaço de tempo possível e comunicado ao PCDis;

Composição e Equipamento:

a) Pessoal

- Cada ERAS é constituída por 2 ou 3 elementos a designar de acordo com a missão específica que lhe for atribuída;
- O chefe da ERAS é o elemento mais graduada da equipa.

b) Equipamento

- Por forma a garantir o cumprimento da sua missão, as ERAS deverão ser dotadas de:
 - i. Meios de transporte com capacidade táctica (preferencialmente);
 - ii. Equipamento de comunicações rádio e móvel;
 - iii. Equipamento de Protecção Individual (EPI);
 - iv. Kit de alimentação e primeiros socorros;
 - v. Equipamento informático (computador ou *tablet*);
 - vi. Equipamento fotográfico;
 - vii. Equipamento de georreferenciação;
 - viii. Cartografia.

Acionamento:

- As ERAS são acionadas à ordem do PCDis, que trata a informação recebida pelas equipas.

4.2.2 Equipas de Avaliação Técnica

Tabela II. 28 – Equipas de Avaliação Técnica

EQUIPAS DE AVALIAÇÃO TÉCNICA	
Entidade Coordenadora: Posto de Comando Distrital (PCDis)	
Entidades Intervenientes:	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Câmaras Municipais (CM); ▪ Entidades gestoras de redes/sistemas 	
Prioridades de ação:	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Percorrer a ZS, por via terrestre; ▪ Recolher informação específica sobre a operacionalidade de estruturas; ▪ Elaborar Relatórios Imediatos de Situação (RELIS); 	
Instruções Específicas:	
<p><u>Conceito:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ As Equipas de Avaliação Técnica (EAT) são elementos constituintes do reforço de meios distritais; ▪ As EAT reconhecem e avaliam a estabilidade e operacionalidade de estruturas, comunicações e redes, tendo em vista o desenvolvimento das operações, a segurança do pessoal do DIOPS e das populações e o restabelecimento das condições mínimas de vida; ▪ As EAT elaboram o RELIS (de acordo com o modelo constante em III-3) que, em regra, deverá ser escrito, podendo, excecionalmente, ser verbal e passado a escrito no mais curto espaço de tempo possível e comunicado ao PCDis; <p><u>Composição e Equipamento:</u></p> <p>a) Pessoal</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Cada EAT é constituída, no mínimo, por 2 ou 3 elementos a designar de acordo com a missão específica que lhe for atribuída; ▪ O chefe das EAT é o representante da ANPC. 	

b) Equipamento

- Por forma a garantir o cumprimento da sua missão, as EAT deverão ser dotadas de:
 - i. Meios de transporte com capacidade tática (preferencialmente);
 - ii. Equipamento de Comunicações Rádio e Móvel;
 - iii. Equipamento de Proteção Individual (EPI);
 - iv. Kit de alimentação e primeiros socorros;
 - v. Equipamento informático (computador ou *tablet*);
 - vi. Equipamento fotográfico;
 - vii. Equipamento de georreferenciação;
 - viii. Equipamento diverso (ex. cordas, tinta ou lata de spray para marcar o edificado ou a infraestrutura);
 - ix. Cartografia.

Acionamento:

- As EAT são acionadas à ordem do PCDis, que trata a informação recebida pelas equipas.

4.3 Logística

4.3.1 Apoio logístico às forças de intervenção

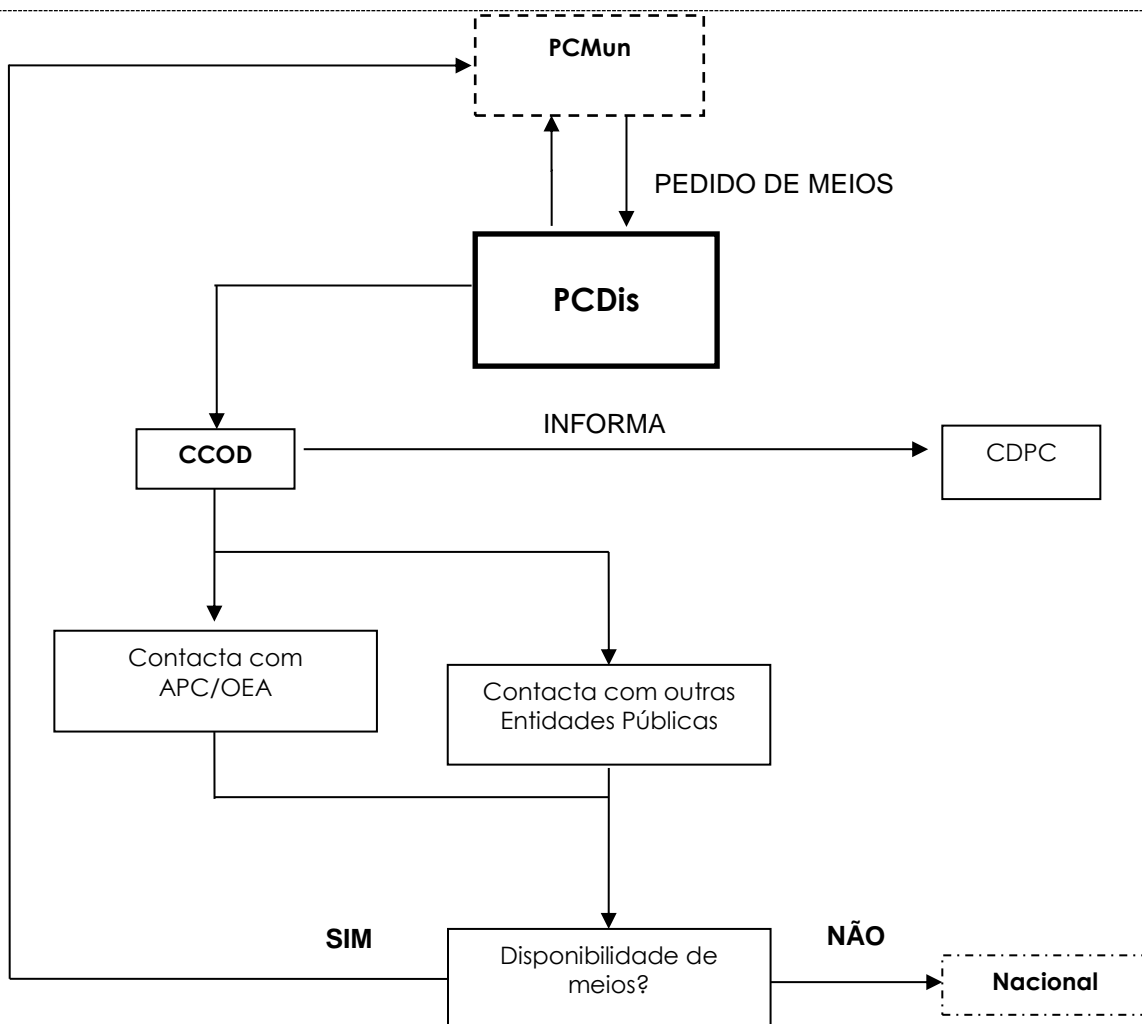
Tabela II. 29 – Apoio logístico às forças de intervenção

APOIO LOGÍSTICO ÀS FORÇAS DE INTERVENÇÃO	
Entidade Coordenadora: Centro de Coordenação Operacional Distrital (CCOD)	
Entidades Intervenientes:	
<ul style="list-style-type: none">▪ Administração Regional de Saúde do Alentejo (ARS);▪ ANPC/CDOS de Beja;▪ Associações Humanitárias de Bombeiros (AHB);▪ Autoridade Marítima (AM);▪ Câmaras Municipais (CM);▪ Corpo Nacional de Escutas (CNE);▪ Corpos de Bombeiros (CB);▪ Cruz Vermelha Portuguesa (CVP);▪ Entidades exploradoras das redes de transportes, abastecimento de água, saneamento, distribuição de energia e comunicações;▪ Forças Armadas (FA);▪ Guarda Nacional Republicana (GNR);▪ Juntas de Freguesia (JF);▪ Polícia de Segurança Pública (PSP);	
Prioridades de ação:	
<ul style="list-style-type: none">▪ Assegurar a satisfação das necessidades logísticas das forças de intervenção, nomeadamente quanto a alimentação, combustíveis, transportes, material sanitário, material de mortuária e outros artigos essenciais à prossecução das missões de socorro, salvamento e assistência;▪ Garantir a gestão de armazéns de emergência e a entrega de bens e mercadorias necessárias às forças de intervenção;▪ Organizar a instalação e montagem de cozinhas e refeitórios de campanha	

para confeção e distribuição de alimentação ao pessoal envolvido nas operações;

- Assegurar a disponibilização de meios e recursos para a desobstrução expedita de vias de comunicação e itinerários de socorro;
- Promover a manutenção, reparação e abastecimento de viaturas essenciais à condução das operações de emergência, bem assim como de outro equipamento;
- Definir prioridades em termos de abastecimento de água e energia;
- Apoiar as entidades respetivas na reabilitação das redes e serviços essenciais: energia elétrica, gás, água, telefones e saneamento básico;

Procedimentos e instruções de coordenação:



Instruções Específicas:

- A satisfação das necessidades logísticas iniciais (primeiras 24 horas) do pessoal envolvido estará a cargo dos próprios agentes de proteção civil e organismos e entidades de apoio;
- Após as primeiras 24 horas, as necessidades logísticas são suprimidas pelas Câmaras Municipais que, para os devidos efeitos, contactarão com os fornecedores ou entidades detentoras previstos nos respetivos PMEPC;
- As AHB, com a colaboração do SMPC, se necessário, apoiam logisticamente a sustentação das operações na área de atuação do seu CB;
- O CCOD avalia os meios disponíveis, contacta com entidades e disponibiliza os meios indispensáveis à emergência;
- Para a distribuição de alimentação ao pessoal envolvido em operações de socorro poderão ser montados, pelas FA, CVP e CNE, cozinhas e refeitórios de campanha, após se ter esgotado a capacidade própria de abastecimento por parte das entidades intervenientes;
- A alimentação e alojamento dos elementos da CDPC e CCOD estarão a cargo da ANPC;
- A manutenção e reparação de material estará a cargo das respetivas entidades utilizadoras;
- A desobstrução expedita de vias de comunicação e itinerários de socorro, as operações de demolição e escoramento de edifícios e a drenagem e escoamento de água serão realizadas preferencialmente com recurso a meios dos CB ou das FA, podendo ser mobilizada maquinaria pesada de empresas de construção civil;
- O material sanitário, de mortuária e demais artigos necessários às operações será distribuído a pedido das forças de intervenção ou por determinação do PCDis;
- As entidades exploradoras das redes de transportes, abastecimento de água, saneamento, distribuição de energia e comunicações assegurarão o rápido restabelecimento do respetivo serviço e garantirão a operacionalidade de piquetes de emergência para necessidades extraordinárias decorrentes da

reposição do serviço;

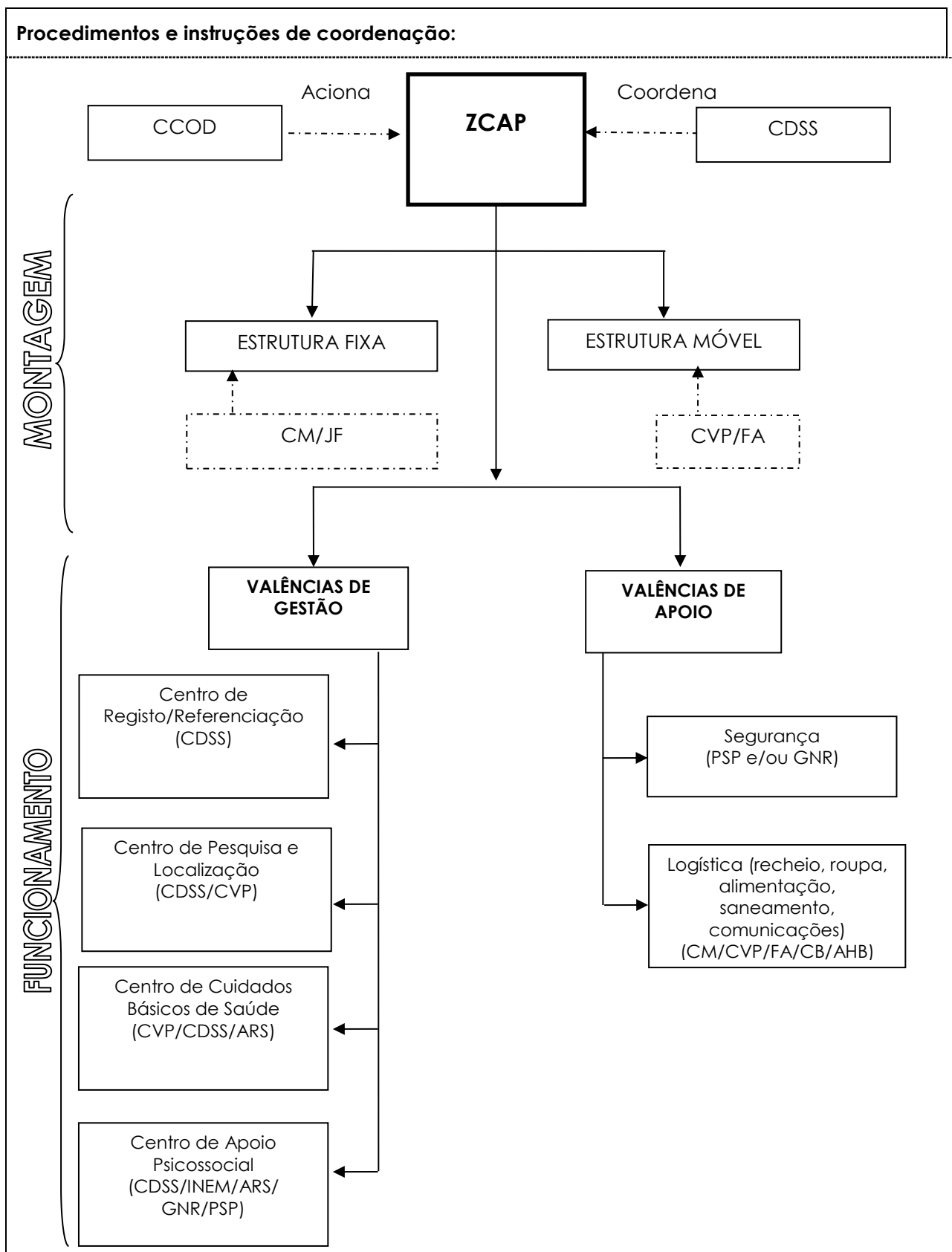
- A reposição do serviço de abastecimento de água e do fornecimento de eletricidade, gás e combustíveis deverá ser assegurado prioritariamente a unidades hospitalares e de saúde, estabelecimentos de ensino, lares de idosos, prisões e instalações públicas, bem como a outras infraestruturas que o PCDis considere de especial relevância;
- As FA colaboram no apoio logístico às forças de intervenção fornecendo material diverso (material de aquartelamento, tendas de campanha, geradores, depósitos de água, etc.);
- Se necessário, poderão ser criados armazéns de emergência que serão geridos pelo PCDis ou pelas Câmaras Municipais;
- Para apoio e suporte direto às operações, será ativada pelo CCOD a Base de Apoio Logístico (BAL) de nível secundário a definir em função da análise da situação decorrente de acidente grave ou catástrofe.

4.3.2 Apoio logístico às populações

Tabela II. 30 – Apoio logístico às populações

APOIO LOGÍSTICO ÀS POPULAÇÕES	
Entidade Coordenadora: Centro Distrital de Segurança Social (CDSS) de Beja	
Entidades Intervénientes:	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Administração Regional de Saúde (ARS) do Alentejo; ▪ Associações Humanitárias de Bombeiros (AHB); ▪ Câmaras Municipais (CM); ▪ Centro Distrital de Segurança Social de Beja (CDSS); ▪ Corpo Nacional de Escutas (CNE); ▪ Corpos de Bombeiros (CB); ▪ Cruz Vermelha Portuguesa (CVP); ▪ Cáritas Diocesanas de Beja; ▪ Misericórdias; ▪ Forças Armadas (FA); ▪ Guarda Nacional Republicana (GNR); ▪ Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM); ▪ Juntas de Freguesia (JF); ▪ Polícia de Segurança Pública (PSP); ▪ Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF); ▪ Fornecedores públicos ou privados de equipamentos e outros bens materiais necessários; ▪ Entidades exploradoras das redes de transporte, abastecimento de água, distribuição de energia e comunicações; ▪ ONG's; 	
Prioridades de ação:	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Garantir a prestação de apoio social de emergência; 	

- Assegurar a ativação de ZCAP e informar as forças de socorro e os cidadãos da sua localização através dos canais disponíveis e mais apropriados;
- Garantir a receção, registo, pesquisa, diagnóstico de necessidades e assistência individual a evacuados e vítimas assistidas e com necessidade de continuidade de acompanhamento;
- Organizar um sistemas de recolha de dádivas, garantindo o armazenamento, gestão e distribuição dos bens recebidos;
- Mobilizar equipas de apoio social para acompanhamento dos grupos mais vulneráveis e de maior risco;
- Assegurar a atualização da informação, nos Centros de Pesquisa e Localização, através de listas com identificação nominal das vítimas e evacuados nas ZCAP;
- Mobilizar reservas alimentares e garantir a receção e gestão de bens essenciais (alimentos, agasalhos, roupas, artigos de higiene pessoal) que sejam entregues nas ZCAP para apoio a vítimas e evacuados;
- Garantir a distribuição prioritária de água e de energia às ZCAP;



Instruções Específicas:

- As ZCAP correspondem aos locais de acolhimento e alojamento temporário da população deslocada, localizados em espaços abertos e fechados, nomeadamente em parques de estacionamento, grandes superfícies comerciais, campos de futebol, ginásios gimnodesportivos, entre outros;
- Após o esgotamento das ZCAP de âmbito municipal nos municípios afetados serão ativadas as ZCAP definidos nos municípios do distrito não afetados
- A ZCAP de âmbito distrital, localizada no Regimento de Infantaria n.º 1, em Beja, será acionada após o esgotamento das ZCAP de âmbito municipal;
- As ZCAP de âmbito municipal terão a localização prevista nos respetivos PMEPC;
- A estrutura de coordenação da ZCAP executa missões de instalação (CM) e gestão global (CDSS);
- As ZCAP integram as seguintes valências de gestão:
 - **Centros de Registo/Referenciação**, nos quais se recebe a população, preenche a ficha de registo e referenciação (onde consta o diagnóstico das necessidades dos indivíduos ou famílias) e procede ao encaminhamento para as restantes valências;
 - **Centros de Pesquisa e Localização**, nos quais se completa o preenchimento da ficha de recenseamento, a qual, através do registo atualizado, promove o reencontro e assegura a preservação dos núcleos familiares;
 - **Centros de Cuidados Básicos de Saúde**, nos quais se presta assistência a situações de saúde pouco graves, assegurando a respetiva estabilização;
 - **Centros de Apoio Psicossocial**, nos quais se assegura o apoio psicológico de continuidade e se detetam carências e necessidades particulares às pessoas deslocadas;
- As ZCAP integram as seguintes valências de apoio:
 - **Logística**, responsável pelo controlo das existências em armazém de todos os bens, pela manutenção das estruturas móveis e imóveis;
 - **Segurança**, assegura a limitação do acesso e segurança da ZCAP;
- A primeira ação a desenvolver sempre que alguém dê entrada numa ZCAP é o Registo. O registo pressupõe a recolha da seguinte informação: nome, idade, morada anterior, necessidades especiais e, assim que possível, indicação do local onde ficará realojada. Deverá também, sempre que se verifique necessidade, ser registado o nome de membros do seu agregado familiar que

estejam desaparecidos a fim de tentar localizar os mesmos. O CDSS assegura a constituição de equipas técnicas para receção, atendimento e encaminhamento da população nas ZCAP;

- O CDSS encaminha a listagem da população registada nas ZCAP para a GNR, PSP e SEF;
- As JF, recorrendo às Unidades Locais de Proteção Civil caso existentes, apoiam a constituição de equipas de recenseamento e registo da população afetada;
- A CVP executa missões de assistência sanitária e social;
- A segurança às ZCAP será efetuada de acordo com os procedimentos definidos para a Área de Intervenção da Manutenção da Ordem Pública, com as eventuais adaptações decorrentes de orientação do CDSS, enquanto entidade coordenadora da Área de Intervenção;
- A CVP e as FA, na medida das suas possibilidades e disponibilidades, apoiam na montagem das ZCAP móveis (por exemplo em tendas de campanha);
- As FA colaboram na disponibilização de bens essenciais (alimentação, artigos de higiene, agasalhos, roupas, etc.) às vítimas e promovem a instalação de locais de montagem de cozinhas e refeitórios de campanha;
- A distribuição de bens essenciais será assegurada pela CVP, CNE, Caritas Diocesanas, Misericórdias, IPSS's e ONG's, na medida das suas disponibilidades;
- A receção, catalogação, separação, lavagem, desinfeção, armazenamento e distribuição de dádivas fica a cargo do CDSS, em colaboração com as CM respetivas;
- As entidades gestoras de sistemas de abastecimento de água e de distribuição de eletricidade e gás asseguram o fornecimento de água, luz e gás às ZCAP;
- A distribuição de água, gás, alimentos, agasalhos e artigos de higiene pessoal à população que não está nas ZCAP e não tem acesso a elas deverá ser realizada em locais centrais, de fácil acesso e divulgados para conhecimento da população;

4.4 Comunicações

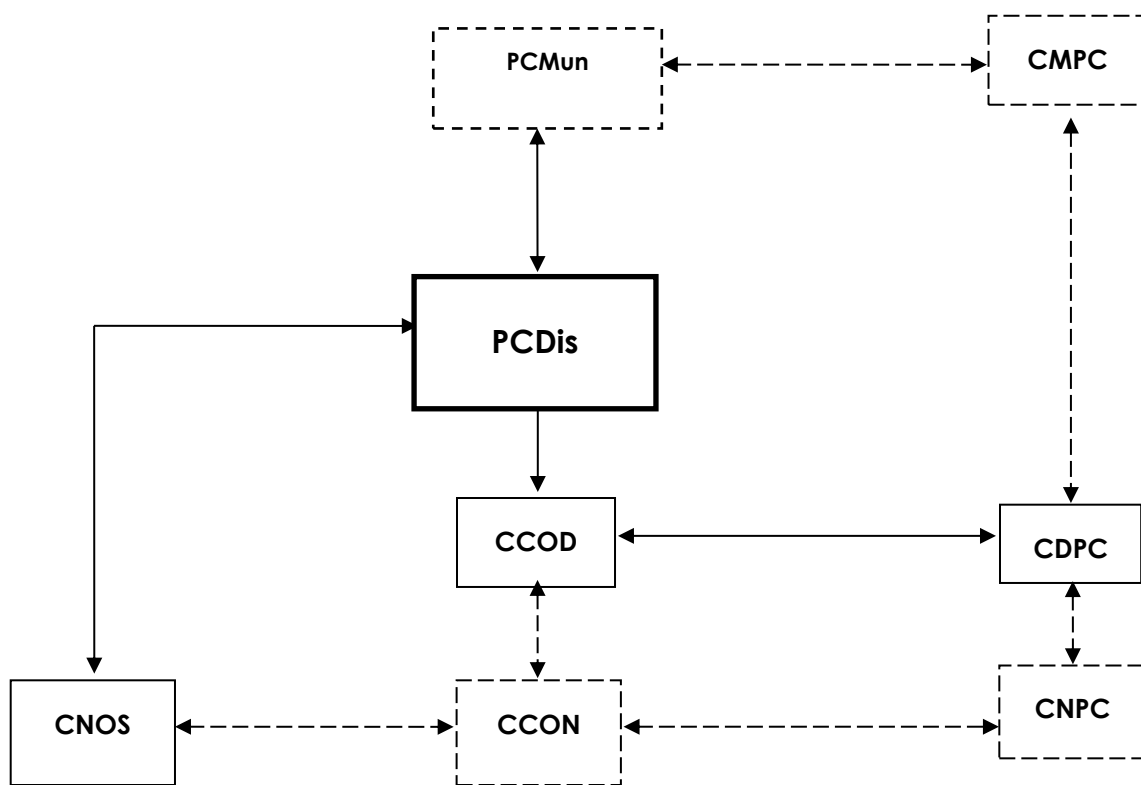
Tabela II. 31 – Comunicações

COMUNICAÇÕES	
Entidade Coordenadora: ANPC/ CDOS de Beja	
Entidades Intervenientes:	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Autoridade Marítima (AM); ▪ ANPC/ CDOS de Beja; ▪ Câmaras Municipais (CM); ▪ Corpos de Bombeiros (CB); ▪ Forças Armadas (FA); ▪ Guarda Nacional Republicana (GNR); ▪ Organizações de Radioamadores; ▪ Polícia de Segurança Pública (PSP); 	
Prioridades de ação:	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Assegurar a ligação, no âmbito do Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro, com os diferentes agentes de proteção civil e outras entidades e organismos, por forma a garantir as comunicações de emergência; ▪ Identificar e obviar problemas de interoperabilidade; ▪ Garantir a operacionalidade dos meios de comunicação de emergência no âmbito da proteção civil, incluindo a reposição de serviços, por afetação de meios e recursos alternativos; ▪ Mobilizar e coordenar as ações das organizações de radioamadores e dos operadores da rede comercial fixa e móvel, no âmbito do apoio às comunicações de emergência e do reforço das redes de telecomunicações; ▪ Garantir prioridades de acesso a serviços e entidades essenciais, de acordo com o conceito da operação; ▪ Manter um registo atualizado do estado das comunicações e das 	

capacidades existentes;

- Garantir que todos os intervenientes possam comunicar dentro da hierarquia estabelecida para cada Teatro de Operações (TO) de acordo com as Normas de Execução Permanente da ANPC, em vigor;
- Apoiar, a pedido, as diferentes entidades e Áreas de Intervenção com meios de comunicações de emergência;

Procedimentos e instruções de coordenação:



Instruções Específicas:

- As redes e serviços de comunicações de emergência consideradas no âmbito deste plano são:
 - SIRESP – Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal;
 - REPC – Rede Estratégica de Proteção Civil;
 - ROB – Rede Operacional de Bombeiros;
 - Serviço Móvel de Satélite (MV-S);

- Serviço Móvel Terrestre (SMT);
- Serviço Móvel Marítimo (SMM);
- Serviço Telefónico Fixo (STF);
- O sistema de videoconferência da ANPC/CDOS de Beja será utilizado, sempre que necessário, para interligação com entidades ou organizações nacionais;
- O PCDis é a entidade responsável pela definição e gestão da arquitetura geral das comunicações de emergência a nível distrital, cabendo-lhe elaborar o respetivo Plano de Comunicações;
- As comunicações rádio seguem o determinado nas normas e instruções operacionais que regulam a rede rádio distrital²⁶;
- As entidades com meios próprios deverão assegurar a alocação de recursos de comunicações de acordo com as suas necessidades de fluxo de informação, tendo presente a organização de comando e controlo da operação;
- As entidades sem meios próprios poderão contar, de acordo com as suas disponibilidades, com a colaboração da ANPC/CDOS de Beja de forma a assegurar os requisitos mínimos de troca de informação, mediante moldes a definir para cada caso concreto e sempre em função da situação em curso;
- As organizações de Radioamadores colaboram no sistema de telecomunicações de emergência, à ordem do PCDis, contribuindo para a interoperabilidade entre redes e sistemas de comunicação das diversas entidades através do estabelecimento de redes rádio (HF, VHF e UHF) autónomas e independentes, que se constituirão como redes redundantes e/ou alternativas;
- Cada TO é considerado como um núcleo isolado e qualquer contacto rádio com e do TO será feito em exclusivo pelo PCDis;
- Sempre que a situação o justifique, poderão ser utilizados Veículos de Planeamento, Comando e Comunicações (VPCC) ou Veículos de Comando e Comunicações (VCOC), os quais atuarão à ordem do PCDis;
- Nas ZRR, ZCR, ZCAP e ZRnM deverá ser garantido o acesso às redes rádio da ANPC e às redes telefónicas comerciais;

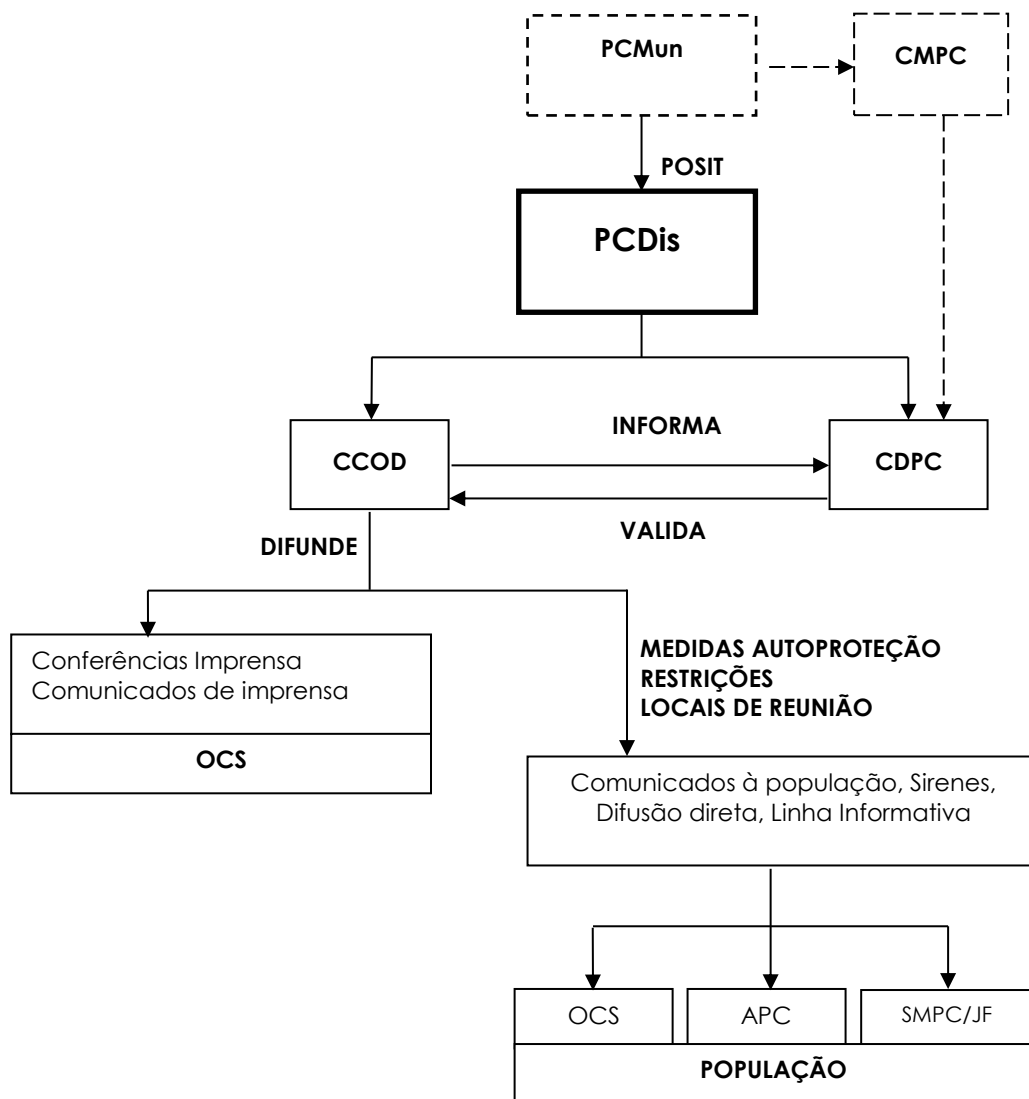
²⁶ Consultar o Anexo III.

4.5 Informação pública

Tabela II. 32 – Informação pública

INFORMAÇÃO PÚBLICA	
Entidades Coordenadoras: Centro de Coordenação Operacional Distrital (CCOD)	
Entidades Intervenientes:	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ ANPC/CDOS de Beja; ▪ Autoridade Marítima (AM); ▪ Câmaras Municipais (CM); ▪ Guarda Nacional Republicana (GNR); ▪ Juntas de Freguesia (JF); ▪ Polícia de Segurança Pública (PSP); ▪ Órgãos de Comunicação Social (OCS) 	
Prioridades de ação:	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Assegurar que a população é avisada e mantida informada, de modo a que possa adotar as instruções das autoridades e as medidas de autoproteção mais convenientes; ▪ Divulgar informação à população sobre locais de receção de donativos, locais de recolha de sangue, locais para inscrição para serviço voluntário e instruções para regresso de populações evacuadas; ▪ Garantir a relação com os OCS e preparar, com periodicidade determinada, comunicados a distribuir; ▪ Organizar visitas dos OCS ao TO, garantindo a sua receção e acompanhamento; ▪ Organizar e preparar <i>briefings</i> periódicos e conferências de imprensa, por determinação do diretor do plano; ▪ Preparar os comunicados considerados necessários; 	

Procedimentos e Instruções de Coordenação:



Instruções Específicas:

- O CCOD e as CMPC são os responsáveis pela gestão da informação pública, no seu nível territorial, cabendo-lhes definir, para cada caso, a forma mais adequada de divulgação à população (informação direta à população, com recurso aos SMPC ou a sirenes, ou prestação de informação aos órgãos de comunicação social, através da difusão de comunicados, sendo este o mecanismo preferencial);

- A nível distrital, o CCOD é responsável por:
 - a) assegurar a resposta a solicitações de informação;
 - b) difundir recomendações e linhas de atuação;
 - c) elaborar comunicados oficiais a distribuir aos cidadãos;
- Compete ainda ao CCOD, no domínio da relação com os OCS:
 - a) assegurar a realização de briefings ou conferências de imprensa, a realizar no PCDis;
 - b) assegurar a emissão de comunicados de imprensa com periodicidade determinada;
- O CCOD assegura a divulgação à população de informação disponível sobre:
 - a) números de telefone de contacto para informações;
 - b) localização de pontos de reunião ou centros de desalojados/assistência;
 - c) locais de receção de donativos;
 - d) locais de recolha de sangue;
 - e) locais para inscrição para serviço voluntário;
 - f) instruções para regresso de populações evacuadas;
 - g) listas de desaparecidos, mortos e feridos;
 - h) locais de acesso interdito ou restrito;
 - i) outras instruções consideradas necessárias;
- A PSP, a GNR e a AM, são responsáveis, nos espaços sob sua jurisdição, pela divulgação dos avisos à população, nomeadamente à população isolada e/ou sem acesso aos meios de comunicação;
- Para garantir homogeneidade na passagem de informação à população, serão utilizados os modelos de comunicado constantes em III-3.3 do presente Plano;
- Os comunicados à população serão transmitidos a cada 6 horas, salvo indicação expressa em contrário;
- Os *briefings* à comunicação social decorrerão a cada 6 horas, salvo indicação expressa em contrário, e conterão pontos de situação global referentes à totalidade da ZI. O diretor de plano poderá nomear um porta-voz para as relações com os OCS;

-
- Para acolhimento e encaminhamento de jornalistas, o CCOD poderá determinar a criação de Zonas de Concentração de Jornalistas em local a fixar mediante a avaliação dos danos;

4.6 Confinamento e/ou evacuação

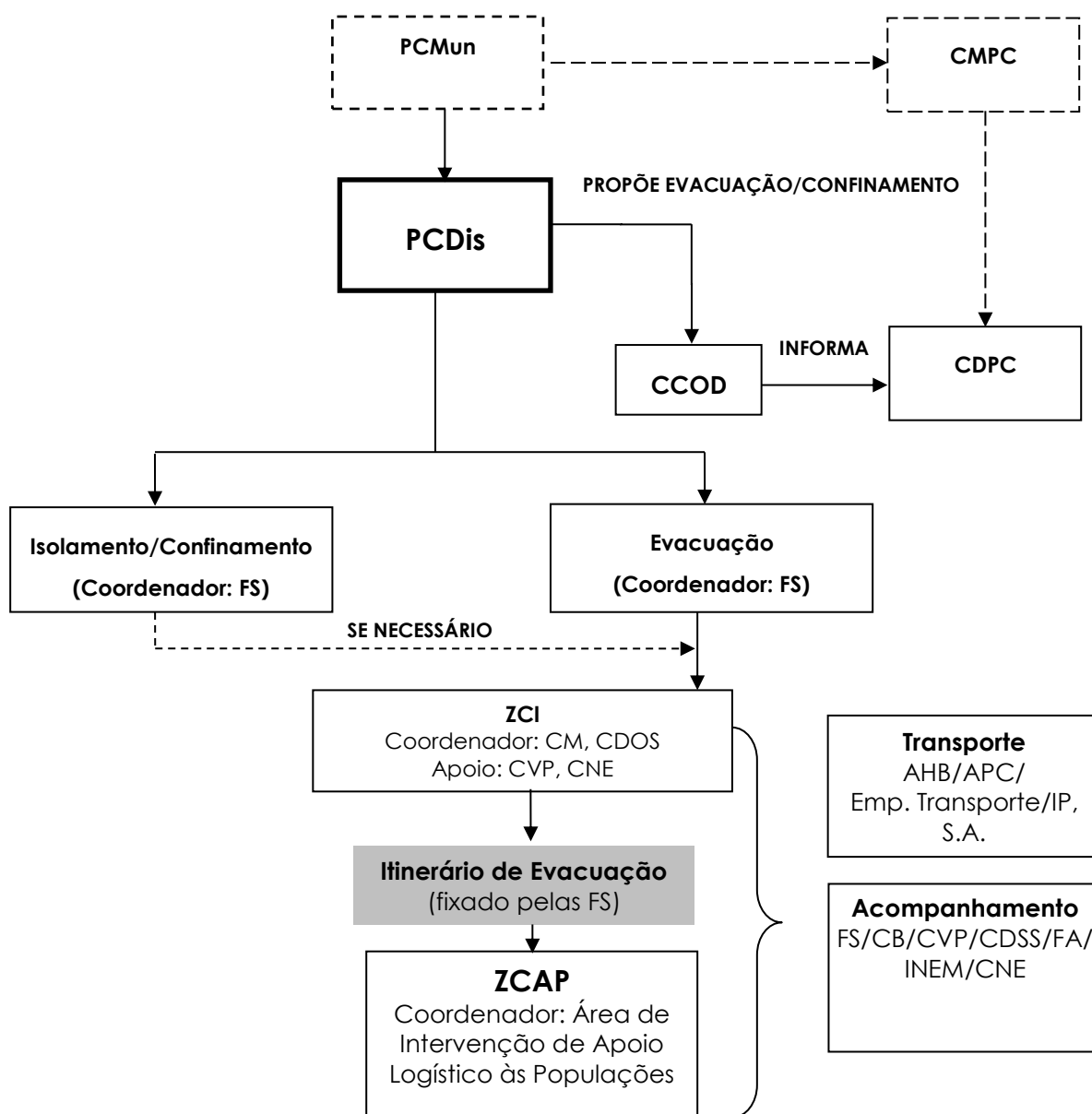
Tabela II. 33 – Confinamento e/ou evacuação

CONFINAMENTO E/OU EVACUAÇÃO	
Entidade Coordenadora: GNR/PSP/AM, de acordo com a área de incidência territorial da emergência	
Entidades Intervenção:	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Associações Humanitárias de Bombeiros (AHB); ▪ Autoridade Marítima (AM); ▪ Câmaras Municipais (CM); ▪ Centro Distrital de Segurança Social (CDSS); ▪ Comboios de Portugal (CP); ▪ Corpo Nacional de Escutas (CNE); ▪ Corpos de Bombeiros (CB); ▪ Cruz Vermelha Portuguesa (CVP); ▪ Empresas públicas e privadas de transportes; ▪ Forças Armadas (FA); ▪ Guarda Nacional Republicana (GNR); ▪ Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM); ▪ Infraestruturas de Portugal (IP, S.A.) ▪ Órgãos de Comunicação Social (OCS); ▪ Polícia de Segurança Pública (PSP); ▪ Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF); 	
Prioridades de ação:	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Orientar e coordenar as operações de movimentação e/ou confinamento das populações; ▪ Difundir junto das populações recomendações de confinamento e/ou evacuação, diretamente ou por intermédio da Área de Intervenção da 	

Informação Pública;

- Definir Zonas de Concentração e Irradiação (ZCI), decorrentes das evacuações;
- Definir itinerários de evacuação, em articulação com o COS presente em cada Teatro de Operações (TO) e em conformidade com os PMEPC;
- Garantir o encaminhamento da população evacuada até à ZCAP;
- Reencaminhar o tráfego, de modo a não interferir com a movimentação da população a evacuar nem com a mobilidade das forças de intervenção;
- Estabelecer e manter abertos os corredores de emergência;

Procedimentos e instruções de coordenação:



Instruções Específicas:

- A escolha das ações de proteção para uma determinada situação depende de uma série de fatores. Em alguns casos, a evacuação pode ser a melhor opção; em outros, o abrigo em refúgios no local pode ser o melhor caminho, no entanto estas duas ações podem ser utilizadas em conjunto;
- A evacuação e/ou o confinamento de uma área territorial em risco, coincidente ou não com zona de sinistro, deverá ser proposta pelo COS ao CCOD;
- A orientação e a coordenação da evacuação e/ou confinamento das populações é da responsabilidade das Forças de Segurança;
- Nas operações de evacuação e/ou confinamento deverá ter-se em atenção:
 - a) localização e número de pessoas em risco de evacuação ou confinamento;
 - b) tempo disponível para evacuar ou abrigar no local;
 - c) capacidade de controlar a evacuação ou o abrigo no local;
 - d) tipos de construção e de disponibilidade dos edifícios para acolhimento ou abrigo;
 - e) condições meteorológicas (efeitos na propagação das nuvens de vapor, previsão de alterações, efeito na evacuação ou na proteção no local);
- Existem determinadas medidas que deverão ser tidas em atenção para a tomada de decisão de evacuação e/ou confinamento, caso se trate de matérias perigosas: grau do perigo para a saúde, propriedades químicas e físicas, quantidade envolvida, contenção/ controlo do derrame, velocidade de propagação dos vapores;

Evacuação:

- A população a evacuar deverá dirigir-se para as Zonas de Concentração e Irradiação (ZCI), onde é prestada a primeira ajuda, cuja localização será determinada e divulgada pelo PCDi. As ZCI são geridas pelas CM e CDOS de Beja com o apoio dos APC e demais entidades com dever de cooperação, a definir caso a caso;
- Compete às Forças de Segurança definir os itinerários de evacuação a utilizar a

partir da ZCI, atenta a natureza e extensão dos danos nas vias de comunicação, mediante avaliação/informação da Entidade gestora da rede viária. Sempre que possível, deverão ser privilegiados os itinerários de evacuação fixados nos PMEPC;

- Após a definição das zonas a evacuar, o tráfego rodoviário externo deverá ser reencaminhado pelas Forças de Segurança, as quais poderão criar barreiras de encaminhamento de tráfego;
- A movimentação coletiva a partir da ZCI será garantida com meios de transporte a fornecer pelas AHB, por empresas públicas ou privadas de transportes ou por outros meios proporcionados pela Área de Intervenção de Logística;
- No caso de evacuação por via ferroviária a CP disponibilizará meios ferroviários para constituição de comboios de evacuação, processo devidamente articulado com a IP,S.A.;
- No caso de evacuação por via marítima/fluviál, a AM ou CB, consoante o caso, disponibilizarão embarcações para as evacuações;
- A população movimentada a partir da ZCI será encaminhada para a ZCAP, cuja localização e procedimentos de funcionamento estão definidos na Área de Intervenção de Apoio Logístico às Populações;
- O transporte entre a ZCI e a ZCAP será, em regra, acompanhado por pessoal do(s) CB's, CVP, CDSS e FA, podendo também recorrer-se ao pessoal dos CNE/AEP, às IPSS's e ONG's. Se necessário, as Forças de Segurança poderão solicitar ao PCDis a existência de acompanhamento médico, por parte do INEM;
- Compete ao SEF o controlo sobre a movimentação ilícita de estrangeiros nos grupos evacuados;
- O suporte logístico à evacuação em termos de água, alimentação e agasalhos será assegurado pela Área de Intervenção de Apoio Logístico às Populações;
- O apoio psicológico aos grupos mais vulneráveis (crianças, idosos, pessoas acamadas, pessoas com mobilidade reduzida, pessoas com deficiência) será efetuado de acordo com os procedimentos definidos na Área de Intervenção de Serviços Médicos e Transporte de Vítimas – Apoio psicológico;

- As condições de segurança para o regresso da população a uma área territorial, deverá ser proposta pelo COS ao CCOD;
- O regresso das populações às áreas anteriormente evacuadas deve ser controlado pelas Forças de Segurança, tendo em vista a manutenção das condições de tráfego, e só quando estiverem garantidas as condições de segurança;

Confinamento:

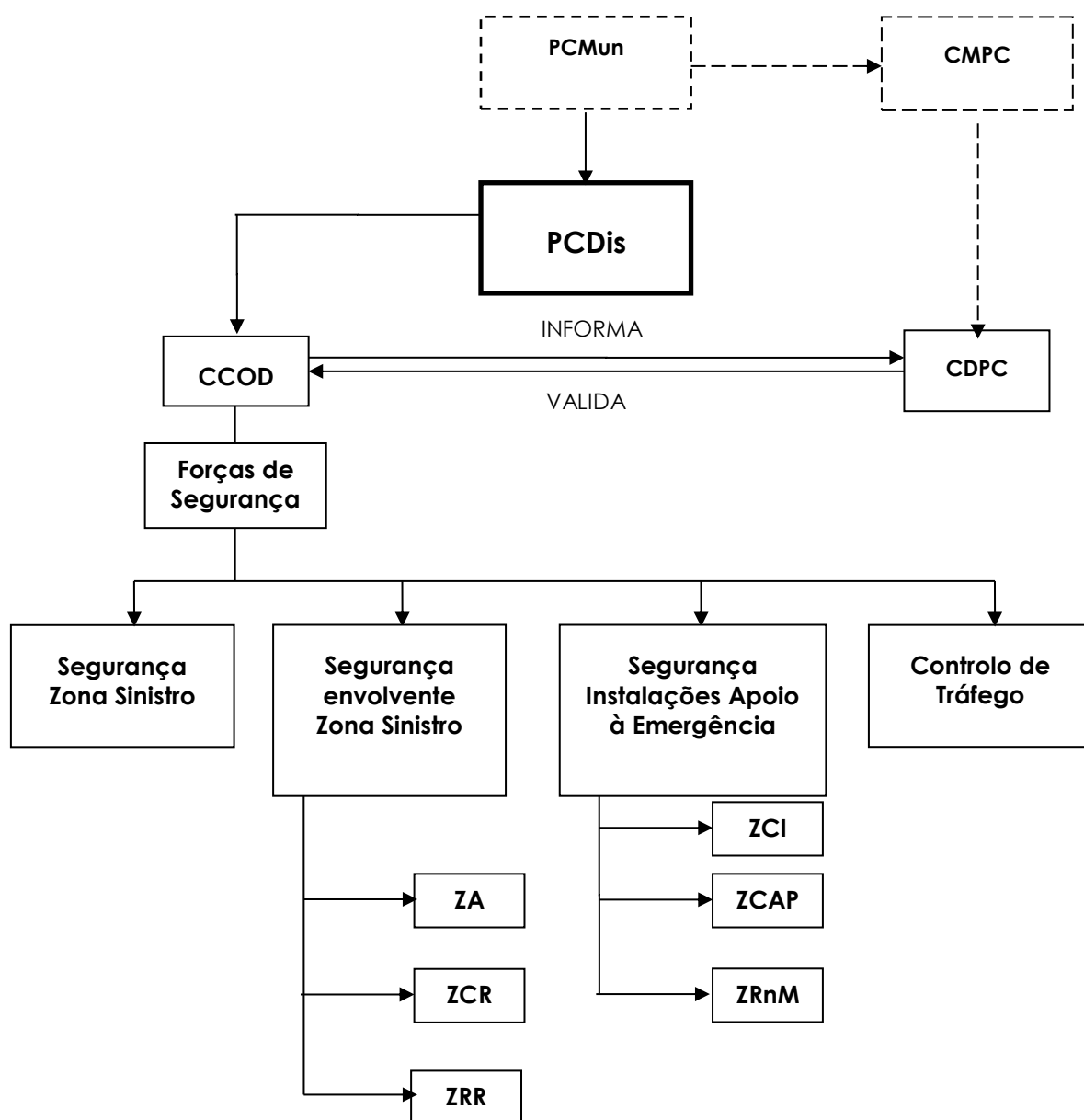
- Compete às Forças de Segurança isolar a área de perigo, mantendo afastadas todas as pessoas que não estão diretamente envolvidas nas operações. As equipas de emergência não protegidas com equipamentos de proteção individual não estão autorizadas a entrar na Zona de Isolamento;
- As Forças de Segurança, juntamente com os OCS, informam a população para fechar portas e janelas, desligar todos os sistemas de ventilação, aquecimento e refrigeração;
- Caso exista perigo de incêndio e/ou uma explosão, as Forças de Segurança juntamente com os OCS, informam a população para se manterem longe de portas e janelas devido, ao perigo de projeção de fragmentos de vidro e de metal;
- Caso exista alteração das condições da ocorrência, compete às Forças de Segurança comunicar à população a necessidade de evacuação ou avisar do final da situação de perigo;

4.7 Manutenção da ordem pública

Tabela II. 34 – Manutenção da ordem pública

MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA	
Entidade Coordenadora: GNR ou PSP ou Autoridade Marítima/Polícia Marítima de acordo com a área de incidência territorial da emergência	
Entidades Intervinentes:	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Autoridade Marítima/Polícia Marítima (AM/PM) ▪ Guarda Nacional Republicana (GNR); ▪ Polícia de Segurança Pública (PSP); 	
Prioridades de ação:	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Garantir a manutenção da lei e da ordem; ▪ Proteger as populações afetadas e os seus bens, impedindo roubos e pilhagens, criando perímetros de segurança; ▪ Garantir a segurança de infraestruturas consideradas sensíveis ou indispensáveis às operações de proteção civil; ▪ Proteger propriedades públicas, as quais podem estar sujeitas a saque ou outras atividades criminosas, bem como controlar os acessos; ▪ Garantir o condicionamento e controlo de acessos e veículos ao TO e Postos de Comando; ▪ Garantir a segurança dos corredores de circulação das viaturas de socorro, das áreas de triagem e das estruturas montadas; ▪ Manter desimpedidos os caminhos de evacuação; ▪ Assegurar a segurança nas ações relativas à mortuária; 	

Procedimentos e instruções de coordenação:



Instruções Específicas:

Segurança Pública:

- A manutenção da ordem pública é competência primária das forças de segurança;

- Compete às forças de segurança patrulhar as zonas afetadas e evacuadas com vista a garantir a segurança física da população e proteger a propriedade privada e a impedir roubos ou pilhagens;
- As forças de segurança garantem o tráfego rodoviário em direção às zonas de sinistro, efetuando as eventuais alterações à circulação a que houver necessidade, e garantem a manutenção de ordem pública com as suas forças de intervenção. As forças de segurança poderão criar barreiras ou outros meios de controlo, bem como corredores de emergência;
- Compete às forças de segurança garantir a segurança de estabelecimentos públicos ou de infraestruturas consideradas sensíveis, designadamente instalações de interesse público ou estratégico distrital.
- Compete também às forças de segurança, distribuir junto das diversas entidades intervenientes o Cartão de Segurança²⁷, de modelo aprovado pela ANPC, de forma a controlar e garantir a segurança no Teatro de Operações;
- As forças de segurança garantem a segurança dos corredores de circulação das viaturas de socorro, das áreas de triagem e das estruturas montadas (por exemplo: hospitais de campanha) para apoio à prestação de cuidados médicos;

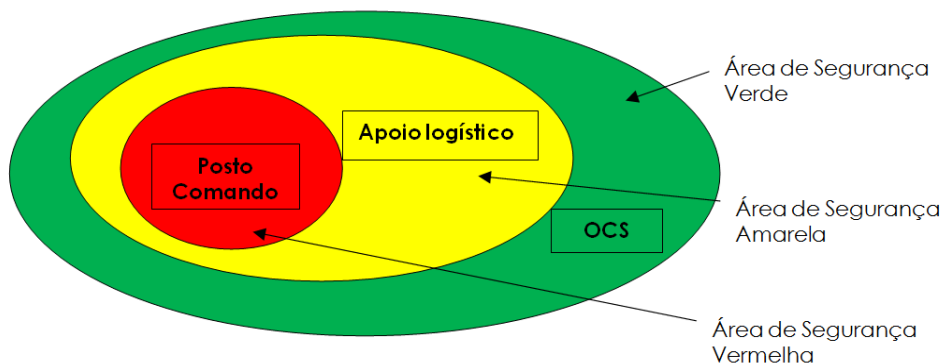
Perímetros de Segurança e Segurança de Área (Conceitos):

- Perímetros de Segurança: Separação física de local, espaço ou zona, assegurada ou não por elementos das forças de segurança, que visa reduzir, limitar ou impedir o acesso de pessoas, veículos ou outros equipamentos a locais onde não estão autorizados a permanecer;
- Segurança de Área: Missão de garantir a segurança no interior do perímetro existente, que pode ser assegurada pelas Forças de Segurança;
- Área de Segurança Vermelha: Espaço onde está instalado a estrutura central e fulcral do PCDi ou as estruturas municipais correspondentes;
- Área de Segurança Amarela: Espaço onde estão instaladas as infraestruturas de apoio logístico, nomeadamente os espaços de refeição e convívio, zonas

²⁷ Consultar II-4.1.

sanitárias e locais de armazenamento de material ou equipamento não sensível;

- Área de Segurança Verde: Espaço destinado aos OCS.



Execução dos Perímetros de Segurança (Postos de Comando):

- Perímetro de Segurança Exterior:
 - a) O perímetro exterior será montado ao longo da infraestrutura onde se situa o PCDi. Será montado um Posto de Controlo, à entrada do perímetro exterior, que fará o controlo de acessos ao PCDi;
 - b) O controlo de acessos de pessoas ao PCDi far-se-á através de:
 - i. Identificação da pessoa através de documento de identificação válido;
 - ii. Cartão de Segurança para a área a ser acedida;
 - c) Por regra, as viaturas permanecerão no exterior da infraestrutura onde se situa o PCDi. Viaturas ou equipamentos imprescindíveis para a missão serão acompanhados até ao PCDi, sempre que necessário, por elementos designados pela ANPC/CDOS;
 - d) O cartão de segurança com a cor amarela permite o acesso às áreas de segurança amarela e verde;
 - e) O cartão de segurança é entregue no Posto de Controlo sempre que o seu utilizador ultrapasse o Perímetro Exterior;
 - f) A Ficha de Controlo Diário depois de preenchida é entregue ao responsável operacional da ANPC/CDOS;
- Perímetro de Segurança Interior:

- a) Em termos de Segurança de Área ao PCDis (zona vermelha), o perímetro de segurança será garantido por barreiras físicas, com controlo de acessos e com segurança de área executada pela força de segurança territorialmente competente;
- b) A Força de Segurança garante que só tem acesso à zona vermelha quem for possuidor do cartão de segurança com esta cor;
- c) O cartão de segurança com a cor vermelha permite o acesso a todas as áreas inseridas no perímetro exterior.

Execução dos Perímetros de Segurança (Teatros de Operações):

- As Forças de Segurança garantem, dentro do possível, o condicionamento e controlo do acesso de pessoas e veículos à zona afetada e às zonas envolventes do sinistro (ZA, ZCR, ZRR, ZCAP e ZRnM);
- As Forças de Segurança permitem a entrada e saída de viaturas de emergência e de proteção civil na zona afetada;

4.8 Serviços médicos e transporte de vítimas

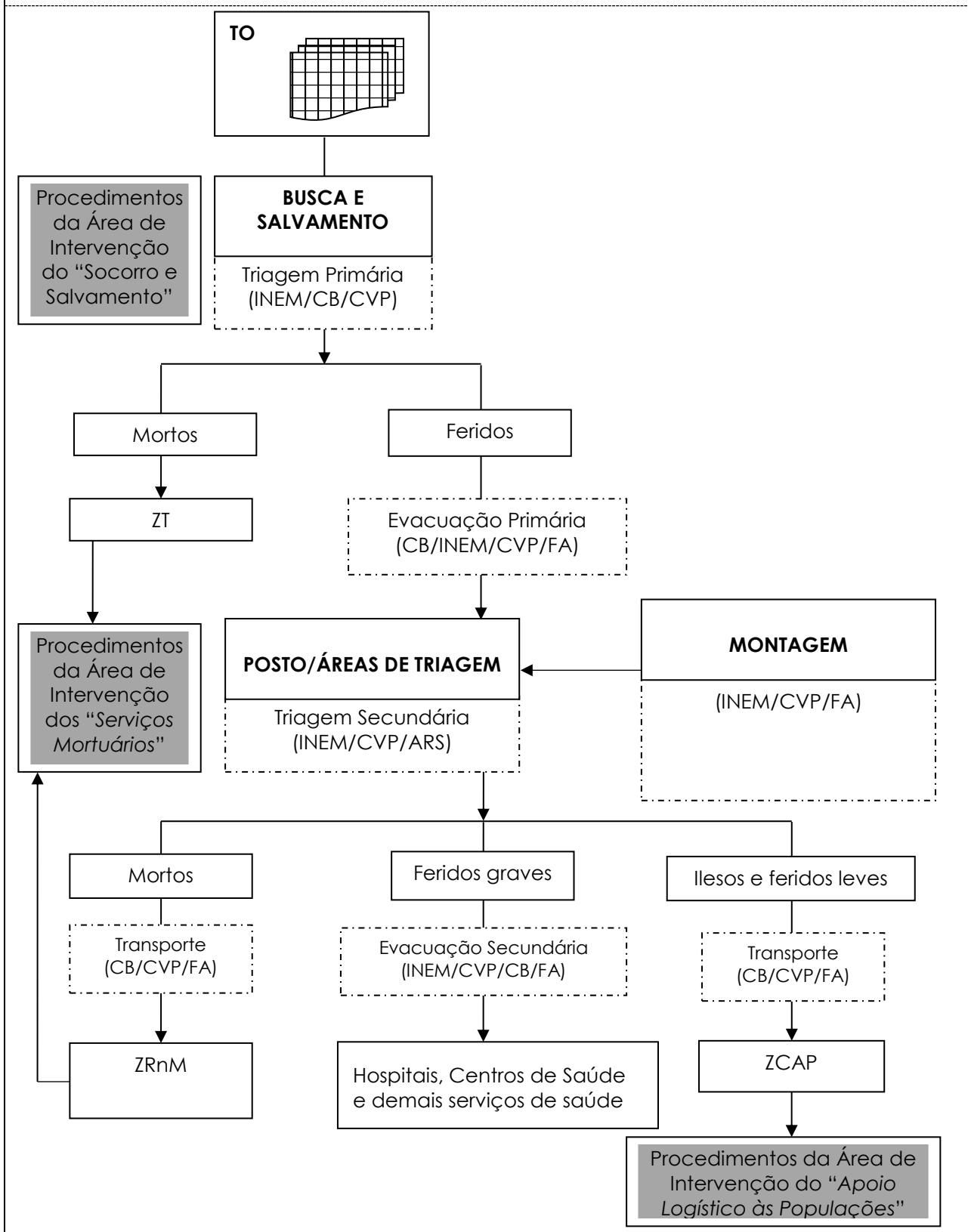
4.8.1. Emergência Médica

Tabela II. 35 – Serviços médicos e transporte de vítimas

SERVIÇOS MÉDICOS E TRANSPORTE DE VÍTIMAS
Entidade Coordenadora: Instituto Nacional de Emergência Médica, I.P. (na área do pré-hospitalar) e ARS (na área hospitalar)
Entidades Intervenientes: <ul style="list-style-type: none">▪ Administração Regional de Saúde (ARS) do Alentejo;▪ Centros de Saúde;▪ Corpos de Bombeiros (CB);▪ Cruz Vermelha Portuguesa (CVP);▪ Forças Armadas (FA);▪ Hospitais;▪ Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM);
Prioridades de ação: <ul style="list-style-type: none">▪ Minimizar as perdas humanas, limitando as sequelas físicas e diminuindo o sofrimento humano, assegurando a utilização coordenada de meios, incluindo a evacuação secundária de feridos ou doentes graves;▪ Garantir a prestação de cuidados médicos de emergência nas áreas atingidas, nomeadamente a triagem, estabilização e transporte das vítimas para as Unidades de Saúde;▪ Coordenar as ações de saúde pública, nomeadamente o controlo de doenças transmissíveis e da qualidade dos bens essenciais (alimentação, água, medicamentos e outros);▪ Assegurar a montagem, organização e funcionamento de Postos de Triagem, Postos Médicos Avançados e de Hospitais de campanha;▪ Criar locais de recolha de sangue em locais chave e assegurar a sua posterior distribuição pelas unidades de saúde carenciadas;

- Determinar os hospitais de evacuação;
- Implementar um sistema de registo de vítimas desde o TO até à Unidade de Saúde de destino;
- Inventariar, convocar, reunir e distribuir o pessoal dos Serviços de Saúde, nas suas diversas categorias, de forma a reforçar e/ou garantir o funcionamento de serviços temporários e/ou permanentes;
- Inventariar danos e perdas nas capacidades dos serviços de saúde, bem como das que se mantêm operacionais na Zona de Sinistro;
- Organizar o fornecimento de recursos médicos;
- Criar locais de recolha de sangue em locais chave e assegurar a sua posterior distribuição pelas unidades de saúde carenciadas;

Procedimentos e instruções de coordenação:



Instruções Específicas:

- A triagem primária é da competência da Área de Intervenção de Socorro e Salvamento, sendo em regra realizada pelos CB do distrito de Beja, sob coordenação do INEM. A CVP colabora nessa ação de acordo com as suas disponibilidades;
- A localização dos postos/áreas de triagem é identificada pelo COS e deverá estar tão perto quanto possível das zonas mais afetadas dentro da Zona de Sinistro, respeitando as necessárias distâncias de segurança;
- O INEM monta postos de triagem e de assistência pré-hospitalar de acordo com a necessidade, promovendo a triagem das vítimas e a evacuação secundária, em articulação com os demais serviços e organismos, em particular a ARS;
- O transporte de vítimas até aos postos de triagem e de assistência pré-hospitalar (evacuação primária) é efetuado pelo INEM, CB, CVP e FA, em articulação com o PCDiS. A evacuação secundária é coordenada pelo INEM, em articulação com o PCDiS e efetuada em ambulâncias do INEM, CB e CVP ou eventualmente, em viaturas das FA;
- Os cadáveres identificados na triagem primária serão posteriormente encaminhados para a Zona de Transição (ZT), aplicando-se os procedimentos da Área de Intervenção dos Serviços Mortuários;
- As FA colaboram na prestação de cuidados de saúde de emergência, na medida das suas disponibilidades, contribuindo ainda, desde que possível, para o esforço nacional na área hospitalar, nomeadamente ao nível da capacidade de internamento nos hospitais e restantes unidades de saúde militares;
- A ARS do Alentejo assegura a articulação com as unidades hospitalares e com os Centros de Saúde da sua área de jurisdição, com vista a garantir a máxima assistência médica possível;
- Serão utilizadas as estruturas hospitalares públicas do distrito de Beja e do concelho de Odemira, podendo ser utilizados como reforço estruturas hospitalares de outros distritos a determinar pela ARS do Alentejo.

4.8.2. Apoio Psicológico

Tabela II. 36 – Apoio psicológico

APOIO PSICOLÓGICO	
Entidades Coordenadoras: INEM (apoio imediato) e Centro Distrital de Segurança Social (apoio de continuidade)	
Entidades Intervenção:	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Administração Regional de Saúde (ARS) do Alentejo; ▪ Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC); ▪ Câmaras Municipais (CM); ▪ Centro Distrital de Segurança Social (CDSS); ▪ Corpos de Bombeiros (CB); ▪ Cruz Vermelha Portuguesa (CVP); ▪ Forças Armadas (FA); ▪ Guarda Nacional Republicana (GNR); ▪ Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM); ▪ Ordem dos Psicólogos Portugueses (OPP); ▪ Polícia de Segurança Pública (PSP). 	
Prioridades de ação²⁸:	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Assegurar o apoio psicológico imediato a prestar às vítimas primárias e secundárias no local da ocorrência (TO); ▪ Coordenar os mecanismos de evacuação das vítimas primárias e secundárias do TO para as Zonas de Apoio Psicológico (ZAP) e destas para as ZCAP; ▪ Assegurar o apoio psicológico e psicossocial às vítimas terciárias; ▪ Coordenar os mecanismos de evacuação das vítimas terciárias para locais exclusivos para esse efeito; 	

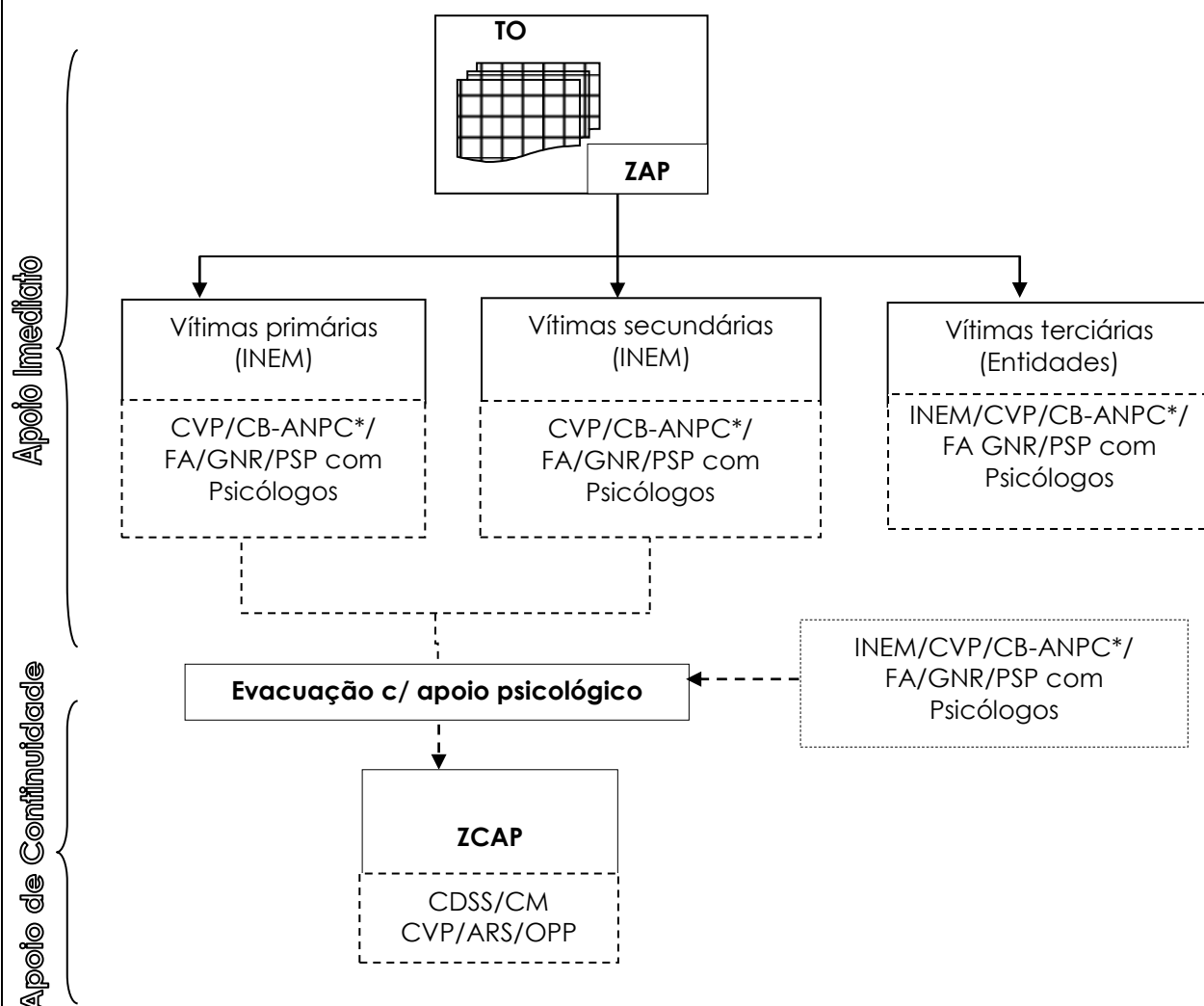
²⁸ Vítimas Primárias: vítimas diretamente resultantes da situação de emergência em causa;

Vítimas Secundárias: familiares das vítimas primárias;

Vítimas Terciárias: operacionais dos agentes de proteção civil e dos organismos e entidades de apoio envolvidos nas operações em curso.

- Assegurar o apoio psicológico de continuidade à população presente nas ZCAP;

Procedimentos e instruções de coordenação:



* Psicólogos das Equipas de Apoio Psicossocial (EAPS) da ANPC

Instruções Específicas:

- O apoio psicológico imediato às vítimas primárias e secundárias no TO será realizado em Zonas de Apoio Psicológico (ZAP) constituídas para o efeito, que serão da responsabilidade do INEM através do seu Centro de Apoio Psicológico e Intervenção em Crise (CAPIC);
- As ações a desenvolver nas ZAP são respeitantes à receção e estabilização de

vítimas, levantamento de necessidades psicossociais, identificação e recolha de informação das mesmas;

- As ZAP devem articular-se com as ZCAP quanto à comunicação de dados, e com o COS quanto à recolha de informação com relevância operacional;
- Os restantes agentes de proteção civil e organismos e entidades de apoio que disponham de psicólogos apoiam o INEM na medida das suas disponibilidades;
- O apoio psicológico às vítimas terciárias é responsabilidade primária das respetivas entidades. No caso de insuficiência ou ausência de meios de apoio, este será garantido pelas entidades disponíveis para o efeito. As vítimas terciárias são acompanhadas em locais reservados e exclusivos para esse efeito;
- Os psicólogos das Equipas de Apoio Psicossocial (EAPS) da ANPC serão usados prioritariamente no tratamento e acompanhamento aos CB que são da sua responsabilidade. As disponibilidades remanescentes poderão ser utilizadas no âmbito do esforço geral de resposta;
- Os psicólogos das Forças de Segurança (GNR e PSP) e FA serão usados prioritariamente no tratamento e acompanhamento dos seus próprios operacionais. As disponibilidades remanescentes poderão ser utilizadas no âmbito do esforço geral de resposta;
- O apoio psicológico de continuidade, a realizar predominantemente nas ZCAP, é coordenado pelo CDSS, que será apoiada por equipas de psicólogos das CM, da CVP, da OPP²⁹ e da ARS;
- Nas ZCAP aplicam-se os procedimentos previstos para a Área de Intervenção do Apoio Logístico à População;
- O apoio psicológico às vítimas secundárias que se encontram nas ZRnM e NecPro é coordenado no PCMun;

²⁹ A mobilização de psicólogos pertencentes à bolsa da OPP, será realizada por esta mediante solicitação da ANPC, ao abrigo de protocolo em vigor.

Equipas Rápidas de Avaliação Psicossocial (ERAP)

Na necessidade de garantir uma rápida capacidade de avaliação psicossocial das vítimas perante um acidente grave ou catástrofe, o PCDiS solicitará ao CNOS a mobilização de Equipas Rápidas de Avaliação Psicossocial (ERAP).

Conceito:

- As Equipas Rápidas de Avaliação Psicossocial (ERAP) são elementos constituintes do reforço de meios distritais;
- As ERAP percorrem a ZS e recolhem informação específica sobre as necessidades de apoio psicossocial às vítimas primárias, secundárias e terciárias, nomeadamente no que se refere a:
 - a) Número total /previsto de vítimas primárias na ZS (crianças, adultos e idosos);
 - b) Número previsto de vítimas secundárias (familiares e amigos) presentes ou em deslocação para o TO;
 - c) Necessidades de estabilização emocional, alimentação, agasalhos e alojamento temporário para as vítimas primárias e secundárias;
 - d) Previsão de necessidade de intervenção com possíveis vítimas terciárias (operacionais);
 - e) Identificação dos recursos (entidades e profissionais) de apoio psicossocial em emergência, de cariz local ou distrital, já presentes no TO;
- As ERAP elaboram um Relatório que, em regra, deverá ser escrito, podendo, excecionalmente, ser verbal e passado a escrito no mais curto espaço de tempo possível e comunicado ao PCDiS, que trata a informação recebida.

Composição e Equipamento:

a) Pessoal

- Cada ERAP é constituída por um elemento das EAPS da ANPC, do CAPIC do INEM e do CDSS;
- O chefe da ERAP é um elemento das EAPS da ANPC.

b) Equipamento

- Por forma a garantir o cumprimento da sua missão, as ERAP deverão ser dotadas de:
 - i. Meios de transporte;
 - ii. Equipamento de Comunicações Rádio e Móvel;
 - iii. Equipamento de Proteção Individual (EPI);
 - iv. *Kit* de alimentação e primeiros socorros;
 - v. Equipamento informático (computador ou *tablet*);

Acionamento:

- As ERAP são acionadas à ordem do CNOS.

4.9 Socorro e salvamento

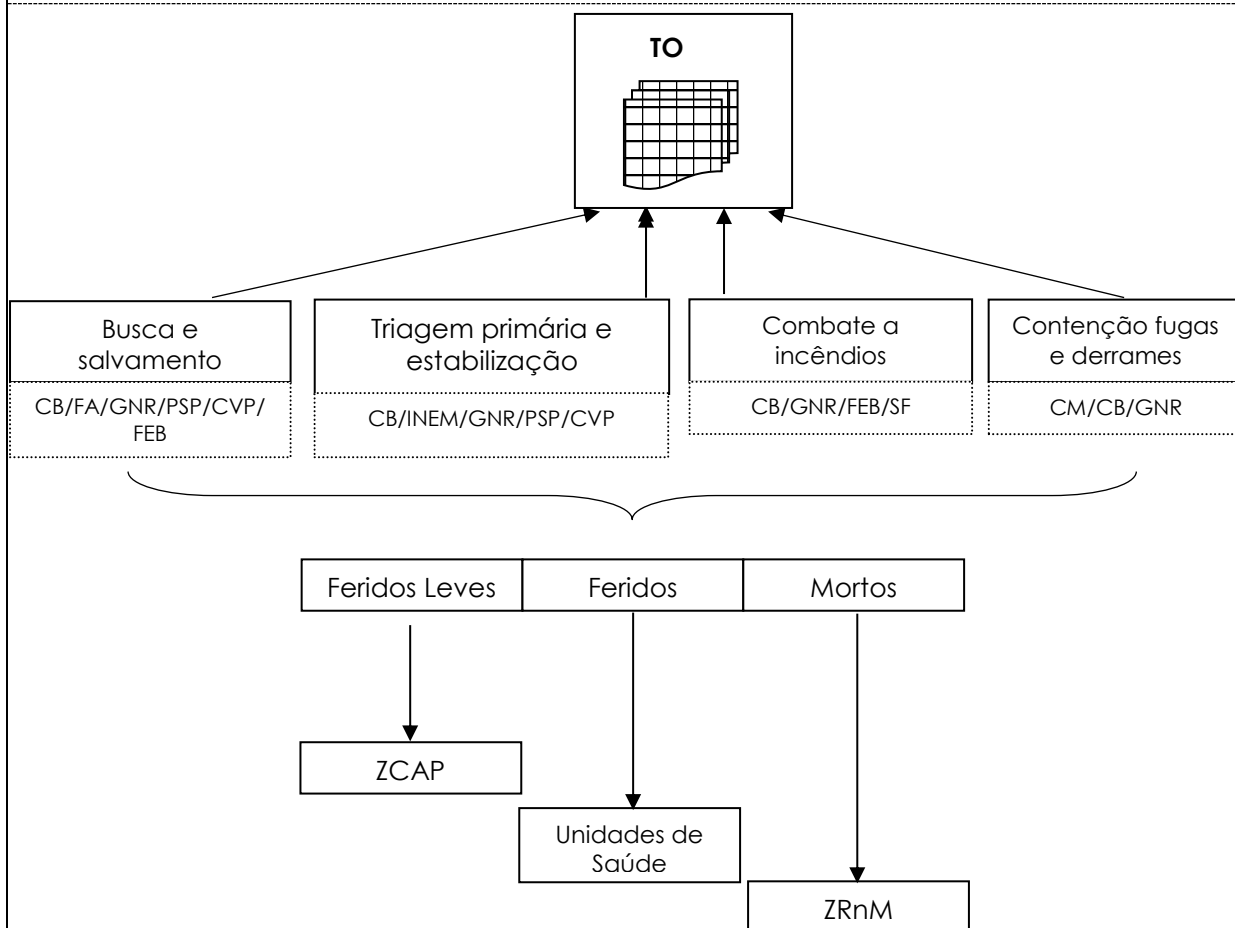
Tabela II. 37 – Socorro e salvamento

SOCORRO E SALVAMENTO	
Entidade Coordenadora: Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC)/Comando Distrital de Operações de Socorro (CDOS) de Beja	
Entidades Intervinentes:	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Autoridade Marítima/Polícia Marítima (AM/PM); ▪ Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC); ▪ Câmaras Municipais (CM); ▪ Corpos de Bombeiros (CB); ▪ Cruz Vermelha Portuguesa (CVP); ▪ Forças Armadas (FA); ▪ Força Especial de Bombeiros (FEB); ▪ Guarda Nacional Republicana (GNR); ▪ Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF); ▪ Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM); ▪ Polícia de Segurança Pública (PSP); ▪ Sapadores Florestais (SF); 	
Prioridades de ação:	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Assegurar a minimização de perdas de vidas, através das ações de busca e salvamento decorrentes do acidente grave ou catástrofe; ▪ Assegurar a constituição de equipas no âmbito das valências do socorro e salvamento e garantir a sua segurança; ▪ Avaliar as áreas afetadas onde deverão ser desencadeadas ações de busca e salvamento, nomeadamente tendo em conta as informações a disponibilizar, eventualmente, pelas Equipas de Reconhecimento e Avaliação da Situação (ERAS); ▪ Efetuar o escoramento de estruturas, eventualmente, após a avaliação da 	

estabilidade pelas Equipas de Avaliação Técnica (EAT);

- Assegurar a contenção de fugas e derrames de substâncias perigosas;
- Executar o socorro às populações, em caso de incêndios, inundações, desabamentos e, de um modo geral, em todos os sinistros, incluindo o socorro a náufragos e buscas subaquáticas;
- Supervisionar e enquadrar operacionalmente eventuais equipas de salvamento oriundas de organizações de voluntários;
- Colaborar na determinação de danos e perdas;
- Propor a definição de zonas prioritárias nas áreas afetadas pela situação de emergência;

Procedimentos e instruções de coordenação:



Instruções Específicas:

- A intervenção inicial cabe prioritariamente às forças mais próximas do local da ocorrência ou àquelas que se verifique terem uma missão específica mais adequada;
- As ações de busca, socorro e salvamento poderão ser apoiadas por meios aéreos da ANPC, de acordo com a necessidade de disponibilidade das aeronaves;
- Para as ações de contenção de fugas e derrames, serão chamadas a intervir as empresas privadas responsáveis pelos produtos derramados;
- A FEB assegura o reforço especializado à 1ª intervenção nas missões de proteção e socorro, designadamente nos domínios da busca e salvamento e combate a incêndios;

- Os CB asseguram primariamente as operações de busca e salvamento e de combate a incêndios;
- A GNR e a PSP participam primariamente nas operações que se desenvolvam nas respetivas áreas de atuação, podendo atuar em regime de complementaridade nas restantes;
- A GNR participa nas operações de busca e salvamento com a valência cinotécnica, na respetiva área de jurisdição ou em regime de complementaridade nas restantes;
- A PSP participa nas operações com as valências de busca e salvamento em ambiente urbano e com as equipas cinotécnicas da Unidade Especial de Polícia, na respetiva área de jurisdição ou em regime de complementaridade nas restantes;
- A AM/PM assume a responsabilidade e coordenação das operações de busca e salvamento nos domínios públicos hídrico e marítimo;
- As FA participam nas operações de busca e salvamento na medida das suas capacidades e disponibilidades.
- Os SF participam nas ações de primeira intervenção e apoio ao combate em incêndios rurais;
- A GNR, executa através dos Grupos de Intervenção de Proteção e Socorro (GIPS), ações de proteção e socorro, nas ocorrências de incêndios rurais/florestais ou de matérias perigosas ou de edifícios de estruturas colapsadas;
- A CVP executa missões de apoio, busca e salvamento e socorro;
- O ICNF participa nas ações de socorro e salvamento nas áreas protegidas;

4.10 Serviços mortuários

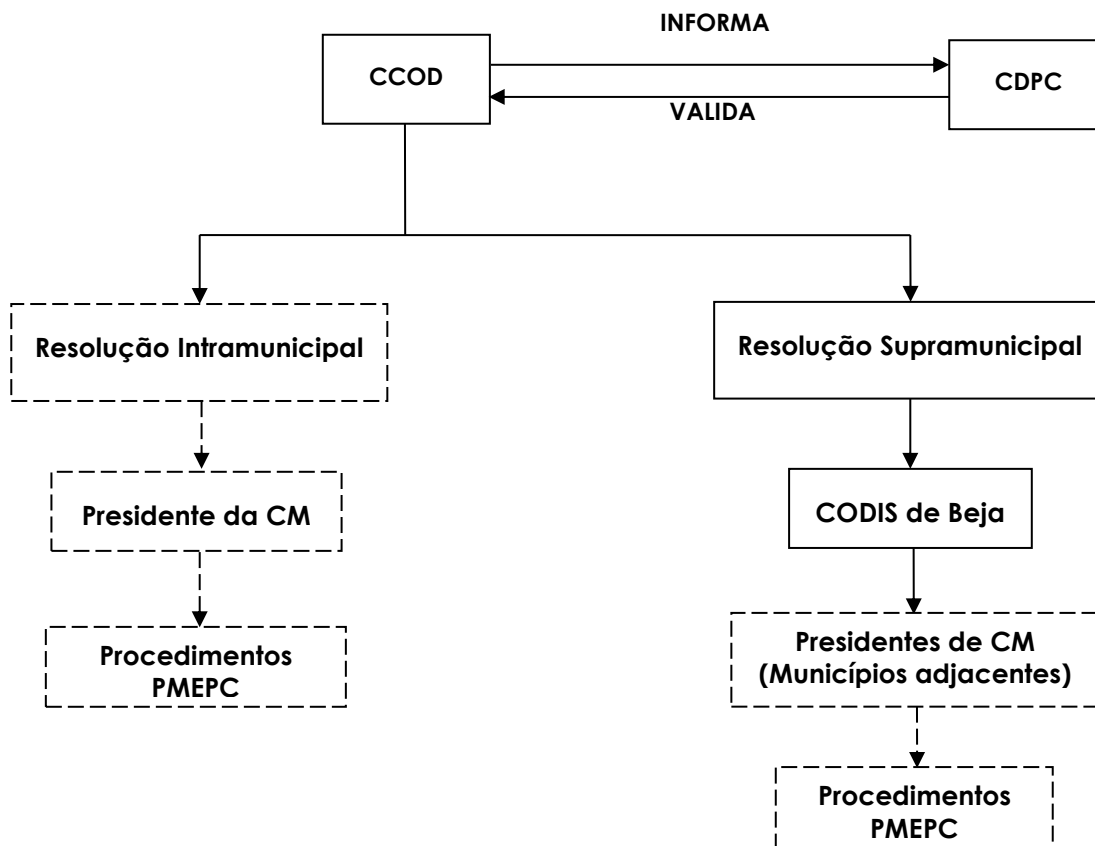
Tabela II. 38 – Serviços mortuários

SERVIÇOS MORTUÁRIOS	
Entidade Coordenadora: Ministério Público (coadjuvado técnica e operacionalmente pelo Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses)	
Entidades Intervénientes:	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Administração Regional de Saúde (ARS) do Alentejo; ▪ Autoridade Marítima/Polícia Marítima (AM/PM); ▪ Câmaras Municipais (CM); ▪ Corpos de Bombeiros (CB); ▪ Cruz Vermelha Portuguesa (CVP); ▪ Forças Armadas (FA); ▪ Guarda Nacional Republicana (GNR); ▪ Instituto de Registos e Notariado (IRN); ▪ Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses (INMLCF); ▪ Ministério Público (MP); ▪ Polícia de Segurança Pública (PSP); ▪ Polícia Judiciária (PJ); ▪ Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF); 	
Prioridades de ação:	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Assegurar a constituição das ZRnM e dos NecPro; ▪ Assegurar a integridade das zonas onde foram referenciados e recolhidos os cadáveres com vista a garantir a preservação de provas, a análise e recolha das mesmas; ▪ Assegurar a presença das Forças de Segurança nos locais onde decorrem operações de mortuária de forma a garantir a manutenção de perímetros de segurança; ▪ Assegurar o correto tratamento dos cadáveres, conforme os procedimentos 	

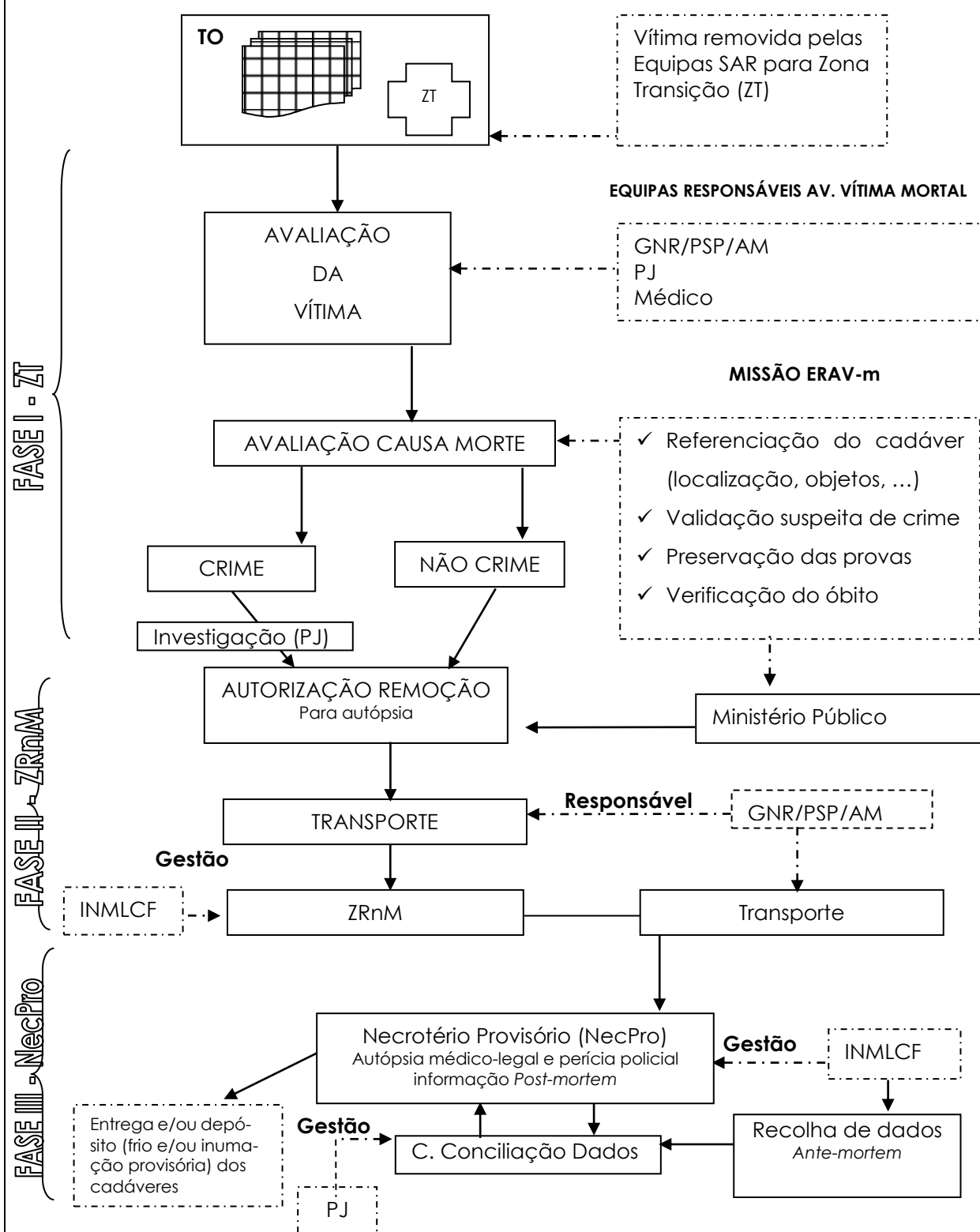
operacionais previstos;

- Fornecer à Área de Intervenção da Informação Pública e à direção do plano listas atualizadas das vítimas mortais e dos seus locais de sepultamento;
- Garantir a capacidade de transporte de cadáveres ou partes de cadáveres;
- Garantir uma eficaz recolha de informações que possibilite proceder, com a máxima rapidez e eficácia, à identificação dos cadáveres, nomeadamente no que respeita à: colheita de dados *Post-mortem*, colheita de dados *Ante-mortem* e cruzamento de dados *Post-mortem/Ante-mortem*;
- Assegurar a inventariação dos locais destinados a sepultamentos de emergência;
- Providenciar, em articulação com a Área de Intervenção do Apoio Logístico às Forças de Intervenção, o fornecimento de sacos para cadáveres às forças empenhadas nas operações;
- Receber e guardar os espólios dos cadáveres, informando o “Centro de Pesquisa de Desaparecidos” (em articulação com a Área de Intervenção do Apoio Logístico à População);
- Garantir uma correta tramitação processual de entrega dos corpos identificados.

Procedimentos de coordenação:



Instruções de coordenação:



Instruções Específicas:

- O fluxograma anterior só se aplica a cadáveres encontrados em zonas públicas, incluindo zonas de domínio público marítimo/hídrico, ou em edifícios colapsados;
- Os cadáveres que se encontrem em Hospitais de Campanha ou Postos Médicos Avançados são encaminhados para ZRnM desenrolando-se, a partir daí, os procedimentos previstos no fluxograma;
- Nas ZRnM e nos NecPro, procede-se aos habituais procedimentos de validação de suspeita de crime, identificação de cadáver, verificação do óbito e autópsia;
- Para a instalação de ZRnM e NecPro deverão ser escolhidas instalações onde haja um piso em espaço aberto, plano e fácil de limpar, com boa drenagem, ventilação natural, provido de água corrente e energia elétrica. Na seleção destes locais devem ser tidas em conta, ainda, as acessibilidades, as comunicações, a privacidade, a disponibilidade e as facilidades de condições de segurança. Em geral, as instalações mais indicadas para local de reunião de vítimas mortais são os pavilhões gimnodesportivos, armazéns e edifícios similares;
- As ZRnM de âmbito distrital estarão localizadas em locais a determinar pela comissão distrital e as de âmbito municipal terão a localização prevista nos PMEPC;
- Se estiverem operacionais, deverá ser dada prioridade à utilização de NecPro municipais. Os NecPro distritais apenas serão ativados em caso de insuficiência ou inoperacionalidade dos primeiros;
- Relativamente a vítimas de suposta nacionalidade estrangeira, será acionado no NecPro o SEF e a Unidade de Cooperação Internacional (UCI) da PJ para obtenção de dados para a identificação da mesma;
- Aquando da ativação do Plano, e tendo como missão a recolha de dados *Ante-mortem*, promover-se-á a ativação de um ou mais Centros de Recolha de Informação, conforme decisão do MP e sob responsabilidade da PJ e do INMLCF;
- A aposição de tarja negra e de etiqueta numa vítima, sob supervisão de um

médico, corresponde à verificação do óbito, devendo ser feita na triagem de emergência primária, sempre que possível;

- A autorização antecedente é solicitada ao magistrado do MP designado ou integrado na estrutura onde esteja presente;
- Sendo localizado um corpo sem sinais de vida e sem tarja negra aposta, o médico da ERAV-m³⁰ (Equipa Responsável pela Avaliação de Vítimas mortais) verificará o óbito e procederá à respetiva etiquetagem em colaboração com o elemento da PJ. Caso sejam detetados indícios de crime, o chefe da ERAV-m poderá solicitar exame por perito médico-legal, antes da remoção do cadáver para a ZRnM;
- A referenciação do cadáver ou partes de cadáveres deverá ser sempre assegurada, ainda que sumariamente, através de qualquer suporte documental disponível, nomeadamente fotografia, representação gráfica, ou simples descrição textual, ainda que manuscrita;
- A identificação de cadáveres resulta exclusivamente de técnicas forenses (médico-legais e policiais), registadas em formulários próprios;
- A autorização de remoção de cadáveres ou partes de cadáveres, do local onde foram encontrados e inspecionados até à ZRnM, haja ou não haja suspeita de crime, cabe ao MP e é solicitada pelo chefe da ERAV-m;
- A autorização do MP para remoção do cadáver é transmitida mediante a identificação do elemento policial que chefia a ERAV-m, da indicação do dia, hora e local da verificação do óbito e conferência do número total de cadáveres ou partes de cadáveres cuja remoção se solicita, com menção do número identificador daqueles em relação aos quais haja suspeita de crime;
- Das ZRnM os cadáveres transitam posteriormente para os NecPro, para realização, nestes, de autópsia médico-legal (entendida como os procedimentos tendentes à identificação do cadáver e estabelecimento da causa de morte) e subsequente entrega do corpo ou partes de cadáveres aos familiares, com a respetiva emissão dos certificados de óbito;

³⁰ As ERAV-m têm como principal objetivo garantir uma rápida capacidade de avaliação de vítimas mortais perante um acidente grave ou catástrofe. A sua missão é a de referenciar o cadáver, verificar da existência de suspeita de crime, preservar as provas e verificar o óbito em estreita articulação com o Ministério Público, no que se refere aos procedimentos necessários à remoção dos cadáveres ou partes de cadáver. As ERAV-m são constituídas a nível municipal.

- Compete à GNR, PSP e AM/PM, nas respetivas áreas territoriais de responsabilidade, coordenar e promover a segurança no transporte de cadáveres ou partes de cadáveres;
- Compete à GNR, PSP e AM/PM nas respetivas áreas territoriais de responsabilidade, promover a remoção dos cadáveres ou partes de cadáveres devidamente etiquetados e acondicionados em sacos apropriados ("body-bags"), também devidamente etiquetados, podendo para o efeito requisitar a colaboração de quaisquer entidades públicas ou privadas. Os CB, a CVP e as FA, mediante as suas disponibilidades, colaborarão nas operações de remoção dos cadáveres para as ZRnM e destas para os NecPro;
- As necessidades de transporte de pessoas e equipamento serão supridas pela Área de Intervenção de Apoio Logístico às Forças de Intervenção, de acordo com os meios disponíveis;
- O material sanitário, de mortuária e demais artigos necessários às operações será distribuído a pedido das forças de intervenção ou por determinação do PCDi;
- Compete às CM providenciar equipamento para os NecPro de acordo com indicações do INMLCF, designadamente iluminação, macas com rodas, mesas, sacos de transporte de cadáveres, pontos de água e energia;
- Compete à entidade gestora das ZRnM e dos NecPro (ou seja, ao INMLCF) fornecer ao MP a informação sobre vítimas falecidas, que a transmitirá ao Centro de Coordenação Operacional Distrital (CCOD), incluindo dados sobre o número de cadáveres admitidos, de corpos identificados ou por identificar, bem como a informação sobre as estruturas organizativas instaladas para a intervenção nesses domínios. A transmissão e divulgação desta informação far-se-á com respeito pelo segredo de justiça, pelo segredo médico, pelo dever de reserva profissional e pelo princípio da necessidade de conhecer;
- Deverá ser assegurada a presença de representantes do IRN nos NecPro para proceder ao assento de óbitos e garantir toda a tramitação processual e documental associada;
- O apoio psicológico aos familiares das vítimas será efetuado de acordo com os procedimentos definidos na Área de Intervenção de Serviços Médicos e

Transporte de Vítimas – Apoio Psicológico, articulados com os Centros de Recolha de Informação (recolha de dados *Ante-mortem*);

- Os cadáveres e partes de cadáver que não forem entregues a pessoas com legitimidade para o requerer, devem ser conservados em frio ou inumados provisoriamente, se necessário, devidamente acondicionados em sepultura comum, assegurando-se a identificabilidade dos mesmos até à posterior entrega a familiares para inumação ou cremação individual definitiva;
- Para os cadáveres que se encontrem em estabelecimentos hospitalares e demais unidades de saúde e decorrentes do acidente grave ou catástrofe adotam-se os procedimentos habituais de validação de suspeita de crime, identificação de cadáver e de verificação do óbito. Estes estabelecimentos constituem-se automaticamente como ZRnM pelo que, após cumprimento das formalidades legais internas e autorização do MP, o cadáver será transportado para o NecPro;
- Para os cadáveres que se encontrem em estabelecimentos hospitalares e demais unidades de saúde cuja morte decorra de patologias anteriores ao acidente grave ou catástrofe, adotam-se os procedimentos habituais de verificação do óbito e, após cumprimento das formalidades legais internas, o cadáver poderá ser libertado para entrega à família;
- Para os cadáveres que se encontrem dentro de um edifício colapsado adotam-se os procedimentos habituais de validação de suspeita de crime, identificação de cadáver e de verificação do óbito. Após cumprimento das formalidades anteriores, o cadáver será transportado para o NecPro.